



EDUCA(AÇÕES)

NÓ CARIRI CEARENSE: HISTÓRIA DO PROTAGONISMO FEMININO

ADRIANA DE ALENCAR GOMES PINHEIRO
ZULEIDE FERNANDES DE QUEIROZ
JOÃO LEANDRO NETO
TAYRONNE DE ALMEIDA RODRIGUES
ORGANIZADORES



2022



MPE
*Mestrado Profissional
em Educação*



EDUCA(AÇÕES)

NÓ CARIRI CEARENSE: HISTÓRIA DO PROTAGONISMO FEMININO

ADRIANA DE ALENCAR GOMES PINHEIRO
ZULEIDE FERNANDES DE QUEIROZ
JOÃO LEANDRO NETO
TAYRONNE DE ALMEIDA RODRIGUES
ORGANIZADORES



2022



MPE
*Mestrado Profissional
em Educação*



MPE
*Mestrado Profissional
em Educação*

2022 by Editora e-Publicar
Copyright © Editora e-Publicar
Copyright do Texto © 2022 Os organizadores
Copyright da Edição © 2022 Editora e-Publicar
Direitos para esta edição cedidos
à Editora e-Publicar pelos organizadores

Editora Chefe

Patrícia Gonçalves de Freitas

Editor

Roger Goulart Mello

Diagramação

Dandara Goulart Mello

Roger Goulart Mello

Projeto gráfico e Edição de Arte

Patrícia Gonçalves de Freitas

Revisão

Os organizadores

EDUCA(AÇÕES) NO CARIRI CEARENSE: HISTÓRIA DO PROTAGONISMO FEMININO.

Todo o conteúdo dos capítulos, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos organizadores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos organizadores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade Federal de Santa Catarina

Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense

Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia

Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Cristiana Barcelos da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais

Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina

Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes

Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco

Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina

Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Edilene Dias Santos - Universidade Federal de Campina Grande

Edwaldo Costa – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Érica de Melo Azevedo - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás

Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



2022



MPE
*Mestrado Profissional
em Educação*

Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará
Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz
Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA
Jaisa Klauss - Instituto de Ensino Superior e Formação Avançada de Vitória
Jesus Rodrigues Lemos - Universidade Federal do Delta do Parnaíba
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes
Marcos Pereira dos Santos - Faculdade Eugênio Gomes
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista
Rodrigo Lema Del Rio Martins - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 Educa(ções) no cariri cearense [livro eletrônico] : história do protagonismo feminino / Organizadores Adriana de Alencar Gomes Pinheiro.. [et al.]. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5364-131-0

DOI 10.47402/ed.ep.b202218530310

1. Mulheres – Aspectos sociais. 2. Educação. 3. Historiografia.
I. Pinheiro, Adriana de Alencar Gomes. II. Queiroz, Zuleide
Fernandes de. III. Leandro Neto, João. IV. Rodrigues, Tayronne de
Almeida.

CDD 371.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Editora e-Publicar

Rio de Janeiro, Brasil

contato@editorapublicar.com.br

www.editorapublicar.com.br



2022

APRESENTAÇÃO

Os capítulos desta obra que integram o *E-book* **EDUCA(AÇÕES) NO CARIRI CEARENSE: HISTÓRIA DO PROTAGONISMO FEMININO** foram desenvolvidos como componente curricular da disciplina “História de mulheres e processos educacionais”, do Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri (URCA), sob supervisão da Profa. Dra. Adriana de Alencar Gomes Pinheiro e da Profa. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz, no primeiro semestre de 2022, com a colaboração do Prof. Me. João Leandro Neto e Prof. Me. Tayronne de Almeida Rodrigues. Ressaltamos que todas as afirmativas, opiniões, conceitos, resultados, imagens, considerações finais e afins aqui documentadas são de inteira responsabilidade de seus/suas autores/autoras pesquisadores/as.

Diante do cenário contextualizado, a presente coletânea de artigos tem como objetivo evidenciar os protagonismos das mulheres da Região do Cariri, do Estado do Ceará. Destaca-se que as pesquisas apresentadas nesta coletânea de artigos foram dialogadas e construídas no curso da disciplina desencadeando produções críticas, científicas diversificadas, trazendo as mulheres como raiz – tronco que compõe o nosso Cariri – que é um caldeirão de culturas e diversidades.

Nós, organizadores da coletânea: **EDUCA(AÇÕES) NO CARIRI CEARENSE: HISTÓRIA DO PROTAGONISMO FEMININO**, desejamos uma ótima leitura dos trabalhos, e que esta coletânea de artigos possa contribuir para novas pesquisas e ser fonte de inspiração na área educacional.

Os Organizadores

Profa. Dra. Adriana de Alencar Gomes Pinheiro (UNIFAP-CE/URCA)

Profa. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz (URCA)

Prof. Me. João Leandro Neto (SEMEC)

Prof. Me. Tayronne de Almeida Rodrigues (SEMEC)

PREFÁCIO

É com alegria que apresento a obra “Educa(ações) no Cariri Cearense: história do protagonismo feminino”, organizada pelos professores Adriana de Alencar Gomes Pinheiro, Zuleide Fernandes de Queiroz, Tayronne de Almeida Rodrigues e João Leandro Neto, do Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri (URCA).

A obra é composta por sete textos escritos por pesquisadores que se dedicam ao estudo do protagonismo feminino no Estado do Ceará, região brasileira marcada por inúmeras dificuldades no campo da Educação, da Saúde e da Segurança Pública. Todavia, também conhecida pela luta de seu povo em prol da dignidade e da busca por condições de vida mais justas. Nesse sentido, como neta de uma família de cearenses, sinto-me honrada em apresentar os sete capítulos que compõem a obra e que narram de forma entusiasmada o protagonismo das mulheres do Ceará.

O primeiro capítulo, de autoria de Francisco Raniel Alves Rodrigues e de Frank Lane Macêdo Machado, intitula-se “Do luto à luta”: a atuação da ‘AMA Cariri’ a partir do acreditar de uma mãe Ana que ama’. O texto tem como objetivo analisar o contexto do autismo na Região do Cariri cearense, bem como o processo de conscientização e empoderamento das famílias a partir da ação de mães que se articulam, principalmente, pelas redes sociais. Narra, ainda, a história da Ana Moésia frente à AMA Cariri, instituição social que defende a CAUSA TEA. Para a coleta de dados foi realizada a análise de documentos da AMA Cariri. Os resultados revelam a necessidade de profissionais capacitados para diagnosticar o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e prepararem as famílias sobre as dificuldades que poderão enfrentar. Nas palavras dos autores, o movimento social institucionalizado em defesa da CAUSA TEA no Cariri contribui a criação de políticas públicas locais. Ademais, a história de Ana Moésia para a consolidação da AMA Cariri revela a presença de lutas e superação que coadunam com a constante batalha das mães em defesa dos seus filhos, visando a promoção da transformação social.

O segundo capítulo, de autoria de Luan Gonçalves Jucá, Antonia Raiane do Nascimento, José Aurilo Bezerra da Silva, Zuleide Fernandes de Queiroz e Adriana de Alencar Gomes Pinheiro, intitula-se “A percepção de mulheres com/sobre deficiência: uma revisão integrativa de histórias orais”. O texto tem como objetivo mapear, analisar e discorrer sobre a história de mulheres com/sobre deficiência enfatizando a atuação e participação das mulheres na história. Por meio de uma revisão integrativa realizada no Scielo, Lilacs e Google Scholar, os autores

constataram que as histórias orais evidenciam as vozes de mulheres que foram importantes para a criação de instituições de acolhimento às pessoas com deficiência. Para os autores, as falas dessas mulheres são necessárias e urgentes para a modificação do atual cenário social, educacional, econômico e político brasileiro e que a história oral se configura como um método contra hegemônico que possibilita avançar significativamente nas políticas públicas e sociais.

O terceiro capítulo, de autoria de Ana Paula Moraes Santos Souza, Diogo Tavares dos Santos e José Edson Ferreira da Costa, intitula-se “Emília Ferreira de Oliveira: memórias e trajetória de vida da professora pioneira do município de Tarrafas – CE”. O objetivo do texto é apresentar fatos importantes ocorridos no período entre 1934 e 1989 com a chegada da professora Emília Ferreira de Oliveira à Tarrafas-CE, uma vez que ela foi responsável pela inauguração da primeira escola da cidade, a qual antes era distrito de Assaré-CE e hoje município do Ceará, distante 439 km de Fortaleza, capital cearense. Foram analisados documentos, fotos, registros pessoais sobre a professora e diálogos com ex-alunos e familiares que contam a história dessa mulher que representa um marco importante para a cidade. De acordo com os autores, os relatos orais, registros e documentos possibilitaram a apreensão dos pormenores da realidade vivida em uma época de grandes dificuldades, luta e garra para disseminar a educação no município de Tarrafas-CE.

O quarto capítulo, de autoria de Eliane Rodrigues Martins, Jaqueline Pinheiro, Adriana de Alencar Gomes Pinheiro e Zuleide Fernandes de Queiroz, denomina-se “O ser mulher-professora na educação básica em instituições privadas: desafios, conquistas e possibilidades”. O objetivo do texto é contribuir para uma análise das concepções referentes à atuação docente da mulher/professora em instituições privadas da Educação Básica no Estado do Ceará. Por meio da técnica de entrevista semiestruturada foram entrevistadas duas professoras que atuavam no Ensino Médio. A partir da análise e dos resultados, as autoras constataram que as concepções de ser mulher-professora na Educação Básica, estão permeadas por questões históricas e sociais. As autoras concluíram que as percepções sobre a prática docente das professoras entrevistadas estão fortemente associadas à padronização social imposta, envolvendo o cuidado, a doçura, a ternura e dons da maternidade, atributos vinculados exclusivamente às mulheres.

O quinto capítulo, de autoria de Maria Elizângela da Penha, Rhimaykon Teotonio de Sousa Lima, Adriana de Alencar Gomes Pinheiro e Zuleide Fernandes de Queiroz intitula-se “Os saberes da mulher rezadeira: um olhar sobre suas práticas”. O texto tem como objetivo (re)conhecer o saber e o fazer das rezadeiras e curandeiras nas comunidades, identificando o

valor e o papel dessas mulheres a partir do relato oral de uma rezadeira da cidade de Iguatu-Ceará. Além disso, aborda o processo histórico que desencadeou o aparecimento dessas práticas desde o Brasil Colônia e como se configura no atual cenário histórico. De acordo com os autores/as, a reza, norteadas pelas palavras memorizadas e repetidas, seguidas de orações e geralmente unidas por galhos de plantas, é utilizada como instrumento de cura. Para a realização do estudo, os autores/as realizaram uma entrevista narrativa com uma rezadeira do município de Iguatu-Ceará. A análise dos resultados revelou que a história de vida das rezadeiras, também conhecidas como curandeiras, benzedoras, mulheres que abençoam e curam, traz em si uma série de elementos de suas experiências que mudam não só o seu percurso histórico, mas contribuem para a construção da identidade cultural de um determinado lugar. Os autores/as concluíram que a realização do estudo possibilitou a aproximação da história da mulher rezadeira, registrando, por meio de sua memória, o saber feminino atravessado pelo dom de curar as pessoas, ao passo em que dá visibilidade a essa prática historicamente construída diante de um contexto social, cultural e político, à época e aos dias atuais.

O sexto capítulo, de autoria de Luana Ricarto da Costa, Rayanne Pereira do Nascimento e Sara Raquel de Alencar Ferreira Ulisses intitula-se “História de mulheres negras, estudantes e professoras que se cruzaram no Mestrado Profissional em Educação na Universidade Regional do Cariri”. O texto tem como objetivo analisar as histórias de vida das estudantes e professoras do Mestrado Profissional em Educação (MPEDU), da Universidade Regional do Cariri (URCA), localizada no município de Crato-CE, levando em consideração seu contexto social e educacional. Para a realização do estudo foram entrevistadas três mulheres negras, professoras e estudantes da quinta turma do Curso de Mestrado Profissional em Educação (MPEDU). A análise das entrevistas revelou que as mulheres entrevistadas tiveram inúmeras dificuldades ao longo de suas vidas, como por exemplo, dificuldade para a aquisição de materiais e para o deslocamento até a escola e a universidade. A entrevistadas relataram, ainda, que sua vida (infância e adolescência) foi marcada por situações de preconceito e racismo, ora pelos próprios familiares, ora pela sociedade. Todavia, através dos seus estudos e conhecimento, foram se reconhecendo, se autodefendendo e fortalecendo a sua identidade.

Por fim, o sétimo capítulo, de autoria de Rosália Felipe da Silva e Beatriz Gonçalves de Lira intitula-se “Práticas de uma parteira da cidade de Brejo Santo/CE: da oralidade à fonte do conhecimento por meio da educação popular”. O texto tem como objetivo geral investigar como se deu o processo de atuação de uma parteira oriunda da cidade de Brejo Santo/CE. Esse objetivo se desdobra em três objetivos específicos: 1) Propor um diálogo com a parteira e/ou

comunidade, a fim de que isso possa contribuir com o desenvolvimento da pesquisa; 3) Coletar informações sobre as práticas de atuação da parteira; e 3) Relacionar o processo de atuação da parteira com o que se pretende enquanto práticas oriundas da educação popular. As autoras concluíram que graças à prática ativa da parteira entrevistada (Dona Raimunda) na comunidade, no século passado, muitas famílias estão construídas hoje, portanto, o reconhecimento do seu empenho trata-se de uma dívida histórica com quem deu o seu melhor, em dias de chuva e de sol, de forma voluntária.

A obra “Educa(ções) no Cariri Cearense: história do protagonismo feminino”, sem dúvida, nos presenteia com relatos de grandes mulheres, que lutaram e ainda lutam por condições de vida mais adequadas em um Brasil tão desigual.

Desejo a todos uma ótima leitura!

Profa. Dra. Solange Franci Raimundo Yaegashi
Universidade Estadual de Maringá
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado Profissional em Educação Inclusiva

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PREFÁCIO.....	6
ARTIGO 1.....	12
“DO LUTO À LUTA”: A ATUAÇÃO DA ‘AMA CARIRI’ A PARTIR DO ACREDITAR DE UMA MÃE ANA QUE AMA	12
DOI 10.47402/ed.ep.b202218541310	Francisco Raniel Alves Rodrigues Frank Lane Macêdo Machado Adriana de Alencar Gomes Pinheiro Zuleide Fernandes de Queiroz
ARTIGO 2.....	29
A PERCEPÇÃO DE MULHERES COM/SOBRE DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE HISTÓRIAS ORAIS.....	29
DOI 10.47402/ed.ep.b202218552310	Luan Gonçalves Jucá Antonia Raiane do Nascimento José Aurilo Bezerra da Silva Adriana de Alencar Gomes Pinheiro Zuleide Fernandes de Queiroz
ARTIGO 3.....	38
EMÍLIA FERREIRA DE OLIVEIRA: MEMÓRIAS E TRAJETÓRIA DE VIDA DA PROFESSORA PIONEIRA DO MUNICÍPIO DE TARRAFAS - CE.....	38
DOI 10.47402/ed.ep.b202218563310	Ana Paula Moraes Santos Souza Diogo Tavares dos Santos José Edson Ferreira da Costa Adriana de Alencar Gomes Pinheiro Zuleide Fernandes de Queiroz
ARTIGO 4.....	51
O SER MULHER-PROFESSORA NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS: DESAFIOS, CONQUISTAS E POSSIBILIDADES	51
DOI 10.47402/ed.ep.b202218574310	Eliane Rodrigues Martins Jaqueline Pinheiro Adriana de Alencar Gomes Pinheiro Zuleide Fernandes de Queiroz
ARTIGO 5.....	65
OS SABERES DA MULHER REZADEIRA: UM OLHAR SOBRE SUAS PRÁTICAS .	65
DOI 10.47402/ed.ep.b202218585310	Maria Elizângela da Penha Rhimaykon Teotonio de Sousa Lima Adriana de Alencar Gomes Pinheiro Zuleide Fernandes de Queiroz

ARTIGO 6.....	74
HISTÓRIA DE MULHERES NEGRAS, ESTUDANTES E PROFESSORAS QUE SE CRUZARAM NO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI.....	74

DOI 10.47402/ed.ep.b202218596310

Luana Ricarto da Costa
Rayanne Pereira do Nascimento
Sara Raquel de Alencar Ferreira Ulisses
Adriana de Alencar Gomes Pinheiro
Zuleide Fernandes de Queiroz

ARTIGO 7.....	91
PRÁTICAS DE UMA PARTEIRA DA CIDADE DE BREJO SANTO/CE: DA ORALIDADE À FONTE DO CONHECIMENTO POR MEIO DA EDUCAÇÃO POPULAR.....	91

DOI 10.47402/ed.ep.b202218607310

Rosália Felipe da Silva
Beatriz Gonçalves de Lira
Adriana de Alencar Gomes Pinheiro
Zuleide Fernandes de Queiroz

POSFÁCIO.....	99
ORGANIZADORES.....	100

ARTIGO 1

“DO LUTO À LUTA”: A ATUAÇÃO DA ‘AMA CARIRI’ A PARTIR DO ACREDITAR DE UMA MÃE ANA QUE AMA

Francisco Raniel Alves Rodrigues¹
Frank Lane Macêdo Machado²
Adriana de Alencar Gomes Pinheiro³
Zuleide Fernandes de Queiroz⁴

RESUMO

Neste trabalho buscamos analisar o contexto do autismo na Região do Cariri cearense, o processo de conscientização e empoderamento das famílias a partir da ação de mães que se articulam, principalmente, pelas redes sociais e a história da Ana Moésia frente a AMA Cariri, instituição social que defende a CAUSA TEA. Trata-se de um estudo qualitativo, realizado por meio de uma revisão bibliográfica com análise de documento da escrituração própria da AMA Cariri. A coleta das informações ocorreu entre maio e junho de 2022. A pesquisa exploratória e dissertativa foi desenvolvida por meio de uma observação participante pela qual procuramos selecionar documentos que embasem a investigação, visando a construção de hipóteses e procurando fazer uma argumentação que tenha relevância e sustentação. Identificamos uma linha de acontecimentos históricos que marcam a trajetória de Ana Moésia e da instituição AMA Cariri, em especial, a organização das redes sociais administradas por ela que proporcionam conscientização e empoderamento às mães; a luta pela efetivação e ampliação de direitos sociais para os autistas, pessoas com deficiência e seus familiares; a experiência bem sucedida do Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento de Pessoas com TEA da AMA Cariri, sua indissociabilidade com a história de sua idealizadora; inúmeras ações desenvolvidas e que envolvem uma rica trajetória de atuação nas grandes áreas: Saúde, Educação e Assistência Social; também notamos que, principalmente, as mães são as enfrentantes do movimento social pro CAUSA TEA na região, uma expressão do ser feminino que revela coragem e abnegação, mas, não só isso, protagonismo e superação também as identificam. Notamos que há necessidade de profissionais capacitados para diagnosticar o autismo e prepararem as famílias sobre as dificuldades que poderão enfrentar; que o processo terapêutico necessita de uma equipe multidisciplinar e pode exigir muito da família e da pessoa com autismo; que o movimento social institucionalizado em defesa da CAUSA TEA no Cariri contribui com as políticas públicas locais. Ana Moésia e a AMA Cariri apresentam jornadas de desafios, lutas e superação que coadunam com a constante batalha das mães e da associação na defesa dos seus filhos e assistidos, respectivamente, na promoção da transformação social para um mundo melhor e mais justo. São histórias assim que servem de inspiração a muitas outras causas e à luta permanente pela efetivação da democracia de fato e direito em todos os seus princípios.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Relações familiares. Inclusão social. Protagonismo feminino. Legislação.

¹Mestrando em Educação pela Universidade Regional do Cariri (MPEDU/URCA).

²Mestrando em Educação pela Universidade Regional do Cariri (MPEDU/URCA).

³ Doutora em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Professora Permanente do Mestrado Profissional em Educação (URCA).

⁴ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Professora Permanente do Mestrado Profissional em Educação (URCA).

1. Introdução

O presente trabalho nasceu a partir das diferentes questões, problematizações e conhecimentos obtidos na disciplina TÓPICOS DE ENSINO I: HISTÓRIAS DE MULHERES E PROCESSOS EDUCACIONAIS do MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO da Universidade Regional do Cariri - URCA. As discussões e leituras sobre a Mulher e seu protagonismo através de lutas históricas nos remeteu a um conhecimento de causa no município de Missão Velha - CE, o qual está localizado na mesma Região Metropolitana do Cariri onde o *Campus* Pimenta, na Cidade de Crato, abriga a sede da URCA, local em que o Mestrado Profissional em Educação - MPEDU ocorre.

A região do Cariri é rica em belezas naturais, manifestações culturais e folclóricas. A religiosidade é marcada principalmente pelo catolicismo, é uma região de representativa presença da configuração familiar patriarcal, onde o machismo revelado prepondera nos diferentes espaços de sociabilidade. O ser mulher na nossa sociedade patriarcal ainda está relacionada à maternidade, esposa, aquela cuidadora do lar, que muitas vezes tem negado o direito de protagonismo a partir de um lugar de fala. Excluída de processos históricos, mesmo numa Grécia que se dizia ética ou nos espaços que se proclamem religiosos. Foi a ela negado na cultura ocidental o direito de fazer parte da história, seu local de fala, e continua sendo, em parte, subtraído por homens, tornando a mulher um outro que não ela mesma como pensa Simone de Beauvoir (1961).

Por reconhecer todo esse cerceamento da mulher na nossa sociedade e ao longo da história, que resolvemos nesse trabalho apresentar um caso relevante de protagonismo feminino. De uma mulher, filha, mãe, professora, esposa, cidadã, trabalhadora, empreendedora, entre tantas outras coisas que ela pode ser desde que decida por ser. A nossa personagem chama-se Ana Moésia Magalhães Ribeiro Machado, de 43 anos de idade, uma paulista-cearense. Junto a essa história apresentaremos a Associação de Pais, Amigos e Profissionais dos Autistas do Cariri-CE / AMA. Sua relevância e atuação pioneira na região, tornando-se instrumento de ajuda e empoderamento para muitas mães caririenses. Se não é fácil o “ser mãe” na nossa sociedade junto ao “ser esposa” e tudo aquilo que se exige desses papéis, mais desafiador é ser mãe de uma “criança especial”, de uma pessoa com deficiência, numa sociedade também marcada pelo preconceito ao diferente. Assim, não seria exagero dizer que mães de crianças especiais, tornam-se “mães especiais”. Entretanto, para não romantizarmos a luta podemos afirmar que ser mãe de uma pessoa com deficiência é enfrentar demandas que vão além do diagnóstico e do preconceito. É proteger e cuidar sem trégua ou pausa, num desafio

constante e intenso que requer abnegação e consciência dos direitos, do(a) filho(a) e dos seus próprios.

Por termos parte na comunidade onde a AMA Cariri atua e fazermos parte da instituição, optamos por uma observação participante. Neste tipo de observação o pesquisador se integra no grupo onde vai realizar a pesquisa, participando ao mesmo tempo das ações que por ele devem ser registradas. Na observação deve-se ter consciência do acompanhamento dos fatos e circunstâncias, objetivando sempre registrar os diferentes comportamentos, suas causas e consequências. Para isso mantivemos atenção constante, objetividade e imparcialidade; paciência com o contraditório e usamos o tempo necessário. Por termos utilizado fontes mais diversificadas e dispersas, tais como: Estatuto social, Histórico, Planos de ação, Atas, Biografia, a pesquisa ganha nuances documental, esse tipo de pesquisa utiliza fontes primárias, isto é, informações que ainda não foram tratadas científica ou analiticamente, algo que confere um caráter de originalidade a este estudo. Os documentos analisados, atuais ou antigos, disponíveis na escrituração própria da associação, foram usados para contextualização histórica, cultural, social e econômica, na qual, paralelamente, se desdobram e entrelaçam acontecimentos e fatos da história da AMA e da Ana.

2. Do luto à luta: A estranha mania de ter fé na vida!

Ana Moésia é a segunda filha de Francisco e Jozélia, casal esse que a exemplo de muitos nordestinos desse país, deixaram sua cidade natal em busca de melhores condições de vida nas metrópoles do Sudeste. Assim, Ana nasceu na cidade de São Paulo-SP em 18 abril de 1979. Ainda criança, Ana teve sua primeira experiência com o luto. Aos seis anos de idade perdeu seu pai, Tico, que após um acidente vascular cerebral - AVC, faleceu, com 33 anos de vida. Sua genitora, viúva e mãe de quatro crianças, voltou para Missão Velha, sua terra natal, em busca de ressignificar sua vida, criar seus filhos com todos os obstáculos que uma vida de mãe viúva exige de uma mulher. Indubitavelmente o exemplo de dona Jozélia contribuiu na formação de Ana.

Ainda jovem, Ana Moésia tornou-se professora de reforço, oriunda de escola pública, aos 17 anos foi aprovada no vestibular no curso de Educação Física na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em 1996, com o apoio de sua mãe, dona Jozélia, que costurava e fazia crochê para enviar dinheiro à filha, que morava na capital João Pessoa. Ana, com determinação e sofrimentos, conseguiu concluir seus estudos e retornou para sua cidade. Na região do Cariri, atuou como coordenadora de Educação Física na Secretaria de Educação na cidade de Crato -

CE (2006), neste mesmo ano tornou-se servidora pública efetiva em Juazeiro do Norte, atuando como professora de Educação Física do Ensino Fundamental II. Na sua cidade de Missão Velha, prestou concurso em 2008 sendo aprovada, com lotação, também efetiva, na secretaria municipal de saúde. Trabalhou no acompanhamento de Grupos de Idosos pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e no CAPS, como profissional da Educação Física. Concluiu, em 2010, pós-graduação em Educação Especial pela Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA, mal sabia ela a surpresa que o destino lhe reservaria. Casou-se e tornou-se mãe de três filhos.

O segundo filho de Ana, P.I.M., foi diagnosticado⁵ com Transtorno do Espectro do Autismo - TEA; ela estava diante de um “luto simbólico” da perda do filho ideal. Precisaria agora se organizar para garantir os direitos do filho autista. Num primeiro momento teria que buscar ajuda da família, principalmente do esposo, que assim como os outros membros, recusou-se acreditar na ideia de que a criança tinha TEA.

Para Schmidt & Bosa o conceito de autismo é definido da forma a seguir:

O Autismo é um transtorno global do desenvolvimento que se inicia antes dos três anos de idade. Caracteriza-se como uma síndrome comportamental de etiologias múltiplas que compromete o processo do desenvolvimento infantil afetando a interação social, a comunicação e o comportamento geral do autista, o que resulta em interesse por atividades restritas, estereotipadas e repetitivas. (SCHMIDT & BOSA, 2003).

Também discutido por Machado, dialogando com Tamanaha, Perissinoto & Chiari, o TEA assume as condições e características a seguir:

O autismo é um conjunto de alterações caracterizadas por modificações qualitativas com prejuízos severos e invasivos nas áreas de interação social e comunicação, e por um repertório de interesses e atividades restrito e estereotipado (Tamanaha, Perissinoto & Chiari, 2008 apud MACHADO, 2014 p. 519).

Além do sofrimento pela condição do filho, Ana assim como outras mães de crianças com TEA, vivenciou a falta de apoio da família. Esse apoio da família e despertar precoce é de suma importância para a criança Autista. Segundo Braga e Ávila (2004) a idade ideal para diagnóstico do autismo é até os três anos de vida. Buscaglia (2006) afirma que deparar-se com as limitações do filho, em qualquer família, é sempre um encontro com o desconhecido. Enfrentar essa nova e inesperada realidade causa sofrimento, confusão, frustrações e medo. O anseio pela criança perfeita e saudável se dá pela possibilidade de concretizar seus sonhos e ideais nos filhos; e quando o filho possui alguma limitação significativa, suas expectativas se fragilizam, já que a criança perfeita que lhes proporcionaria alegrias não nasceu (Meira, 1996;

⁵ Nascido em 2008, o diagnóstico de TEA foi confirmado em 2011. Aos dois anos e seis meses de vida considerado um diagnóstico precoce à época. Atualmente, somam 11 anos de desafios e lutas incessantes com intensa aprendizagem na vida da Ana e da sua família.

Jerusalinsky, 2007). É nesse sentindo que falamos de luto, do sepultamento das expectativas. Logo essa mãe abnegou seu luto e foi construir sua luta, já que encontraria em tantas outras mães a mesma causa.

Com o tempo e já com o apoio do esposo, Ana começou sua batalha. Em 2015, em Missão Velha, no Ceará, um grupo de famílias apresentou queixa na promotoria de justiça sobre o atendimento de saúde e do CAPES (instituição recém implantada no município). Essas famílias reivindicavam um atendimento adequado por parte do serviço público do município às crianças autistas. Foi mobilizada pelo Promotor da cidade uma Audiência Pública sobre o Autismo, realizada na câmara municipal, colhendo informações de diversos setores públicos e da sociedade. Nessa ocasião, Ana Moésia falou sobre suas experiências com TEA. Como criadora da *fanpage* **Autismo e Inclusão Escolar**⁶, ela já tratava de assuntos relacionados ao objetivo da Audiência Pública supracitada. Assim, foi convidada pelo promotor para que se tornasse representante da categoria de mães. Apresentou seu depoimento e socializou sua experiência de vida com seu filho autista. Com uso das redes sociais, grupos de *WhatsApp*, rádios, etc. a audiência teve tão boa repercussão que contou com a mobilização de representações dos municípios vizinhos. Abaiara, Aurora, Barbalha, Caririaçu, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Mauriti e Milagres são exemplos dos que se fizeram representados durante e após o evento de caráter público.

No dia 1º de abril de 2015, na Câmara Municipal em Missão Velha – CE, o tema foi debatido e foram dados vários encaminhamentos a nível municipal, havendo ainda diversas demandas que carecem de políticas públicas eficientes que atendam às necessidades diárias dessas famílias. Entretanto, a audiência foi inspiradora para novas reuniões, que aconteceram na Universidade Regional do Cariri – URCA, *Campus* Missão Velha, durante o mês de abril daquele ano, o que culminou na fundação da AMA Cariri no dia 25 de abril de 2015. Aqui o primeiro grande passo a partir da junção de forças de mulheres mães, que estigmatizadas no seu eu feminino, têm força, raça, gana sempre, pois quem traz no corpo a marca do ser mulher “possui a estranha mania de ter fé na vida!”

No percurso da sua vida acadêmica, Ana Moésia também concluiu uma pós-graduação em Saúde Mental com ênfase em Transtorno do Espectro Autista, pela faculdade INESPE (2017). Neste ano de 2022, concluiu o Mestrado Profissional em Educação da URCA – MPEDU. Sua defesa da dissertação, com o tema “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O

⁶ Página dedicada aos alunos autistas inseridos na rede regular de ensino, especialmente ao meu filho Autista Clássico. Autora Ana Moésia.

DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM ESCRITA DE AUTISTAS NA AMA CARIRI”, foi elogiada e considerada "digna de prosseguir para o Doutorado”, conforme disse a Dra. Dayse Serra da UFJR, da banca avaliadora. O produto da sua pesquisa, o kit pedagógico para avaliar precursores de linguagem – *TEAdapto*, abordou sobre a alfabetização de autistas na AMA Cariri, algo inédito, até então. Não obstante, toda essa produção intelectual encontra-se em fase de registro junto à Biblioteca Nacional.

3. “AMA Cariri! AMA”: Caracterização da AMA Cariri

Na sua essência, nascia uma instituição sem fins lucrativos, de caráter beneficente e de cunho regional, pois já na sua primeira Diretoria Executiva e Conselho Fiscal estavam representados 5 (cinco) municípios do Cariri – Abaiara, Aurora, Barbalha, Milagres e Missão Velha. Ana Moésia preside a AMA Cariri da fundação aos dias atuais. O apoio da professora Mestra Célia Magalhães, tia de Ana Moésia e, na época, Coordenadora do Campus URCA Missão Velha, foi de extrema relevância. Ela também faz parte da associação desde a sua fundação e sendo uma das membras da sua Diretoria Executiva até hoje. A sede da AMA Cariri é cedida de forma provisória e mediante termo formal desde 2017. Para isso, uma família local dispõe uma parte de sua residência (recurso da própria família) para dar condições mínimas às atividades iniciais e aos projetos da instituição.

A AMA Cariri tem como Missão: Contribuir para a melhoria da qualidade de vida, inclusão escolar e social das pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA, prestando orientações, tratamento e acompanhamento por profissionais especializados, em parceria com as famílias, sociedade, iniciativa privada e poder público na região do Cariri - CE. Obviamente a AMA Cariri trata-se de uma ONG. Bentinho define organizações não governamentais assim:

Uma ONG define-se por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia - liberdade, igualdade, diversidade participação e solidariedade. [...] as ONGs são comitês e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonham (ABONG, 2006).

Abordaremos este assunto de maneira mais detalhada no tópico “6. AMA Cariri no terceiro setor” no qual discutiremos a sua atuação enquanto Organização da Sociedade Civil (OSC) e o seu papel frente ao Estado e as instituições privadas.

Atualmente, a AMA Cariri conta com o número de 158 associados, entretanto, possui mais de 500 famílias com diagnóstico de TEA em seu cadastro e grupos de *WhatsApp* por municípios pertencentes à região do Cariri cearense. Nota-se, pelos números, que ainda há muito a ser feito, inclusive, ações que promovam uma maior participação e adesão das famílias

ao movimento social coletivo e à própria AMA Cariri — relações que emergem com o tempo e com a confiança à qual, trilhada passo-a-passo, no rumo certo, podem ampliar o poder de intervenção na realidade local, aumentar o empoderamento das mães, mulheres e das famílias como estratégias de sobrevivência em uma sociedade preconceituosa, machista e que elege padrões do indivíduo ideal, subestimando as diferenças e inferiorizando as deficiências.

Considerando a Saúde, a Educação e a Assistência Social indissociáveis e totalmente conectadas, sendo a proteção e a valorização do desenvolvimento humano os seus fundamentos, a AMA Cariri atua nessas 3 (três) grandes áreas das formas relacionadas a seguir:

1 - Assistência Social: apoio às famílias a superar limites, a compreenderem o luto e o tempo do diagnóstico; a organizar-se em grupos com objetivos comuns em busca da garantia de direitos e da ampliação destes. Dispor de advogados e outros profissionais voluntários que prestem assessoria e orientações necessárias à Instituição e aos seus associados também constituem-se em ações de promoção da cidadania por meio da AMA.

2 - Saúde: promoção de mutirões com profissionais voluntários, parcerias com instituições públicas e privadas da Região do Cariri e para além dela, por meio de diálogo constante, atendimento a pessoas de baixa renda com a disposição de consultas e exames, orientações sobre o tratamento e sobre os direitos e deveres do paciente e dos profissionais (terapeutas). Compra e doação de medicamentos por meio de campanhas sociais com intuito de atender necessidades específicas e justificadas também são mobilizadas, respeitando a legitimidade, a moral e a legalidade, quando da ausência e/ou falha nas políticas públicas específicas. Atua na formação e capacitação para Agentes Comunitários de Saúde (ACS's), Acompanhante Terapêutico (AT) e Executivos de Atendimentos na linha direta ao público usuário dos serviços de saúde da rede pública e particular. Promove cursos, capacitações, palestras e contribui para a mobilização dos segmentos da saúde e da sociedade, na busca da promoção das mudanças culturais e atitudinais desejadas.

3 - Educação: realização de formações e capacitações para professores, mediadores, cuidadores (apoio), Acompanhante Terapêutico (AT) e Atendimento Educacional Especializado (AEE), palestras nas escolas (diversas) da Região do Cariri, apoio e orientação aos gestores, roda de conversas com familiares, eventos institucionais e universitários, congressos, organização e viabilização de grupo de estudo sobre TEA, publicações de artigos, incentivo à pesquisa e o desenvolvimento do Projeto de Alfabetização da AMA Cariri que acontece desde 2017 e conta hoje com 55 (cinquenta e cinco) famílias beneficiadas

semanalmente. Neste ano, 2022, contará com duas Psicopedagogas, contratadas com recurso de emenda parlamentar Termo de Fomento Nº 919434/2021, Nº Processo: 00135226269202121 já publicado em Diário Oficial da União - seção 3 - ISSN 1677-7069 Nº 239, terça-feira, 21 de dezembro de 2021. Recurso que ajudará sobremaneira no desenvolvimento das ações do Projeto no ano em curso.

Em todas essas grandes áreas e suas ramificações, a Associação AMA Cariri tem procurado desenvolver ações de conscientização e de empoderamento de valores e direitos. Suas ações estão pautadas na Lei Berenice Piana (LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012), em seu Decreto de Regulamentação (DECRETO Nº 8.368, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014) e no Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão (LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015), dentre muitas outras composições no nosso vasto ordenamento jurídico e produção científica. Desmistificar o Autismo é também abrir-se para uma sociedade mais justa, equânime e inclusiva.

4. AMA Cariri em ação

Lembrando Hanna Arendt que nos ajuda entender partindo da ideia de que nada é tão irreduzível e eminente quanto possa aparentar; se tratando da ação humana, por mais certeza, domínio ou garantia que se tenha dela, sempre estará passível ao imprevisível, ao novo, à fragmentação e a reação. Hannah Arendt complementa o seu pensamento acrescentando que:

“a ação, embora possa provir do nada, [...] atua sobre um meio no qual toda reação se converte em reação em cadeia, e todo processo é causa de novos processos. Como a ação atua sobre seres que também são capazes de agir, a reação, além de ser uma resposta, é sempre uma nova ação com poder próprio de atingir e afetar os outros” (ARENDR 1987, p.203).

A AMA Cariri realiza Blitz educativas durante o mês de abril, dedicado à conscientização sobre o autismo, em municípios do Cariri, com a distribuição de panfletos informativos, adesivagem de carros e doação de brindes. Ajudando difundir as informações e dar visibilidade ao papel e a importância da AMA Cariri, os meios de comunicação de nossa região: TV (Verde Vale, Verdes Mares); rádios (padre Cícero, Transcariri FM); jornais (Jornal do Cariri); revistas (Cariri Revista); *blog*; *sites* e redes sociais contribuem com a discussão dos atos praticados pela Associação.

Durante os últimos anos foram várias as ações desenvolvidas nas escolas, logradouros públicos diversos, câmaras municipais, secretarias, instituições não-governamentais, universidades, campanhas de conscientização pelas redes sociais, criação do site oficial da AMA (www.ama-cariri.wabnode.com), idealização e organização do I Congresso Caririense

sobre Autismo (I TEAMACariri)⁷, participação em audiências públicas sobre autismo realizadas nos municípios do Cariri, formação e administração de grupos de *WhatsApp* por município, ações que buscam ampliar o conhecimento das famílias e a conscientização da comunidade como forma de garantia de direitos, defesa e promoção da justiça social.

5. Inclusão e Desenvolvimento de Pessoas com TEA na AMA Cariri de Mãe(s) Ana

Em janeiro de 2017, Ana idealizou o Projeto de Inclusão e Alfabetização de pessoas com Transtorno do Espectro Autista da AMA Cariri, em parceria com a Universidade Regional do Cariri, *campus* de Missão Velha, conseguindo monitores voluntários, estudantes dos semestres finais dos cursos de Letras e Biologia, ofertados localmente do *campus* local. A ideia inicial surgiu do interesse de algumas mães que acompanhavam a *fanpage* **Autismo e Inclusão Escolar** e o **Grupo Autismo**⁸ do *WhatsApp*, ambos administrados por Ana Moésia. Este trabalho, em menos de um mês de atuação, conseguiu ampliar o perfil de 2 crianças e 3 monitores para 4 crianças e 6 monitores. Todos os encontros eram iniciados com um grupo de estudos, escolhendo um tema sobre autismo e elaborando o planejamento individualizado das atividades de cada criança.

Os primeiros 2 meses foram de muitas descobertas e principalmente de muito aprendizado pois, embora todas as crianças apresentassem interesses e idades diferentes, observou-se que elas tinham algo incomum: não conheciam o alfabeto nem sabiam escrever o próprio nome. A partir disso, foram estipuladas metas, com mais clareza, e os principais objetivos foram delineados: etapa 1 – ensinar letras, números e o nome próprio; etapa 2 – sílabas: palavras e adição. Enquanto isso, as mães acompanhavam as atividades participando presencialmente e ativamente da sua execução.

Aos poucos, o número de vagas foi ampliado, organizaram o material pedagógico e todos os beneficiários passaram a ser atendidos individualmente, com horário marcado, porque as dificuldades na aprendizagem dos participantes eram enormes e era preciso fazer um diagnóstico dessas dificuldades de forma mais específica. Para isso, quatro salas foram preparadas para atendê-los, já na sede provisória. Neste interim, vários materiais foram

⁷ I Congresso cariense de autismo. I TEAMACariri, idealizado e realizado pela AMA Cariri em 2021, contribuindo para a produção de conhecimento científico - <https://ama-cariri.webnode.page/i-teamacariri/>. Acesso em 19 de junho de 2022.

⁸ Desde a popularização das redes sociais, em especial o *WhatsApp*, a organização coletiva de pessoas em prol da CAUSA TEA tem se intensificado em todo o mundo. Isso não acontece de forma diferente no Cariri. São vários grupos e muitos deles com representação da AMA Cariri. Hoje, há uma tendência a concentração de membros locais, ou seja, integrantes de um mesmo município, porém, com representante em grupos regionalizados. Essa característica favorece a participação, o acesso e ampliação de informações.

produzidos, respeitando as necessidades de apoio e o grau de dificuldade, as habilidades e interesses de cada participante.

O projeto conta, hoje, com 55 crianças e jovens assistidos. A maior parte deles é de Missão Velha (35). Porém, cumprindo o seu papel de cunho regional, a AMA Cariri também atende famílias de outros municípios (20) vizinhos pertencentes à região do Cariri. Estes últimos, entretanto, em quantidade menor, por causa da dificuldade de locomoção e de apoio local às famílias para se deslocarem à AMA Cariri. Outro fator potencializador desse projeto foi a parceria com o Neuropsicopedagogo Dr. Roberto Sousa, profissional que promoveu, semestralmente, formação com monitoras do Projeto de Alfabetização da AMA Cariri. Além disso, estimulou os mediadores para que aprendessem, na teoria e na prática, maneiras mais eficazes de construir e aplicar o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, além de orientar novas técnicas para produzir materiais, atividades adaptadas e adequadas a cada caso. O serviço prestado pelo Dr. Roberto à associação se deu de forma voluntária, contribuindo sobremaneira com a proposta e objetivos institucionais.

Além das atividades pedagógicas, esse projeto preocupa-se com o desenvolvimento global das crianças com autismo realizando, para esse fim, atividades corporais, lúdicas, de estímulo à interação sensorial e social, promovendo também a participação efetiva e direta de pais e mães. Nesses momentos, a presença de Ana Moésia sempre foi decisiva, uma vez que consegue agregar, organizar e liderar, além de proporcionar acolhimento, segurança e esperança.

5.1. Covid-19, a urgência de reinvenção da ação

A pandemia, a partir de março de 2020, trouxe muitas tristezas e ensinamentos, tendo o trabalho da AMA Cariri, assim como de inúmeras outras instituições no mundo todo, a necessidade de se reorganizar no formato remoto. Nesse sentido, a participação de Ana Moésia foi decisiva para a continuidade das ações. Para isso, ela coordena os grupos de *WhatsApp*, as redes sociais e o contato com as famílias e as monitoras. Para mais, a parceria firmada com o **Projeto Música e Encanto**⁹, em 2021, deu nova propulsão às atividades diárias, aumentando a procura por vagas, que hoje é bem superior à capacidade de atendimento. Ademais, nosso

⁹ O projeto Música e Encanto® foi desenvolvido pela Musicking Centro de Musicoterapia de Curitiba, especializada em autismo, juntamente com seus investidores anjo. Os responsáveis pela parte técnica do Projeto são os músico-terapeutas Priscila Mertens Garcia e Guilherme Augusto Tosin, desde o desenvolvimento das atividades até as adaptações e arranjos musicais.

objetivo principal neste trabalho é a discussão da atuação da AMA e da Ana, sendo a pandemia tema relevante, porém, não é ela o nosso foco de investigação principal.

6. A mobilização do Poder Legislativo no Cariri por Mãe(s) Ana que AMA

Ana Moésia tem respeitada atuação junto ao poder legislativo, a fim de sensibilizá-lo a propor leis que garantam os direitos dos autistas e das Pessoas com Deficiência nos municípios do Cariri. Conseqüentemente, dentre algumas conquistas, é possível citar projetos de leis apresentados às Câmaras municipais, dentre os quais podemos destacar: Redução em 50% da carga horária de trabalho dos servidores públicos responsáveis legais de pessoas com deficiência que necessitem acompanhamento permanente (LEI 301/2015 de 11 de maio de 2015), replicada em municípios como Caririaçu, Milagres e Mauriti entre outros; Semana municipal de conscientização do Autismo (LEI 376/2017 de 08 de maio de 2017), replicada em mais de uma dezena de municípios do Cariri e até mesmo de estados vizinhos como Pernambuco, atualmente remodelada e ampliada para o MÊS AZUL de conscientização sobre o TEA, também replicado em alguns municípios da região, tido como exemplo pelos visitantes e usuários dos serviços da AMA Cariri.

Ana travou uma verdadeira luta para conseguir estender essas conquistas a todos os municípios do Cariri e ampliá-las, por meio da conscientização e da participação das famílias e da população no envolvimento com as políticas públicas e com a legislação. Fez visitas, pessoalmente, junto com seu esposo e importantes amigos em mais de uma dezena de Câmaras Municipais do Cariri, em alguns momentos, sendo convidada a usar a tribuna. São mais de quatro dezenas (> 40) de projetos de leis aprovados e uma verdadeira história de discussão sobre o TEA nas Câmaras Municipais do Cariri, como antes nunca se viu. Bons objetivos e boas ações são fundamentais para um comportamento ético, bem como a constante busca pelo equilíbrio.

“É fácil errar de várias maneiras[...], ao passo que só é possível acertar de uma maneira. Também é por isso que o excesso e a falta são características da deficiência moral, e o meio termo é uma característica da excelência moral.” (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, livro 2).

Para Aristóteles virtude significa ação. O homem virtuoso é aquele que aprendeu pela prática a desempenhar um papel social. A virtude está totalmente relacionada com o comprometimento com a comunidade. Havia uma preocupação em Paulo Freire na conscientização do ser, que o levaria ao engajamento na sociedade onde está inserido. Se para Aristóteles o homem virtuoso é capaz de fazer o melhor governo de si e das coisas públicas ao seu alcance, para Freire, por meio de um processo educativo seria possível romper com as injustiças, fomentando uma educação como prática libertadora. É de Freire a frase “Não sou se

você não é, não sou, sobretudo, se proíbo você de ser!” (1997; p.100). Não seria, portanto todas essas lutas uma forma dessas mães da AMA garantirem o direito dos filhos serem quem são? Em ambos os casos, a busca pela realização pessoal do eu está intimamente ligada ao bem comum. Em outras palavras, ao cultivo da ética que não pode ser desmembrada da liberdade.

7. AMA Cariri no terceiro setor

A sigla ONG quer dizer “Organização Não Governamental”, expressão que abrange diversas interpretações. A expressão surgiu pela primeira vez na Organização das Nações Unidas (ONU) pós Segunda Guerra Mundial, para referir-se a organizações supranacionais e internacionais que não foram fundadas por acordos governamentais. Aqui no Brasil, a expressão era relacionada às múltiplas organizações que surgiram nas décadas de 1970 e 1980, em apoio aos movimentos sociais e organizações populares e de base comunitária, com objetivos de promoção de cidadania, defesas de direitos e luta pela democracia política e social. As primeiras ONGs surgem com os movimentos sociais junto a atuação política e ação coletiva na busca de proteção e direitos, fortalecendo a sociedade civil.

Atualmente as ONGs são grupos sociais organizados formalmente sem fins lucrativos, marcados por ações solidárias no campo das políticas públicas e pelo exercício de pressões políticas em prol da população marginalizada, excluída das condições de cidadania. As ONGs fazem parte do chamado 3º Setor. Esse termo está relacionado ao setor civil da sociedade, por exemplo, o poder público é o 1º setor, a iniciativa privada o 2º setor e como dito, as ONGs o 3º setor. O 3º setor emerge da lacuna deixada pelo 1º setor (Estado) que falha na redução da desigualdade, da pobreza e na promoção do desenvolvimento, objetivos esses que são defendidos e realizados muito mais pelo 3º setor.

Compreendendo a lei do Marco Regulatório da Sociedade Civil – MROSC (Lei 13.019/14), esta estabelece as normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. Podemos afirmar que a AMA Cariri caracteriza-se como uma Organização da Sociedade Civil – OSC. Quando estabelece em seu Artigo 2º, inciso I – Organização da Sociedade Civil, alínea a):

entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante

o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

Por meio do 3º setor é que surgem, no campo das finalidades educacionais, os educadores sociais, que buscam promover igualdade, o respeito com todos os sujeitos do seu contexto. Tais educadores devem atuar procurando respeitar e proteger os direitos dos excluídos, promovendo a autonomia dos sujeitos. Esses espaços organizacionais do terceiro setor situados entre as esferas pública e privada, identificados por alguns atores como públicos não estatais, cumprem papel relevante na sociedade. Ressaltamos ainda que tais espaços constituem importantes alternativas de sistematização da sociedade como um todo, promovendo ações sociais, culturais, assistenciais entre outras.

Nessa dimensão, percebemos o caminhar da AMA Cariri, uma vez que tem como objetivo atuar no apoio aos pais/responsáveis, aos profissionais/terapeutas/professores, etc., junto à sociedade civil, às instituições privadas e na mobilização prol CAUSA TEA, no entendimento do espectro autista por meios/fontes científicas e jurídicas morais e legais, desmistificando os achismos e contribuindo significativamente na melhoria da sociedade, na compreensão do TEA, na conquista e ampliação dos direitos e na sua inclusão em todos os segmentos da sociedade.

8. Discussão dos resultados

Ao final desse trabalho destacamos que segundo *Nota da OMS de abril de 2017*¹⁰, uma em cada 160 crianças possui um Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Em pesquisas mais recentes nos Estados Unidos, segundo *Relatório do CDC*¹¹ (Centro de Controle de Doenças e Prevenção), publicado em 2 de dezembro de 2021, uma em cada 44 crianças, até 8 anos de idade, é diagnosticada com o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Os dados apontam para um aumento de 22% em relação ao estudo anterior (1 para 54 — divulgado em 2020).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, insere uma questão sobre o autismo no censo 2022, em amostragem domiciliar de 11%, é a primeira iniciativa nacional em busca de dados sobre o TEA, ação que contribuirá para o balizamento de políticas públicas nacionais. A pergunta formulada é a seguinte: “Já foi diagnosticado(a) com autismo por algum profissional de saúde?”, tendo sim ou não como resposta.

¹⁰ Estimativa de prevalência de autismo segundo a ONU/OMS - <https://news.un.org/pt/story/2017/04/1581881-oms-afirma-que-autismo-afeta-uma-em-cada-160-criancas-no-mundo>. Acesso em 19 de junho de 2022.

¹¹ Relatório prevalência de autismo nos Estados Unidos segundo Centro de Controle de Doenças e Prevenção - CDC - <https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/70/ss/ss7011a1.htm>. Acesso em 19 de junho de 2022.

Percebem que, embora algumas pessoas com TEA possam viver de forma independente, existem outras pessoas com deficiências diversas e também com graus variados de autismo severo que precisam de atenção e apoio constante ao longo de suas vidas. As intervenções psicossociais baseadas em evidência, tais como terapia comportamental e programas de treinamento para pais, podem reduzir as dificuldades de comunicação e comportamento social, promovendo um impacto positivo no bem-estar e qualidade de vida dessas pessoas e seus cuidadores. As intervenções voltadas ao TEA devem ser acompanhadas de atitudes e medidas amplas que garantam que os ambientes físicos e sociais sejam acessíveis, inclusivos e acolhedores. As pessoas com autismo sofrem estigmatização, discriminação e violação dos direitos humanos. O acesso a serviços e suporte é insuficiente em todo o mundo, não sendo diferente no Cariri cearense.

Partindo da mencionada Nota da OMS e do Relatório do CDC, consideramos ainda mais relevante trazer aqui o trabalho da AMA Cariri e das mães, a exemplo de Ana Moésia. Considerando que a mobilização da CAUSA AUTISTA em nossa região deve muito a essa mulher, mãe guerreira, estudiosa e precursora desse movimento organizado em Missão Velha para o Cariri. É a partir dessa(s) mulher(es), mãe(s) caririenses e de todos que fazem a AMA Cariri, com seu brado retumbante de Amor, que o autismo foi e tem sido tema frequentemente debatido nas Câmaras municipais, redes sociais e na mídia carirense, congressos, fóruns etc.

Evidenciando acontecimentos recentes que comprovam as argumentações apresentadas neste estudo, citamos a aprovação por unanimidade na Câmara Municipal de Missão Velha, da Lei nº 612/22 sancionada em 18 de abril de 2022 que confere a Ana Moésia o Título de CIDADÃ HONORÍFICA MISSÃOVELHENSE, a mais alta honraria, comenda ofertada pela Casa do Povo em reconhecimento público e em vida pela relevância do trabalho prestado. Neste dia é sancionada, após aprovada por unanimidade, a lei nº 613/22 que "Institui, no âmbito do município de Missão Velha-CE, a Política Pública para Garantia, Proteção e Ampliação dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista e dá outras providências", mais uma conquista das muitas que servem de exemplo ao Cariri e as quais são indissociáveis da trajetória da Ana que AMA.

Observamos que AMA Cariri mantém uma escrituração desejável por muitas instituições que emergem e buscam se organizar para o cumprimento de suas funções sociais.

9. Considerações finais

Numa transposição da prevalência evidenciada no Relatório do CDC publicado em 2021 (de 2,3% da população), no Brasil teríamos hoje cerca de 4,84 milhões de autistas. Porém, ainda não temos números de prevalência de autismo por estudos oficiais nacionais no Brasil, cabendo-nos provocar estas comparações para que não seja despercebida a necessidade de medidas urgentes que confirmem ou refutem esses dados.

A **LEI Nº 13.861, DE 18 DE JULHO DE 2019**, que autoriza uma pergunta sobre autismo no censo 2022 é fruto de intenso movimento social, protagonismo e ativismo das famílias (com especial participação das mães), comunidades de autismo (instituições, profissionais e cidadãos afins da CAUSA) e comunidade autista (formada por pessoas com diagnóstico TEA). É um primeiro e importante passo. Ainda assim, é relevante dizer que o nosso Ordenamento Jurídico apresenta um amplo conjunto de Leis que necessitam ganhar vida, sair do papel e ser transformadas em políticas públicas efetivas.

Todavia, grande parte deste movimento social de representativa constituição de mulheres/mães no Cariri tem o braço forte, o carinho, a dedicação e a esperteza desta mãe e mulher Ana Moésia, que contribui com a história de missãovelhenses e caririenses aguerridos e bravos em suas lutas, convicções e princípios.

A Ana e a AMA têm histórias permeadas de desafios, lutas e superações que coadunam com a constante batalha das mães e da associação na defesa dos seus filhos e assistidos, respectivamente, na promoção da transformação social para um mundo melhor e mais justo. As contribuições dos associados, doações e eventos realizados com o intuito de arrecadação são inteiramente voltados para suas ações e projetos, bem como, a manutenção da sede provisória. A construção da sede própria é um grande sonho a ser alcançado. Afinal, o que são os sonhos perto da capacidade das mulheres de realizar?

É uma história de resistência que serve de inspiração a muitas outras CAUSAS e à luta permanente e consciente pela efetivação da democracia e todos os seus princípios de fato e direito.

REFERÊNCIAS

ABONG, Associação Brasileira de Organizações não Governamentais. Cartilha Marco Legal. Disponível em: <http://www.abonng.org.br/novosite/busca_result.asp?cdm=2302ecaderno=especiais>

AMA CARIRI, Ata de Fundação. De 25 de abril de 2015.

AMA CARIRI, Ata de Eleição e Posse. De 05 de dezembro de 2019.

AMA CARIRI, Estatuto Social. De 25 de abril de 2015.

AMA CARIRI, Histórico da Associação AMA Cariri. Atualizado em 01 de novembro de 2021.

AMA CARIRI, Plano de Ação Anual. De 14 de janeiro de 2022.

ARENDDT, H. **A Condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1987 (Tradução de Roberto Raposo; Introdução de Celso Lafer).

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

Beauvoir, S. **O segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro. (1949/1961).

BRASIL, Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos. LEI Nº 13.861, DE 18 DE JULHO DE 2019. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13861.htm. Acesso em 19 de junho de 2022.

BRASIL, Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em 19 de junho de 2022.

BRASIL, Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. DECRETO Nº 8.368, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm. Acesso em 19 de junho de 2022.

BRASIL, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Inclusão http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 19 de junho de 2019.

Freire, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

Schmidt, C. & Bosa, C. (2003). **A investigação do impacto do autismo na família**: Revisão crítica da literatura e proposta de um novo modelo. *Interação em Psicologia*, 7(2), 111-120.

Braga, M. R. & Ávila, L. A. **Deteção dos transtornos invasivos nas crianças**: perspectivas das mães. *Revista Latino Americana de Enfermagem*, 12(6), 884-889, dezembro, 2004.

Buscaglia, L. F. **Os deficientes e seus pais**: um desafio ao aconselhamento. 5 ed. (R. Mendes, Trad.) Rio de Janeiro: Record, 2006.

Machado, Márcia F. Lombo, & Ansara, Soraia. **De Figurantes a Atores**: o coletivo na luta das famílias dos autistas. *Revista Psicologia Política*, 14(31), 517-533, dezembro, 2014.

Meira, A. M. **Quando o ideal falha**. In *Escritos da criança* n. 4. (pp. 67-69). Porto Alegre: Centro Lydia Coriat, 1996

MISSÃO VELHA, Institui, no âmbito do município de Missão Velha-CE, a Política Pública para Garantia, Proteção e Ampliação dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, e da outras providências. Lei nº 613/22 de 18 de abril de 2022.

MISSÃO VELHA, Título de Cidadã Honorífica Missãovelhense. Lei nº 612/22 de 18 de abril de 2022.

ARTIGO 2

A PERCEPÇÃO DE MULHERES COM/SOBRE DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE HISTÓRIAS ORAIS

Luan Gonçalves Jucá¹²

Antonia Raiane do Nascimento¹³

José Aurilo Bezerra da Silva¹⁴

Adriana de Alencar Gomes Pinheiro¹⁵

Zuleide Fernandes de Queiroz¹⁶

RESUMO

A sociedade desde a infância reproduz a imagem da mulher como um sexo frágil e o homem um ser mais forte e essas concepções de sexo são totalmente constituídas pelo corpo social. Todavia, com o passar dos tempos as mulheres vêm se empoderando e conseguindo se inserir e participar de forma ativa no mercado de trabalho e no cenário educacional, econômico, cultural e político. Em contrapartida, muitas dessas mulheres são silenciadas ao tentarem buscar melhores condições de vida, como é o caso das mulheres com deficiência e mulheres/mães de filhos com deficiência. Isso posto, o objetivo deste estudo é mapear, analisar e discorrer sobre a história de mulheres com/sobre deficiência enfatizando a atuação e participação das mulheres na história. Para isso, realizou-se uma revisão integrativa da literatura. As bases de dados utilizadas foram: SciELO, LILACS e Google Scholar, mediante utilização dos descritores: “História oral” “*And* Mulheres” “*And* Deficiência”. Através dos estudos nas bases de dados foram encontradas um total de 54 obras. Ao realizar a leitura e análise do título, permaneceram 13 estudos. Estes foram lidos na íntegra e ao aplicar os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados oito artigos para análise final. Estes artigos foram submetidos a uma análise de conteúdo. Os resultados apresentados nos artigos utilizam-se da história oral como forma de oportunizar às mulheres, dar voz àquelas que muitas vezes estão à margem e que não são ouvidas, em especial as que possuem alguma condição que as diferem e dificultam de seguir os padrões estabelecidos pela sociedade. Essas histórias evidenciam as vozes de mulheres que foram importantes para a criação de instituições de acolhimento às pessoas com deficiência, mulheres que mostram as dificuldades cotidianas no trato com seus filhos com deficiência, apresentando as dificuldades de incluí-los no convívio social. Por fim, mulheres com deficiência que transcendem a lógica imposta pela sociedade e insere-se de forma participativa no contexto social e esportivo vigente. Conclui-se que as falas das “subalternas” são necessárias e urgentes para a modificação do atual cenário social, educacional, econômico e político brasileiro e que a história oral se configura como um método contra hegemônico que possibilita avançar significativamente nas políticas públicas e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: História oral. Mulheres. Deficiência. Filhos. Sociedade.

¹² Mestrando em Educação Física pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

¹³ Mestranda em Educação pela Universidade Regional do Cariri (MPEDU/URCA).

¹⁴ Especialista em Gestão Escola pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI).

¹⁵ Doutora em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Professora Permanente do Mestrado Profissional em Educação (URCA).

¹⁶ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Professora Permanente do Mestrado Profissional em Educação (URCA).

INTRODUÇÃO

A sociedade desde a infância do indivíduo faz a utilização da sua imagem para designar os seus valores, a mulher é apontada como sendo o sexo frágil e o homem um ser mais forte e essas concepções de sexo são totalmente constituídas pelo corpo social, conseqüentemente estabelecendo uma visão dos papéis sociais dos gêneros feminino e masculino (SILVA, 2020). Nesse sentido, Lisboa (2018) relata que a mulher sempre lutou para se inserir em algo que não lhe pertencia, algo que a sociedade não destinou para ela. Dessa forma, com muitas lutas, as mulheres foram se fixando em pontos distintos em que envolvessem ambos os sexos, mas infelizmente a sua utilidade ainda era muito restrita por conta do seu sexo feminino.

Uma diferença que deve se impor também na conceituação de gênero, na medida em que muitas vezes os termos mulher e homem são utilizados enquanto categorias homogêneas e sem história, ou sem relação entre si. “Como resultado, a categoria “mulheres” que assumiu uma existência como entidade social separada de seu relacionamento conceitual historicamente situado com a categoria homens (FILHO, 2020).

O reconhecimento da diferença de concepção entre sexo e gênero é importante porquanto representa uma ruptura com os modelos utilizados anteriormente nos estudos científicos. Enquanto o estudo se limitava às diferenças anatômicas entre os sexos, os estereótipos de masculinidade e de feminilidade ressaltam sempre a primazia do homem sobre a mulher, o caráter eminentemente domiciliar e familiar das funções femininas (PRAUN, 2018).

Os tempos foram passando e a mulher foi conseguindo se inserir em alguns âmbitos sociais, como em cargos políticos, chefias de empresas, diretorias, em geral, grandes mudanças aconteceram, mas os desafios enfrentados ainda são repercutidos e apesar das grandes mudanças para o sexo feminino, à desigualdade ainda é intensa e a insegurança que elas vivem é de alta amplitude (SALES, 2020).

Nesse contexto, ainda é culminante discorrer sobre a inclusão da mulher com deficiência e também de mulheres que foram importantes para a busca de inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, onde pontua-se que essas mulheres não têm espaço no mercado de trabalho, nos meios de comunicação e nas produções científicas. Este trabalho visa abrir esse espaço para que esse grupo social coloque em debate as pautas defendidas por essas mulheres, cumprindo o papel de disseminação do conhecimento e dando possibilidade de fala a essas pessoas, que, em sua maioria, são invisíveis (SALES, 2020).

Estima-se que existam mais de 26 milhões de mulheres com deficiência no mundo (LISBOA, 2018). Na maioria dos casos, elas descobrem que a invisibilidade e o silêncio de suas vozes são os obstáculos iniciais que os impedem de exercer seus direitos humanos e civis. São alvos da desigualdade e discriminação de gênero no acesso à saúde, educação e direitos econômicos, políticos e culturais (LISBOA, 2018).

Deste modo, tendo em vista o que foi exposto, o objetivo deste estudo é mapear, analisar e discorrer sobre a história de mulheres com/sobre deficiência enfatizando a atuação e participação das mulheres na história, que por sua vez tal discussão será fomentada por meio de recortes teóricos fornecidos com base na literatura.

METODOLOGIA

Esse estudo fundamenta-se como uma revisão integrativa de literatura, pois possibilita a síntese de estudos já publicados, o que permite a geração de novos resultados, pautados em resultados fundamentados cientificamente (BOTELHO; CUNHA; MACÊDO, 2011). A metodologia é de cunho qualitativo e descritivo, pois objetiva compreender e interpretar as concepções de determinados grupos sociais, buscando analisar os contextos de um fenômeno (MOURA, 2021).

O levantamento da literatura foi realizado em junho de 2022. As bases de dados utilizadas foram: SciELO (4 artigos), LILACS (0 artigos), e Google Scholar (50 artigos), mediante utilização dos descritores: “História oral” “*And Mulheres*” “*And Deficiência*”. A utilização das bases de dados justifica-se pela capacidade de congregar um número significativo de produções acadêmicas. Para a análise do *Google Scholar*, foram adotados critérios como a análise da primeira a quinta página desta base de dados.

Os critérios de inclusão foram: a) obras em português; b) obras que apresentam uma abordagem que trate de estudos com a metodologia da história oral que foram desenvolvidos com mulheres que foram questionadas sobre temáticas que envolvem o contexto da deficiência; c) artigos originais, dissertação de mestrado e tese de doutorado. Foram critérios para exclusão: a) indisponibilidade da obra completa de forma gratuita em meio eletrônico; b) artigos que tratavam de mulheres com deficiência, mas não se utilizaram da história oral; c) Artigos de revisão.

Através dos estudos nas bases de dados foram encontradas um total de 54 obras. Ao realizar a leitura e análise do título permaneceram 13 estudos. Estes foram lidos na íntegra e ao

aplicar os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados oito artigos para análise final. Sendo sete encontrados no *Google Scholar* e um no *SciELO*.

Quadro 1: Artigos levantados a partir das bases de dados.

Base	Autor/ano	Título do Artigo
Revista Entreideias.	Lopes; Sousa; Fialho (2020).	Maria Zuíla e Silva Moraes: Pioneirismo e protagonismo na fundação da Apae de Juazeiro.
<u>Revista Texto & Contexto- Enfermagem</u>	<u>Bulhões et al., (2020)</u>	<u>História oral de mães de crianças com a síndrome congênita do Zika vírus.</u>
Revista Gênero	Santos; Lima; Oliveira (2019)	O uso da história oral no processo de escuta às mulheres, mães de alunos com deficiência: “pode a mulher subalterna falar?”.
Revista Linguagens, Educação e Sociedade	Lopes; Fialho; Machado (2018)	Mulheres educadoras do cariri cearense no fomento à inclusão (1970-1990)
Revista Brasileira Ciência e Movimento	Begossi & Mazo (2016)	O percurso esportivo das mulheres pioneiras no cenário paralímpico Sul-rio-grandense.
Revista Texto & Contexto- Enfermagem	Guerra et al., (2015).	Do sonho à realidade: vivência de mães de filhos com deficiência
Revista Brasileira de Educação Especial	Dantas; Silva; Carvalho (2014)	Entrelace entre Gênero, Sexualidade e Deficiência: uma História Feminina de Rupturas e Empoderamento.
Revista Texto & Contexto- Enfermagem	Boff & Caregnato (2008).	História oral de mulheres com filhos portadores de Síndrome de Down.

Fonte: os(as) autores (2022).

Os artigos foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011) abrangendo três aspectos: pré-análise, que se configura como uma análise para a seleção dos artigos que irão compor a pesquisa; Exploração de material, que consiste na coleta de dados, e a terceira etapa versa sobre o tratamento dos resultados: inferência e interpretação, onde compreende-se a descrição e interpretação dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados nos artigos utilizam-se da história oral como forma de oportunizar às mulheres, dar voz àquelas que muitas vezes estão à margem e que não são ouvidas, em especial as que possuem alguma condição que as diferem e dificultam de seguir os padrões estabelecidos pela sociedade. Essas histórias evidenciam as vozes de mulheres que foram importantes para a criação de instituições de acolhimento às pessoas com deficiência,

mulheres que mostram as dificuldades cotidianas no trato com seus filhos com deficiência, apresentando as dificuldades de incluí-los no convívio social. Por fim, mulheres com deficiência que transcendem a lógica imposta pela sociedade e insere-se de forma participativa no contexto social e esportivo vigente.

Lopes, Fialho e Machado (2018) buscaram compreender como efetivou-se a participação das educadoras Maria Zuíla e Silva Moraes; Minerva Diaz de Sá Barreto, na criação dos diversos estabelecimentos para assistir e educar as pessoas com deficiência na região do Cariri. Os achados mostram que Minerva e Zuíla defendiam causas negligenciadas pelo governo e pela sociedade. Foram mulheres que se inquietam pelas diferentes condições sociais existentes entre as populações e que buscaram de todas as formas salvar as vidas marginalizadas, empobrecidas e rejeitadas por alguma condição ou limitação.

Ainda com enfoque sob Maria Zuíla e Silva Moraes, Lopes, Souza e Fialho (2020) biografaram sua história de vida com ênfase na sua luta por condições de melhor desenvolvimento das pessoas com deficiência. Para isso, foram realizadas seis entrevistas, sendo cinco delas com pessoas que conviveram junto com a fundadora na respectiva instituição e uma entrevista com uma de suas filhas.

Percebeu-se que a mobilização de Maria Zuíla surge após o nascimento do seu filho com Síndrome de Down, em vistas de melhores atendimentos para o filho, viajou por todo o país buscando acolhimento e um melhor entendimento da deficiência para auxiliá-lo. Dessa forma, isso a instigou a fundar a APAE em Juazeiro do Norte-CE, se tornando pioneira na luta por condições de desenvolvimento para as pessoas com deficiência na região do Cariri, oportunizando famílias que não precisam mais se deslocar para longas distâncias para ter o atendimento de seus filhos.

Notamos a importância dessas mulheres na luta pelo desenvolvimento da Educação Inclusiva e construção das identidades e espaços para os menos favorecidos. Dessa forma é necessário conhecer essas e tantas outras mulheres que agiram em busca de uma sociedade mais justa e equitativa, e que em muitos casos não são reconhecidas e tentam ser silenciadas ao defenderem o direito público e livre arbítrio para todas as pessoas.

Nesse sentido, Santos, Lima e Oliveira (2019) questionam se pode a mulher subalterna falar. As autoras desenvolvem o estudo com objetivo de identificar traços de subalternização no diálogo entre a escola e as mães de crianças com deficiência. Os resultados evidenciaram que apesar da escola, na maioria das vezes, ser um espaço regido por mulheres, segue

reproduzindo marcas históricas de silenciamento das vozes femininas, assim como das mães dos filhos com deficiência em busca de seus direitos, sendo um espaço de opressão e machismo. Dessa forma, notamos a importância da história oral para elucidação das experiências de tais mulheres no processo de acompanhamento do cotidiano dos filhos com deficiência e os conhecimentos advindos de suas experiências.

Muitas são as dificuldades encontradas pelas mães/mulheres para a inclusão dos seus filhos no contexto social e educacional. Guerra *et al.*, (2015) evidenciaram sinais de sofrimento emocional vivenciados por mães de filhos com deficiência. As narrativas das mães são marcadas por sentimentos de abandono, negação, tristeza, culpa, vitimismo, desprezo por si mesma e frustrações. Isso posto, as histórias revelaram que as mães se superam cotidianamente e necessitam de se adaptar à experiência de cuidar do filho com deficiência.

Boff e Caregnato (2008) já pesquisavam sobre o processo de construção social da identidade de mães/mulheres de filhos com Síndrome de Down. Os resultados evidenciam um impacto inicial no período de descoberta da deficiência, o que necessitava mudanças e adaptação de suas rotinas. As mães ainda relatam casos de preconceito e a ausência de apoio profissional e serviços de saúde durante esse período.

Bulhões *et al.*, (2020) buscaram compreender as histórias e vivências das mães que tiveram filhos com a Síndrome Congênita pelo Zika Vírus. Para coletar as informações, foram realizadas entrevistas individuais com 13 mães. Evidenciou-se que após o período de descoberta foram necessárias mudanças do estilo de vida e construção de estratégias de enfrentamento para cuidar do filho. As mães/mulheres ressaltam que as dificuldades são ainda mais agravadas devido às baixas condições socioeconômicas, revelaram a magnitude e peculiaridades da problemática que permeiam os limites à dignidade, comprometendo a qualidade de vida e mostrando a precariedade da vida de mulheres negligenciadas pelo Estado e sociedade.

É perceptível que as histórias das mães/mulheres ressaltadas nos textos supracitados são carregadas de sentimentos que se entrelaçam em momentos de dificuldades e na busca por uma sociedade mais democrática e inclusiva. São mães/mulheres que mudam seus hábitos e suas rotinas, que em muitos casos deixam de viver suas vidas para viver a dos seus filhos, que lutam contra as desigualdades socioeconômicas, preconceito, segregação, patriarcado e demais condicionantes sociais.

Dantas, Silva e Carvalho (2014) problematizam as relações de gênero, sexualidade e deficiência a partir da visibilidade da história de vida de uma mulher com deficiência

intelectual. O processo de construção da identidade da jovem é permeado pela superação de rótulos de incapacidade, mulher que se relaciona com a capacidade de tomar decisões e viver seus desejos. A jovem apresenta indícios de seu empoderamento em quatro dimensões fundamentais: família, educação, trabalho e vida social, revelando que sua deficiência não é empecilho para ter relacionamentos, amigos, trabalhar e ter sua autonomia, tornando uma mulher independente e empoderada.

Isso posto, notamos que as mulheres com deficiência começam a se inserir e ter uma maior visibilidade, como é o caso do cenário esportivo. Nesse sentido, Begossi e Mazo (2016) investigaram os percursos esportivos das três atletas deficientes visuais, pioneiras no atletismo paraolímpico sul-rio-grandense e brasileiro. Percebeu-se que as histórias das atletas foram marcadas por momentos de dificuldades, como a falta de condições de treinamento e os insuficientes incentivos ao esporte para pessoas com deficiência no país. Apesar de construírem um legado regional e nacional em sua modalidade, pouca valorização e representatividade é dada a essas mulheres, se comparado às repercussões de atletas do gênero oposto.

Destarte, evidenciamos a importância da história oral para a produção dos conhecimentos menos valorizados e também para a quebra de paradigmas existentes sobre as mulheres com deficiência, que as definem como incapazes e frágeis, por vezes, tratadas como invisíveis. É necessário mostrar representatividade a partir da fala e ações dessas mulheres, a partir disso é possível resistir e lutar por um espaço equitativo na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou mapear e analisar os estudos da literatura com foco em pesquisas que utilizam história oral como metodologia, tendo como ponto de partida dar voz às mulheres sem deficiência, mas que tinham experiência publicadas na literatura que narram seu convívio com pessoas com essa característica, estudos sobre mulheres que buscavam a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e mulheres com deficiência que contaram suas histórias.

Percebemos algumas características em comuns entre todas as produções, um olhar da sociedade para a valorização de corpos eficientes, a busca pela padronização, necessidade de adaptação de todos os indivíduos aos padrões pré-estabelecidos, esquecimento de histórias de mulheres importantes para o reconhecimento de lutas de classes e pelas classes. Todavia, ressaltamos que dar voz a essas mães/mulheres para contarem suas experiências com seus filhos com deficiência, seus anseios e conquistas, e também ouvir as mulheres com deficiência que

relutam por mais oportunidades, são formas de problematizar e buscar mudanças para um espaço mais inclusivo para todos e todas.

Destarte, a utilização da história oral se configura como um método contra hegemônico que possibilita avançar significativamente nas políticas públicas e sociais, que buscam constantemente silenciar a população perante o cenário degradante, preconceituoso, patriarcal e machista existente em nosso país. As falas das “subalternas” são necessárias e urgentes para modificarmos o atual cenário social, educacional, econômico e político brasileiro.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 5ª ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BEGOSSI, Tuany Defaveri; MAZO, Janice Zarpellon. O percurso esportivo de mulheres pioneiras no cenário paralímpico sul-rio-grandense. **Rev Bras Ciênc Mov**, v. 24, p. 4, 2016.

BOFF, Josete; CAREGNATO, Rita Catalina Aquino. História oral de mulheres com filhos portadores de Síndrome de Down. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 17, p. 578-586, 2008.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACÊDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BULHÕES, Camilla de Sena Guerra et al. História oral de mães de crianças com a síndrome congênita do zika vírus. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 29, 2020.

DANTAS, Taísa Caldas; SILVA, Jackeline Susann Souza; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, p. 555-568, 2014.

FILHO, Alcides Sousa. Relatos e vivências sociais de mulheres. **Revista Gênero e Educação**. v. 09, e.5, 2020.

GUERRA, Camilla de Sena et al. Faça um sonho na realidade: vivência de mães de filhos com deficiências. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 24, p. 459-466, 2015.

LISBOA, Augusto Carvalho. História de mulheres na luta pela inclusão, **Rev Inclusão**, v.10, e, 3, 2018.

LOPES, Tânia Maria Rodrigues; FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACHADO, Charliton José dos Santos. Mulheres educadoras do Cariri cearense no fomento à inclusão (1970-1990). **Linguagens, Educação e Sociedade**, n. 38, p. 240-261, 2018.

LOPES, Tânia Maria Rodrigues; SOUSA, Francisca Genifer Andrade de; FIALHO, Lia Machado Fiuza. Maria Zuíla e Silva Moraes: Pioneirismo e protagonismo na fundação da Apae de Juazeiro. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, v. 9, n. 3, 2020.

MOURA, Diego Luz. **Pesquisa Qualitativa: um guia prático para pesquisadores iniciantes**. Curitiba: CRV, 2021.

PRAUN, Caroline Delfino dos. A história oral no processo de escuta às mulheres, mães de alunos com deficiência. **Revista Gênero**, v. 19, n. 2, p. 26-41, 2018.

SALES, G. F., et al. A atuação da mulher na sociedade, uma luta desigualitária. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**, Fortaleza, v.31, n.2, p. 1-8, 2018.

SANTOS, Caroline Delfino dos; LIMA, Jacqueline de Cassia Pinheiro; OLIVEIRA, Rosane Cristina de. O uso da história oral no processo de escuta às mulheres, mães de alunos com deficiência: “pode a mulher subalterna falar?”. **Revista Gênero**, v. 19, n. 2, p. 26-41, 2019.

SILVA, Iris Teresa Lafuente. **A atuação da mulher na sociedade fragmentações de histórias**. 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/134119>. Acesso em: 30 jun. 2022.

ARTIGO 3

EMÍLIA FERREIRA DE OLIVEIRA: MEMÓRIAS E TRAJETÓRIA DE VIDA DA PROFESSORA PIONEIRA DO MUNICÍPIO DE TARRAFAS - CE

Ana Paula Moraes Santos Souza¹⁷
Diogo Tavares dos Santos¹⁸
José Edson Ferreira da Costa¹⁹
Adriana de Alencar Gomes Pinheiro²⁰
Zuleide Fernandes de Queiroz²¹

RESUMO

As mulheres desempenham um papel na história da educação? A resposta desse questionamento é respondida através da história de uma educadora que foi pioneira na educação da cidade de Tarrafas no interior do estado do Ceará. O artigo apresentará um diálogo importante que ocorreu no período entre 1934 a 1989 com a chegada de Emília Ferreira de Oliveira, utilizando a história oral como recurso para construção deste artigo. Foram analisados documentos, fotos, registros pessoais quando professora e diálogo com ex-alunas e familiares que contam a história dessa mulher que representa um marco importante para a cidade. Logo, o trabalho produzido fortaleceu a importância da história oral para educação e o papel significativo na contação de novas histórias de mulheres que ainda estão silenciadas, além de inspirar outras mulheres com a história de Emília Ferreira de Oliveira.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Mulher. Professora. História Oral.

ABSTRACT

Do women play a role in the history of education? The answer to this question is answered through the story of an educator who was a pioneer in the education of the city of Tarrafas in the interior of the state of Ceará. The article will present an important dialogue that took place in the period between 1934 and 1989 with the arrival of Emília Ferreira de Oliveira, using oral history as a resource for the construction of this article. Documents, photos, personal records as a teacher and dialogue with former students and family members were analyzed, which tell the story of this woman who represents an important milestone for the city. Therefore, the work produced strengthened the importance of oral history for education and the significant role in telling new stories of women who are still silenced, in addition to inspiring other women with the story of Emília Ferreira de Oliveira.

KEYWORDS: Education. Women. Teacher. Oral History.

¹⁷ Mestranda em Educação pela Universidade Regional do Cariri (MPEDU/URCA).

¹⁸ Mestrando em Educação pela Universidade Regional do Cariri (MPEDU/URCA).

¹⁹ Mestrando em Educação pela Universidade Regional do Cariri (MPEDU/URCA).

²⁰ Doutora em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Professora Permanente do Mestrado Profissional em Educação (URCA).

²¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Professora Permanente do Mestrado Profissional em Educação (URCA).

INTRODUÇÃO

A escrita da história das mulheres, na perspectiva educacional e cultural, é recente, datando da década de 1980 (PERROT, 2017). No final do século XX a história oral trouxe essa possibilidade de tirar da invisibilidade mulheres que não protagonizaram grandes papéis na história, mas que foram importantes no interior de seus lares, nos espaços escolares que trabalharam, nas histórias que ajudaram a construir, e mulheres como Emília Ferreira de Oliveira que foi mãe, professora e pioneira na educação formal de Tarrafas, inaugurando a primeira escola da cidade supracitada, após sua emancipação política em 1987, a qual antes era distrito de Assaré - CE e hoje município do Ceará, distante 439 km de Fortaleza, a capital cearense.

O interesse por essa pesquisa reside em resgatar a história singular e relevante da primeira professora do lugar, pois as pessoas que a conheceram sabem do seu legado e nutrem admiração por ela, porém as gerações seguintes desconhecem sua existência e trabalho prestado durante anos ao município, trabalho esse responsável por escrever parte da história educacional de Tarrafas.

Por intermédio da metodologia da história oral biográfica, registramos uma narrativa do percurso formativo e profissional da primeira professora da cidade caririense, Emília Ferreira de Oliveira, fazendo um recorte temporal entre 1934, com sua chegada ao distrito para assumir a primeira turma daquele lugar, e finalizando em 1989, quando a professora é homenageada e dá o nome à escola de 1º grau inaugurada agora no município de Tarrafas. Essa escola era nomeada por Escola de 1º Grau Euclides Onofre e através de um Projeto de Lei do vereador Luiz Alcântara, o qual foi sancionado pelo então prefeito Tertuliano Cândido de Araújo, a escola passa a se chamar Escola de 1º Grau Dona Emília Ferreira de Oliveira. Enfatizamos que esse estudo biográfico não tem a pretensão de detalhar todos esses anos da docente, mas trazer recortes singulares e subjetivos sobre a vida dessa professora e os reflexos de sua influência na educação, que são percebidos atualmente.

Dessa forma, o estudo parte do seguinte questionamento: qual a importância da memória e trajetória de vida da primeira professora de Tarrafas - CE, na ressignificação da história da educação do município? Essa problemática foi impulsionada pela necessidade de que as novas gerações conheçam a história educacional da qual são resultado.

Assim, o objetivo do estudo consiste em apresentar as primícias da história da primeira professora de Tarrafas - CE, a partir da história de vida, resgatando as suas vivências, seus desafios e o legado deixado na educação.

O artigo encontra-se organizado em cinco seções: a primeira, a introdução, apresentamos o esboço do estudo, sua delimitação, a problemática que nos inquietou para a pesquisa, o objetivo e a relevância da pesquisa para a ciência e a metodologia; na segunda, colocamos em tela os pressupostos teóricos e metodológicos que dão corpo à pesquisa, bem como a descrição detalhada do percurso desenvolvido para sua realização; a terceira, a história da Mulher na Educação no Brasil, por bases teóricas, apresentamos como ocorreu a inserção de mulheres nesses espaços de educação formal e o seu percurso para a constituição de sua formação e qualificação profissional; a quarta, será tecida uma biografia de Emília Ferreira de Oliveira, primeira professora de Tarrafas - CE, os relatos foram colhidos por entrevistas feitas a sua filha, a ex-alunas e a um professor e jornalista da cidade, bem como de documentos (fotos, cartas, ofícios) pessoais compartilhados pela filha, nossa colaboradora; para finalizar, apresentamos nossas considerações finais, que consistem em recuperar o problema de pesquisa e objetivos para respondê-los a partir da análise dos principais resultados e discussões.

METODOLOGIA: HISTÓRIA ORAL BIOGRÁFICA

A pesquisa configura-se como qualitativa utilizando o processo metodológico da história oral e biográfico. A biografização se constitui numa metodologia relevante para a organização de pesquisas, como assim registra Machado (2006, p.23):

[...] Podemos reconstruir a cultura e o contexto social mais amplo, em que viveram diversos personagens do passado e como vivem, ainda hoje, os cidadãos considerados comuns, suas múltiplas práticas, visões e falas, reconstruindo, através desses próprios sujeitos, o elo entre os acontecimentos e significados das práticas cotidianas de existência [...] (MACHADO, 2006, p.23)

Sendo assim, a escolha pela história oral deve-se ao fato dela delinear-se como uma metodologia importante para entender e preservar a história e memória da educação na cidade já mencionada. Vale ressaltar que, por meio dos relatos narrativos de familiares, ex-alunas e educador/jornalista da localidade, bem como análise de escritos pessoais e documentais, nos foi possível construir um recorte da história da primeira professora desse lugar, bem como tecer reflexões acerca de suas práticas educacionais e pedagógicas.

Vale ressaltar que os colaboradores assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando todo material disponibilizado para o uso no desenvolvimento da pesquisa.

Fialho (2020, p. 02), contribui ressaltando a importância da história oral para a organização de narrativas historiográficas, trazendo as categorias história oral, educação e memória, bem como a relação que se estabelece entre elas

Buscamos, com efeito, identificar as possibilidades do trabalho com a história oral, destacar a história oral biográfica como uma metodologia capaz de fomentar importantes narrativas e interpretações históricas, analisar as vantagens e dificuldades do trabalho com a história oral biográfica e refletir sobre as relações entre história oral, educação e memória.

Portanto, para o processo organizacional da biografia analisada, foram realizadas entrevistas com familiares e ex-alunos/as que forneceram materiais (fotos e documentos) importantes para construção deste artigo. Vale ressaltar que os colaboradores assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando todo material disponibilizado para o uso no desenvolvimento da pesquisa.

A utilização da pesquisa narrativa foi o instrumento usado para a coleta das histórias, visto que nosso propósito era ouvir sobre nosso objeto de pesquisa e logo após construir o texto com o material coletado. Vale evidenciar que as/os entrevistadas/os ficaram à vontade para narrar o que traziam em suas memórias e segundo os autores Jovchelovitch e Bauer (2002, p.95), a entrevista narrativa “[...] é considerada uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas”.

Dessa forma, nossa pesquisa colabora para a elaboração de fontes históricas sobre os primórdios da educação tarrafense, auxiliando-nos na compreensão da estrutura que se apresenta atualmente, tudo isso é possível através de um trabalho com base nas narrativas colhidas e acolhidas. Corroborar com essa ideia Almeida (1998, p.51) quando afirma que

A linguagem oral, usada pelo narrador e captada pelo entrevistador, na prática de ouvir depoimentos representados por lembranças recuperadas pela memória, tem sido uma das escolhas metodológicas da História Oral e Social e vem privilegiando um lado subjetivo e afetivo do ser humano que é o desejo de contar histórias, de dar depoimentos sobre sua vida, de relembrar o passado e os anos vividos como se, por esse procedimento, o tempo passado pudesse, de alguma forma, novamente estar presente.

Logo, esse processo metodológico serviu como percurso para apropriação de toda documentação, relatos de memórias, narrativas, que inicialmente estava pautados em uma vida, mas que passa para a pluralidade, uma vez que a história de vida biografada acolhe tantos acontecimentos, nos possibilitando um olhar holístico “que pode variar do geral para o particular ou vice-versa, em diálogo constante entre sujeito e contexto histórico” (FIALHO, 2017, p. 26). Assim, nos é possibilitada a reconstituição de um recorte da vida de Emília, professora e pioneira na educação no município de Tarrafas.

HISTÓRIA DA MULHER NA EDUCAÇÃO NO BRASIL

No final do século XIX, ao serem criadas as escolas normais, com o interesse de formar professores e professoras para atuarem nas escolas que surgiriam, algumas mulheres começam a ir à escola e entrar para o magistério. Para muitos era um absurdo que a educação da mulher não se restringisse apenas ao lar, para outros a educação feminina não poderia se desvincular da formação cristã, assim muitas meninas saiam de casa para adquirir uma educação formal em colégios de freiras, internatos e semi-internatos que atendiam apenas meninas.

Com o abandono da educação nas províncias, viu-se aflorar a necessidade de bons mestres para “salvar” essa situação em que a educação brasileira se encontrava. Nos anos que compreendem entre 1549 a 1759 a atividade docente no Brasil foi desenvolvida por homens, todavia no período que marca o final do século XIX as mulheres passaram a ser necessárias para atuarem nas escolas normais, formando-se, dessa forma, as classes de meninas que deviam ser ensinadas por senhoras de bom comportamento (LOURO, 2004).

Em pouco tempo passou-se a observar que o número de moças nas classes das escolas normais era bem superior ao de rapazes. “Em algumas regiões de forma mais marcante, noutras menos, os homens estavam abandonando as salas de aula. Esse movimento daria origem a uma ‘feminização no magistério’” (IBIDEM, p. 376).

Esse processo não aconteceu de forma tranquila ou com ausência de críticas, a mulher inserida na docência serviu de palco para muitas discussões e polêmicas, como enfatiza a autora Louro (2004, p.376) em seu livro:

A identificação da mulher com a atividade docente, que hoje parece a muitos tão natural, era alvo de discussões, disputas e polêmicas. Para alguns parecia uma completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos” pelo seu “desuso” a educação das crianças.

Enquanto para uns, era loucura entregar a educação das crianças às mulheres que tinham cérebros tão limitados; para outros, as mulheres tinham, por natureza, vocação para lidar com crianças como a Louro (2004, p.376) afirma:

[...] que as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”, portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha “espiritual”.

Portanto, com a entrada e permanência feminina no magistério, a mulher passou a acumular funções e era sempre vigiada para que sua feminilidade não fosse ameaçada. Nesse conflito de ideias, as mulheres foram questionadas devido sua capacidade e se realmente

conseguiriam conduzir um papel tão importante para sociedade que é a educação sem perder sua feminilidade ou “a mulher dona de casa”, por tantas funções que lhe são atribuídas. Sobre esse assunto escreve Guacira Lopes Louro (2004, p. 378)

Ainda que indispensável para a sobrevivência, o trabalho poderia ameaçá-las como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de modo a não as afastar da vida familiar, dos deveres domésticos, da alegria da maternidade, da pureza do lar. As jovens normalistas [...] seriam também cercadas por restrições e cuidados para que sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade.

Assim, o trabalho na educação era exercido, inicialmente por moças solteiras, visto esse caráter de ocupação transitória do magistério. A sala de aula também era ocupada por solteironas ou viúvas. Dessa forma, “o magistério primário, como ocupação essencialmente feminina revelada já nesse período, possibilitou às mulheres, notadamente da classe média que se alicerçava no panorama socioeconômico do país, a oportunidade para ingressar no mercado de trabalho” (ALMEIDA, 1998, p. 28).

Com o passar dos anos, ainda final do século XIX e início do século XX, as escolas normais tornam-se escolas de mulheres, espaço destinado a transformar essas meninas em professoras, ocorrendo, de fato, a feminização da formação docente. As escolas eram carregadas de significados: “seus corredores e salas, a capela ou o crucifixo, as bandeiras ou os retratos das autoridades, os quadros de formaturas ou os bustos das ‘personalidades ilustres’” (LOURO, 2004, p. 380).

O cotidiano nessas instituições era organizado por um programa de ensino planejado e controlado, com espaços e tempos controlados. Estavam organizadas em “escolas normais públicas, colégios normais religiosos, alguns internatos particulares; cursos localizados nas cidades mais importantes [...], cursos de cidades menores, escolas laicas ou de orientação religiosa, pagas ou gratuitas” (IDEM, IBIDEM).

Para a formação dessas mulheres professoras eram usados muitos rituais e símbolos, doutrinas e regras. No início a formação dessas docentes acontecia com a conclusão do curso elementar. Só alguns anos mais tarde é que o curso normal se atrela ao ginásio.

Na cidade de Crato, município do Cariri cearense, no ano de 1923, fundado pelo primeiro bispo da Diocese do Crato, Dom Quintino, a primeira instituição privada da cidade, Colégio Santa Tereza de Jesus, era um colégio de freiras que recebia apenas meninas e funcionava como internato para quem morava em outra cidade e de semi-internato para as moças do lugar. Foi nessa instituição que Emília Ferreira estudou o ensino primário, sendo diplomada para exercer o magistério.

Portanto, as mulheres foram questionadas devido sua capacidade e se realmente conseguiriam conduzir um papel tão importante para sociedade que é a educação sem perder sua feminilidade ou “a mulher dona de casa”, por tantas funções que lhe são atribuídas.

EMÍLIA FERREIRA DE OLIVEIRA, PRIMEIRA PROFESSORA DE TARRAFAS - CE

O município de Tarrafas, localizado no estado do Ceará, distante 439 km da capital Fortaleza, foi emancipado em 21 de outubro de 1987, antes pertencendo ao vizinho Assaré, do qual era distrito, ganhou esse status em julho de 1920. Ao analisar a história dessa cidade nas décadas de 1920 e 1930 não encontramos documentos oficiais especificamente, tem-se registros do então município Assaré e a história nacional sobre a Era Vargas que surgia em 1930. O que levantamos sobre o distrito tarrafense se dá a partir da história oral de antigos moradores que ouviram as narrativas de seus familiares que viveram na localidade durante esses anos.

Nessa época se dá o primeiro grande momento da história da educação do lugar, a chegada da jovem Emília Ferreira Costa (nome de solteira), em julho de 1934, primeira professora de Tarrafas e pioneira na educação formal do município. Para escrever sobre a professora Emília entrevistamos a filha, educador/jornalista e ex-alunas da docente, bem como analisamos documentos e fotos do arquivo pessoal (de alguns dos anos analisados) para organizarmos os relatos apresentados.

A professora (Figura 01) era natural de Assaré, filha do comerciante de tecidos Cícero Ferreira e da dona de casa e costureira Mariana Ferreira, pertencia a uma família tradicional, com muitos irmãos. Nasceu em 22 de março de 1917 e faleceu em 06 de abril de 1993. Emília havia realizado o ensino primário no colégio Santa Tereza de Jesus, uma escola de freiras, localizada na cidade do Crato, no Cariri cearense.

Figura 01: Professora Emília Ferreira de Oliveira.



Fonte: Arquivo pessoal da família.

Quanto à escola em que Emília Ferreira trabalhava não há documentos, estes já foram procurados por diversas vezes e nada foi encontrado, mas através de relatos sabemos a localização de sua escola, que funcionava no centro do distrito, atualmente é um ponto comercial e era conhecida como Escola Mista de Tarrafas.

Chegou no lugar ainda solteira, mas em pouco tempo casou-se com um jovem da localidade, Antônio Cândido de Oliveira, passando a se chamar Emília Ferreira de Oliveira. Foi mãe de 12 filhos, 08 mulheres e 04 homens (Figura 02) e sempre administrou com presteza as atribuições de mulher, mãe, dona de casa e professora.

Figura 02: Emília Ferreira de Oliveira e alguns filhos.



Fonte: Arquivo pessoal da família.

Ao investigar a trajetória docente de Emília Ferreira de Oliveira encontramos muitos relatos inspiradores sobre a professora. Era amiga pessoal do poeta Patativa do Assaré, era

conhecida por seus muitos talentos na pintura, no bordado, na dança, na encenação, na música (tocava violão), na poesia; era, de fato, uma mulher admirável que estava à frente do seu tempo.

Emília ficou conhecida por trazer a escola para Tarrafas, dando conta de muitas funções além da de ensinar as primeiras letras, pois apesar de um modelo tradicional presente nos currículos, ela procurava trabalhar outros conhecimentos além dos escolares, através de representações, recitações, aulas com músicas, de higiene, aulas diferenciadas para desenvolver o protagonismo de seus estudantes. Dessa forma, conquistou a simpatia de todos, colecionando centenas de afilhados e compadres/comadres pelas terras tarrafenses, sendo lembrada até hoje pelos que a conheceram e permanecendo viva na memória de familiares, amigos e ex-alunos. Todavia, a nova geração não conhece seu legado para a educação do município, sendo importante efetuar essa investigação e divulgar nos espaços escolares.

Uma ex-aluna da professora biografada, 88 anos, colaboradora da pesquisa, fez parte das turmas de 1942 a 1945, narra com carinho esses momentos vivenciados:

Tudo o que aprendi na escola e na igreja foi com ela. Entrei na escola aos 8 anos e logo aprendi a ler, era o ano de 1942. Lembro que no salão da escola se reuniam 53 alunos, meninos e meninas, de séries misturadas. A matrícula era da carta do ABC até a 3ª série, estudávamos com a cartilha, 1º, 2º e 3º livros e por último tinha o exame de admissão. Os alunos mais adiantados ajudavam a professora a tomar a lição. As aulas eram de manhã, aconteciam em um grande salão, cada um levava sua cadeira de casa, levava seu próprio material, meu caderno era de papel de embrulho que era costurado... Era tudo bem organizado, tinha até uniforme que era dado o modelo e os pais compravam o tecido e mandava fazer. (19/06/2022)

Sobre o modelo tradicional de ensino, diz

Na escola tinha palmatória, castigo no milho para quem não aprendesse logo a lição, mas era tudo normal para a época. Os pais diziam: - Olha, dona Emília, lá em casa é meu, aqui a senhora é quem manda. Eu mesma pouco levava palmatória, porque estava sempre atenta para aprender e dar a lição certinho. Me lembro que tinha a cerimônia da palmatória, ela era colocada em uma caixa decorada com flores e um aluno entrava com ela pelo salão da escola dizendo que estava chegando à professora Mariquinha. (19/06/2022)

A professora Emília, embora estivesse à frente de uma escola tradicional (modelo adotado no período), compreendia que a educação não acontecia apenas em espaços formais, mas em outros como o religioso, o comunitário, o familiar, entre outros.

No sábado era aula de higiene (cortar e limpar as unhas), momento para recitar poesias, cantar, de ensinamentos do catecismo para a primeira eucaristia, era muita festa, muita música. Com madrinha Emília aprendemos as rezas para comungar, os costumes religiosos. Ela também organizava as festas de coroação de Nossa Senhora, era a coisa mais linda, ela comandava tudo das festas da padroeira, rezava as novenas, colhia esmolas, organizava os leilões... Eu me lembro de tudinho. (19/06/2022)

Emília era, sem dúvidas, uma mulher admirável, agente transformadora da educação daquelas crianças, trazia encantamento para elas, além da possibilidade de ler, escrever e contar:

“E os festivais? Era tudo muito bonito. O dia 7 de setembro todos marchando e cantando os trechos de hinos dos estados do Brasil. Tinha também as procissões, aquelas filas com tanta gente saindo do salão escolar e indo até à igreja”, lembra sua ex-aluna.

Como ficou enfatizado no relato de sua ex-aluna, além de dedicar-se ao magistério, ao lar e aos filhos, também ficava responsável por organizar as festas religiosas no distrito, era catequista de seus alunos e demais crianças do lugar, preparando-os para a primeira comunhão. Como devota de Nossa Senhora das Angústias, padroeira da localidade, planejava as festas de coroação todos os anos. Foi registrado por nossas pesquisas que ela tinha o apoio de seu sogro, José Cândido de Araújo (Figura 03), para a organização desses festejos religiosos e para outros eventos em que se envolvia.

Figura 03: Emília e seu sogro, José Cândido de Araújo.



Fonte: Arquivo pessoal da família.

Esteve professora de Tarrafas entre os anos de 1934 a 1950 (Figura 04), nesse intervalo de tempo lhe foi concedida uma cadeira no Estado, e por razões políticas mudou-se para Iguatu onde continuou a lecionar, em seguida foi para Senador Pompeu e para Fortaleza, em todas as cidades atuava como professora. Aposentou-se em 1956, aos 39 anos.

Figura 04: Professora Emília Ferreira de Oliveira e seus alunos (1938).



Fonte: Arquivo pessoal da família.

Após esse ano mudou-se para o estado do Rio de Janeiro onde continuou trabalhando como professora para complementar sua renda.

Em 1989 foi homenageada por um projeto do vereador Luiz Alcântara e teve seu nome dado a uma escola do município, essa instituição que fora inaugurada em 1970 com o nome Escola de 1º Grau Euclides Onofre, passa então a se chamar Escola de 1º Grau Dona Emília Ferreira de Oliveira, desde então essa é a maior escola municipal e a única de ensino fundamental localizada na sede do município. Dona Emília foi convidada para a cerimônia de reinauguração (Figura 04), e dessa forma teve a oportunidade de retornar à cidade para a qual deixou um legado tão importante.

Figura 04: Inauguração da 1ª sede da E.E.F. Dona Emília Ferreira de Oliveira em 21 de outubro de 1989



Fonte: Arquivo pessoal da família.

Sua filha, Maria do Socorro, que sempre a acompanhou, fala dela com muito carinho e reitera que sua mãe foi uma mulher que reivindicava seus direitos, sempre lutou por seu espaço, para ser quem era por dentro, buscava sempre libertar-se de toda opressão destinada às mulheres do seu tempo.

Amava escrever e contar sua história de vida. Sua filha relata que ela dizia que sempre teve um diferencial nela e contava a história de que todos os seus irmãos tinham o nome iniciado com a letra A, apenas ela tinha como inicial a letra E, como se já estivesse nascido para ser diferente, para marcar a história de tantas pessoas por meio da educação.

Entre nossos colaboradores foi unânime em suas falas a beleza e elegância que dona Emília possuía, era admirada e querida por alunos e demais moradores do distrito. Foi uma mulher que protagonizou em seu espaço de atuação profissional, bem como no âmbito religioso e familiar, deixou ricas contribuições para a história de Tarrafas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa apresentada transcorre por referências das memórias de familiares e pessoas que conviveram com Emília Ferreira de Oliveira. Memórias que dão alicerce e reconstroem lembranças, revividas no momento presente para divulgar a história de vida ligada à educação da primeira professora do município cearense apresentado.

Os relatos orais, registros e documentos nos deram os pormenores da realidade vivida em uma época de grandes dificuldades, luta e garra para disseminar a educação no município. Apesar de centrar-se na individualidade e nas experiências de vida ligadas à educação, Emília Ferreira de Oliveira nos permite entender as representações coletivas, seja na família, no trabalho e na comunidade beneficiada com a educação formal e não formal, carregada de valores e culturas.

Ressignificar a história de vida através de um recorte temporal abordando o percurso na educação, através de um trabalho de memória, é um instrumento que possibilita compreender novas formas de perceber a sensibilidade da mulher em prol da sua comunidade, da descoberta de novos sentidos e significações da educação para a vida, como apresentado nos discursos que mostram como Emília Ferreira de Oliveira buscava a formação humana em suas práticas.

É importante ressaltar que abrimos uma porta para estudos e pesquisas futuras que podem dar continuidade e ampliar este trabalho. Salientamos que abordamos apenas os primeiros passos de sua trajetória como professora e a sua importância na contribuição no desenvolvimento da educação do município.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, JANE SOARES DE. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998. - (Prismas).

FIALHO, LIA MACHADO FIUZA et al. O uso da história oral na narrativa da história da educação no Ceará. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3505>. Acesso em: 20.06.22.

_____. Prefácio. In: NUNES, M. L. S. et al (Org.). **Eu conto, você conta leituras e pesquisas (auto)biográficas**. Fortaleza: UECE, 2017. p. 21-30.

JOVCHELOVICH, S; BAUER, MW. **Entrevista Narrativa**. In: Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes; 2002

LOURO, GUACIRA LOPES. **Mulheres na sala de aula**. In: PRIORE, Mary Del (org.). Histórias das mulheres no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-481.

MACHADO, C. J. dos S. M. **Mulher e Educação**: histórias, práticas e representações. João Pessoa: UFPB, 2006

PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. 7 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

ARTIGO 4

O SER MULHER-PROFESSORA NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS: DESAFIOS, CONQUISTAS E POSSIBILIDADES

Eliane Rodrigues Martins²²

Jaqueline Pinheiro²³

Adriana de Alencar Gomes Pinheiro²⁴

Zuleide Fernandes de Queiroz²⁵

RESUMO

O processo de feminização da prática docente é histórico e socialmente construído, com o intuito de cobrir a carência causada pela migração dos homens da profissão motivado principalmente pela oportunidade oferecida pelas indústrias recém chegadas ao Brasil, associado à inserção das mulheres no mercado de trabalho e tentativa de permanência do padrão estabelecido para elas na sociedade, sobretudo em relação à maternidade, e ainda a manutenção dos baixos salários, inicia-se no Brasil (e com influência do exterior) um alinhamento do perfil docente. Espera-se que as mulheres atuem nos primeiros anos de vida escolar dos estudantes, por tratar-se da necessidade do cuidado e menor nível de reflexão, mudando o cenário de acordo com o avanço dos níveis escolares. Por este motivo, a investigação tem como objetivo contribuir para uma análise das concepções referentes à atuação docente do ser mulher e professora em instituições privadas da Educação Básica no Estado do Ceará. Como trajeto metodológico, seguiu-se o seguinte caminho: a) levantamento bibliográfico; b) realização de entrevistas semiestruturadas; c) análise dos dados. Apoiando-se nesse percurso metodológico fizemos uso da história oral, conceituada como metodologia que possibilita aos sujeitos participantes dessa pesquisa narrar suas histórias. Como recorte amostral para a pesquisa foram realizadas entrevistas com duas professoras que atuam no Ensino Médio. Desta forma, pode-se concluir que há a manutenção da percepção sobre a prática docente das professoras, fortemente associado a padronização social imposta do cuidado, da doçura, da ternura e dos dons da maternidade incumbido exclusivamente as mulheres. Este cenário, relatado pelas professoras entrevistadas e teoricamente fundamentado, reflete na formação e na prática docente.

PALAVRAS-CHAVE: Feminização. Prática Docente. História Oral.

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade histórica, socialmente machista e por muitas vezes misógina. Nas últimas décadas é possível identificar avanços sociais e legais que buscam mesmo que ainda de forma longínqua, a promoção de equidade de direitos e garantias legais

²² Mestranda em Educação pela Universidade Regional do Cariri (MPEDU/URCA).

²³ Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

²⁴ Doutora em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Professora Permanente do Mestrado Profissional em Educação (URCA).

²⁵ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Professora Permanente do Mestrado Profissional em Educação (URCA).

ainda são insuficientes. Há uma desigualdade entre gêneros, desde o mercado de trabalho ao direito à vida.

Um dos marcos que podem ser citados como jornada a este longo percurso é o direito ao voto, iniciado em outros países, com a forte mobilização das sufragistas que lutavam pelo direito ao voto, tanto de votarem como de serem votadas. No Brasil este marco chegou somente em 1932, por meio do Decreto nº 21.076 instituído no Código Eleitoral Brasileiro e consolidado somente dois anos depois, na Constituição de 1934.

A Lei nº 11.340 de 2006, também conhecida como Lei Maria da Penha é uma importante conquista das mulheres. Maria da Penha Fernandes, cearense e bioquímica sofreu vários tipos de violência do seu esposo, um professor universitário colombiano, que tentou matá-la por duas vezes, com tiros e eletrocutada. A sua luta resultou na conquista de uma lei que busca proteger mulheres de diversos tipos de violência, patrimonial, moral, psicológica e física.

Entretanto, é facilmente tangível o distanciamento existente entre as leis que buscam proteger e oferecer equidade de gênero às mulheres e a realidade da sociedade que historicamente tem construções que privilegiam homens, principalmente os que compunham determinadas classes sociais.

O mercado de trabalho é outro aspecto de evidente distanciamento entre gêneros, desde a discrepância salarial, às promoções e cargos de chefia. Uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2021, em um cenário ainda de pandemia da Covid-19, mostrou que 21,56% das mulheres estavam empregadas e este índice entre os homens é de 71,64%, ou seja, 20% maior. Os estudos da pesquisa mostram que o cenário pandêmico contribuiu negativamente para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, que mostrava-se em constante melhorias desde o ano de 2012.

O mercado de trabalho torna-se cruelmente seletivo para as mulheres, com o sistema econômico e ideológico dominante no país, as exigências impostas não contemplam a realidade da maioria deste público, que visa o lucro, a alta produtividade e acabam colocando as mulheres em um local de desfavorecimento. Os questionamentos que envolvem maternidade, disponibilidade de tempo, habilidade para gerir cargos de liderança, contribuem para desigualdade salarial, sobrecarga de trabalho e situações de vulnerabilidade.

Zibetti e Pereira (2010) afirmam que em uma análise da jornada de trabalho é possível identificar que o peso das responsabilidades familiares está atrelado às mulheres, para além da atuação profissional remunerada. Este cenário, organiza-se com maior intensidade nas famílias

em que as mulheres têm filhos dependentes e parentes no mesmo domicílio, a sua jornada de trabalho remunerado aumenta em uma hora em relação àquelas que não possuem este apoio.

Quando reportamos nosso olhar para as escolas e a prática docente, historicamente estão atreladas à atuação feminina, em especial a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, tornando-se o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Ferreira (1998) afirma que por volta do século XIX, com o surgimento das primeiras escolas normais, as mulheres passam a terem a oportunidade de dar continuidade aos seus estudos e de ingressar em uma carreira profissional, modificando a configuração de atuação exclusivamente enquanto esposas e contribuindo também para uma mudança de configuração da profissão, que antes era de atuação exclusiva dos homens. A autora ainda explica que este ingresso das mulheres na prática docente trouxe uma feminização da profissão, que acabou acompanhando a expansão mundial dos sistemas de ensino.

O censo escolar divulgado no ano de 2018 mostrou que o quantitativo de mulheres nos ambientes escolares era massivamente maior que o percentual de homens, superando os 80% dos mais de 2 milhões de docentes que atuam na Educação Básica.

Diante dos apontamentos levantados entorno do mercado de trabalho e a desigualdade de gênero surgem alguns questionamentos, como: Na perspectiva de uma sociedade machista regida pelo sistema econômico e ideológico do capitalismo, qual trabalho ideal para as mulheres? Por quais razões é possível identificar resistências da atuação feminina em alguns cargos e/ou empregos? Por que a contratação em algumas funções são mais aceitas? Quais fatores contribuem para que no Ensino Médio existam mais homens atuando que mulheres?

Este artigo não conseguiria responder todas as perguntas supracitadas, é exigida uma longa e complexa reflexão. Entretanto, temos como objetivo contribuir para uma análise das concepções referentes à atuação docente do ser mulher e professora em instituições privadas da Educação Básica no Estado do Ceará.

Entende-se que as mudanças econômicas têm uma importância fundante na formação de mentalidades e práticas sociais, entretanto, em consonâncias com as afirmações de Bourdieu (1995) esta mudança estão associados também às estruturas mentais tanto do sexo dominado, quando do sexo dominante e só haverá mudanças quando os indivíduos se derem conta da situação imposta de dominação e buscarem meios para subvertê-la.

METODOLOGIA

Como aporte metodológico, realizamos um estudo qualitativo, pois permite que as participantes da pesquisa formulem opiniões e reflexões sobre a realidade em que estão inseridas. Podemos compreender a pesquisa qualitativa como “uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível”. (CHIZZOTTI, 2003, p. 221).

Apoiando-se nessa abordagem, fizemos uso da história oral, conceituada como metodologia que possibilita aos sujeitos participantes dessa pesquisa narrar suas histórias. Conforme Silveira (2007, p. 41) a história oral “produz narrativas orais, que são narrativas de memória. Essas, por sua vez, são narrativas de identidade na medida em que o entrevistado não apenas mostra como ele vê a si mesmo e o mundo, mas também como ele é visto por outro sujeito ou por uma coletividade”.

Por meio das narrativas das professoras é possível identificar os pontos comuns, bem como podemos levantar elementos socioculturais, políticos e pedagógicos que movem e estruturam a história de vida, formação e prática pedagógica das mulheres professoras que atuam no Ensino Médio.

Como roteiro metodológico para o desenvolvimento da pesquisa, realizou-se o seguinte percurso: a) levantamento bibliográfico; b) realização de entrevistas semiestruturadas; c) análise dos dados.

No levantamento bibliográfico, buscou-se referências que contribuíssem para uma análise reflexiva da problemática levantada, estudos de relevância foram utilizados, como Ferreira (1998); Priori (2004); Louro (2001); Ataíde e Nunes (2006), entre outros.

Para o levantamento de dados, foi realizada uma pesquisa parcialmente estruturada, no qual consiste em perguntas previamente organizadas. As entrevistas parcialmente estruturadas têm um potencial satisfatório para coleta de dados. Segundo Gil (2002), estas entrevistas são elaboradas e seguindo o direcionamento de acordo com os interesses do entrevistador.

O autor ainda alerta para a possibilidade de análise para além das respostas fornecidas diretamente pelos entrevistados de forma oral (que deve ser atentamente anotadas), sendo necessário uma análise e observação da linguagem não verbal, reforçando a potencialidade deste instrumento como coleta de dados para a pesquisa, “a expressão não verbal do entrevistado poderá ser de grande utilidade na análise da qualidade das respostas” (GIL, 2002, p. 119).

Diante desses apontamentos, a entrevista foi realizada via Google Meet e gravada, em dias e horários diferentes, de acordo com a disponibilidade das docentes. Com posse das narrativas, os depoimentos das professoras foram transcritos.

Participaram da pesquisa duas professoras que exercem sua profissionalização na Educação Básica, em escolas privadas, com foco na última etapa do Ensino Médio. Como forma de garantir o direito de confidencialidade das suas identidades e por questões éticas, as participantes foram nomeadas como Izadora e Camila.

As participantes são do sexo feminino, com idade entre 25 e 35 anos. A participante Izadora é formada em História, com 09 anos de magistério. Camila é formada em Letras, possuindo 10 anos de magistério. Ambas professoras, já atuaram em escolas públicas e privadas, perpassando no Ensino Fundamental e Ensino Médio.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO BRASIL

Homens e mulheres têm passado por um processo de construção de estereótipos, padrões de comportamento que o acompanham no exercício de algumas profissões. É definido alguns modelos de posturas que refletem no lugar em que a sociedade quer que atuem, à docência é um exemplo deste comportamento. A tendência é destinar aos homens os cargos de comando, superioridade ou à docência em níveis mais elevados de reflexão e às mulheres, os níveis mais elementares, como por exemplo, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (ATAIDE e NUNES, 2016). Por isso, é possível identificar um processo de feminização da docência, em especial nos primeiros anos escolares.

No final do século XIX e início do século XX, surgem as primeiras escolas normais, uma oportunidades para que as mulheres pudessem dar continuidade aos seus estudos e ingressar no mercado de trabalho, influenciando uma possível mudança de perspectiva quanto ao seu único destino de se tornar mulher-esposa e modificando um padrão profissional com a atuação exclusivamente masculina. A continuidade dos estudos para as mulheres é uma nova possibilidade de atuação profissional, não descartava ou anulava o seu papel enquanto dona de casa, mãe e esposa, mas a atuação profissional era somada.

Sob forte atuação da igreja e da religiosidade, pode-se considerar que a história da docência no cenário nacional se inicia com a atuação dos jesuítas, que tinham como principal objetivo catequizar a população indígena e branca, com exceção das mulheres, além da educação média para os homens da classe dominante e sua entrada na classe sacerdotal.

O período pombalino, subsequente à expulsão dos jesuítas do Brasil, trouxe uma nova configuração à educação brasileira, que buscava um ensino baseado em princípios laicos, dissociando a igreja da educação. É neste período que tem-se um recrutamento de profissional para atuação na área, dando maior visibilidade à atividade docente como uma profissão.

Santos Marrocos *apud* Falcon (1992) pontuam os desafios enfrentados neste período, a saída dos jesuítas implicou no distanciamento entre a metrópole e a colônia, sendo exigido uma autonomia administrativa para o ensino, desta forma, são identificados alguns fatores que contribuíram para um cenário desfavorável, como o financiamento e como consequência, precárias condições de trabalho e salários para os professores, que se viam na necessidade de atuar nas vendas de quinquilharias e conciliando com as aulas nas horas vagas.

O processo de urbanização, vivenciado no Brasil ainda no século XIX, possibilitou uma série de transformações sociais, econômicas e arquitetônicas. A vida urbana começa a ganhar uma nova relevância, o trabalho escravo passa a ser substituído pelo trabalho assalariado e livre, surgiam as primeiras indústrias, uma nova classe social com influência nas atividades econômicas.

Segundo Ferreira (1998) anteriormente ao século XIX já existiam mulheres que atuavam como professoras, mesmo com um quantitativo expressivo comparado aos homens. Isso era resultante, das poucas escolas de ensino primário e ensino normal que atendiam ao público feminino. Entretanto, é importante salientar que o processo de feminização da atividade docente ganha escala mundial neste período, como resultado de diversos movimentos feministas pela busca na inserção ao mercado de trabalho, o abandono dos homens de algumas funções, em especial à docência, em busca de empregos com maior rentabilidade e a expansão do ensino, como consequência ao desenvolvimento urbano-industrial.

Ataide e Nunes (2016) destacam que a desvalorização salarial da profissão docente, contribuiu com que muitos homens abandonassem a profissão. Diante da ausência de profissionais que assumissem o cargo, abriu-se oportunidade de acesso à profissão às mulheres, que começam a ser exigido que atendam ao padrão de serem dóceis e submissas.

O processo de feminização do trabalho docente está diretamente associado à construção social do ser mulher. Caberia, a partir do final do século XIX e início do século XX o papel de educar, justificado pelo instinto materno. Segundo Louro (2001) já que as mulheres são capazes de dar à luz, são a melhor opção em educar, com o devido cuidado com as crianças, ou seja, se o destino natural das mulheres é a maternidade, bastaria imaginar que a docência tratava-se de

uma extensão da maternidade, do cuidar. Os alunos poderiam ser vistos como filhos e filhas “espirituais”, tendo assim, um argumento perfeito para não desviar a função social das mulheres.

Em acordo com Ferreira (1998) o modo estereotipado de tratamento das condições da docência às mulheres acompanhava a maternidade, que lhes é naturalmente adquirido, em consonância com a paciência, a meiguice, doçura e a bondade.

REFLEXÕES INICIAIS SOBRE O SER MULHER E SER PROFESSORA

Os papéis sociais exigidos pela sociedade são historicamente construídos e reproduzidos, seja no ambiente familiar, na igreja, no mercado de trabalho. Embasando-se nos princípios de que o homem exerce um papel protetor, provedor e superior e as mulheres, em contrapartida, uma função de submissão, materna, com características meigas, carinhosas e bondosas. Desta forma, entende-se que as características impostas e socialmente construídas ultrapassam características biológicas.

Ataide e Nunes (2016) afirmam que mulheres e homens têm suas identidades construídas socialmente de acordo com o contexto em que vivem, a maneira como o mundo lhes é apresentado, seja pela família, escola ou comunidade, estando o prima do machismo e da exploração do dominado (mulher) sob o dominante (homem).

Por muitos anos a concepção de que as mulheres nasciam para serem donas de casa, esposas e mães. Sendo assim, a mulher ideal atenderia a certos critérios impostos pela sociedade, assumindo papéis femininos tradicionais, como as obrigações domésticas e atendendo aos instintos femininos, como a maternidade, a doçura, leveza e pureza.

Intimamente associado aos padrões socialmente construídos para as mulheres, está a sexualização do seu corpo, como fonte de prazer, objeto de satisfação dos homens e sua objetificação. A relação entre oprimida-opressor imposta pela sociedade machista, apresenta um cenário em que o corpo, os desejos e a liberdade da mulher não pertencem a ela, mas aos seus esposos, irmãos, pai ou alguma outra figura masculina, seja familiar ou não. Associado a este pertencimento, a fragilidade e distanciamento na aplicação das leis de proteção à mulher resulta em altos índices de violência, seja de cunho sexual, psicológico e físico.

A sensação de insegurança é algo presente no cotidiano, fato relatado na resposta da professora Izadora, quando perguntado “o que é ser mulher?”:

“Que pergunta difícil! A primeira coisa que vem na minha cabeça é que é uma das maiores dificuldades que se tem na sociedade hoje. É muito difícil ser mulher. O que

vem na minha mente é uma imagem da gente andando na rua e precisando ter cuidado. Foi o sentimento de ter cuidado e de tá sendo exposta ou de sofrer algum tipo de violência seja física, psicológica, mental, quando a gente tá andando na rua, foi a primeira coisa que veio na minha cabeça. Então, para mim ser mulher é um dos maiores desafios que a gente tem na sociedade atualmente, tanto no mercado de trabalho, como na vida social, como na família com a pressão de ser mãe. Então não teria uma definição, eu acho que a dificuldade é a palavra.”

A entrevistada relata na sua resposta sobre os desafios de ser mulher, não se é feita associação sob condições biológicas, mas sociais sobre a sensação de insegurança que torna-se uma realidade constante na sua vida, o medo de andar na rua e do assédio ou violência. A professora ainda destaca os desafios enfrentados pelas mulheres, o quão difícil considera ser mulher em uma sociedade estruturalmente machista.

A resposta da professora Camila, assim como a resposta anterior, enfatiza sobre a desigualdade de gêneros, os desafios encontrados pelas mulheres são bem mais intensos se comparado aos dos homens.

“Que pergunta difícil (risos)! Nunca pensei nisso. Não sei te responder. Eu acho que ser mulher é já nascer tentando conquistar um espaço, né?! Em vários lugares, em todos os âmbitos da vida, é uma luta incansável, por não ser só um rostinho bonito ou um corpo bonito. Eu observo assim, com mais maturidade, que realmente do ponto de vista de sociedade machista, ser mulher é ser uma pessoa que vai casar, ter filhos, pode trabalhar, mas que não precisa ou não merece ter um lugar de destaque, que ganhar mais que o homem é um absurdo. Que pode até ter uma vida profissional, mas também tem que ser dona de casa, ser uma mãe competente, tem que ser competente em todos os sentidos, e ainda tem que ter competente na vida profissional para ganhar um papel de destaque.”

É possível identificar que a objetificação também se faz presente na fala da professora Camila, quando afirma que o ser mulher não deve se resumir a um rosto ou corpo bonito, que atendem às necessidades ou expectativas da sociedade. Quando é destacado as expectativas delimitadas pela sociedade, é destacado a maternidade, o papel de dona de casa, esposa, o trabalho torna-se uma atividade complementar às demais.

Na concepção que vigorou no mundo civilizado ao longo dos séculos, a culminância da existência feminina sempre se resumiu em amar, ser amada e cultivar-se a vida em sociedade. Os anos iniciais do século XX continuaram mantendo essa tradição, apesar das indiscutíveis conquistas da ciência, do progresso da vida social e da ampliação do conhecimento humano. (ALMEIDA, 1998, p. 32).

Durante muito tempo, acreditou-se ou ainda hoje para muitos, que ser professora caberia apenas ter um dom para ensinar, a predisposição ao ensino correspondia a uma tendência natural, em que mulheres “nasceram pra isso” ou “tem jeito pra coisa”, de modo que sua atuação estava associada aos cuidados e proteção.

Essa percepção histórico-cultural acentua que ser professora está relacionada ao papel que a mulher exerce na sociedade, a maternidade, portanto, a educação de crianças é papel feminino. De forma explícito, o relatório governamental de Pernambuco em 1981 declara que:

Sabe-se que a mulher tem mais facilidade, mais jeito de transmitir aos meninos os conhecimentos que lhes devem ser comunicados. Possui maneiras menos rudes e secas, mais afáveis, atraentes que os mestres, aos quais incontestavelmente vence em paciência, doçura e bondade. Nella predominam os instintos maternais e ninguém como ela possui o segredo de captivar a atenção de seus travessos e inquietos ouvintes, sabendo conseguir que as lições, em vez de tarefa aborrida, torna-se-lhes como uma diversão, um brinquedo. Em vez de caradura séria inflexível, do mestre (e pôr isso mesmo pouco sympathica as criança) estas encontram na professora a graça e o mimo próprio da mulher (...). (FERREIRA, 1998, p. 49).

Esse formato estereotipado, descentraliza a identidade profissional das professoras, os saberes que são necessários para o exercício da profissão docente e negam a elas o direito de serem produtoras de conhecimento. Somos sujeitas com capacidades de criar e recriar nosso modo de estar na sociedade e nela intervir, isto é, sujeitas de práxis (FARIAS, et. al., 2014). É nesse movimento que elaboramos nossa identidade docente, essa construção identitária parte de múltiplas experiências: pessoal, social e profissional, compondo o que chamamos de “teia de significados” (GEERTZ, 1989).

As significações marcam o modo de ser professora, constituídos de elementos sociais e culturais que permeiam e orientam o modo como as professoras pensam, agem, planejam, se relacionam consigo mesmas, com os outros, com o mundo e vive sua profissão (FARIAS, et. al., 2014). Esses elementos são imprescindíveis no processo identitário como professoras do ensino.

Os relatos sobre o que é ser professora de duas docentes envolvidas nessa pesquisa, são basilares para compreendermos os modos de ser e estar na profissão. Na definição do que é ser professora, Izadora diz:

“Ser professora de escola particular hoje é muito difícil, porque é muito humilhante. A gente passa por coisas que o foco não é a educação, o foco é agradar o cliente. [...]. O professor não tem autonomia em sala de aula, ele não tem o respeito em sala de aula, quando a gente tenta colocar a educação em primeiro lugar, a aprendizagem em primeiro lugar, o conteúdo em primeiro lugar a gente sempre está errado [...]”.

Por meio da fala de Izadora, encontramos os desafios que permeiam o ser professora, precisamente na escola particular em que atua, sendo que os aspectos desafiantes partem desde a falta de autonomia, respeito, educação, aprendizagem e conteúdo, esses desafios corroboram para os termos “difícil” e “humilhante” narrados pela a entrevistada.

Chama-nos atenção ainda, o fato de que a educação não é princípio norteador que deveria permear a prática docente nessa instituição de ensino, mas o foco do processo

corresponde se o “cliente” está satisfeito com o que vem sendo desenvolvido. Essa concepção enraizada nos princípios do capital, evidencia que as relações de poder tem se instalado nas escolas e que a prática docente não é neutra. Mészáros (2005) nos alerta para o fato de que a educação não deve ser um negócio, uma mercadoria, mas que a educação é criação, devendo esta qualificar para a vida.

Corroborando com a fala de Izadora, a professora Camila evidencia os fatores que fazem com que ela permaneça na profissão docente:

“Vou dizer porque ainda estou nisso, nessa profissão. Eu gosto de me relacionar com pessoas, eu gosto de me comunicar e eu acho que o que me influencia muito para ainda estar nessa profissão e ter escolhido também mesmo que de forma inconsciente, porque às vezes percebo que foi de uma forma inconsciente. Eu sempre ouvi minha mãe falar que a questão do conhecimento era importantíssimo e que seria a única coisa que ninguém nunca tiraria de mim. [...]”.

A afirmação de Camila, é importante para a constituição do ser professora dentro da profissão docente, que mesmo existindo dificuldades nesse âmbito, os aspectos sociais e comunicacionais que permeiam as relações entre os seres humanos são fortalecidos na relação professor e aluno.

Para além dessa definição, Camila expõe os caminhos que levaram ao magistério, mesmo que de forma inconsciente, a fala da mãe é importante para os aspectos identitários na docência. Como ressalta Farias (et. al., 2014, p.61) este profissional, como qualquer outra pessoa, “tem uma história própria, traz as marcas do tempo em que vive, dos lugares e condições concretas de sua existência”.

Quando Camila traz a questão dos motivos que fazem continuar na profissão, ela ainda traz a narrativa que:

“Eu acho que essa profissão me permite continuar estudando e transmitir conhecimento, porque eu acho importante pra todo mundo, pra toda sociedade, por uma questão para mulher, por uma questão feminista, mas para sociedade de modo em geral, porque eu acredito que a educação seja realmente a única coisa que pode salvar a gente”.

Essa fala indica que a profissão docente é uma das formas que fazem com que a professora continue sua formação continuada, possibilitando construir conhecimentos para si mesma e para as outras pessoas. Camila ainda visualiza a educação como único aspecto que pode libertar o ser humano.

Nas concepções do que é ser professora para essas participantes, encontramos características semelhantes, sendo que o ponto central que permeia o ser professora, corresponde aos desafios que permeiam a prática docente, mas também a ousadia em

permanecer ensinado. Tal situação conforme nos incita Freire (2000) requer que essas professoras lancem mão da ousadia para ficar ou permanecer na educação.

O SER MULHER NA PRÁTICA DOCENTE: OS DESAFIOS DAS PROFESSORAS DO ENSINO MÉDIO

A inserção das mulheres no mercado de trabalho, resultado de uma necessidade do mercado, principalmente provocado pela Revolução Industrial e a conseqüente exigência pelo aumento da mão de obra e o abandono dos homens em algumas profissões, como é o caso do magistério, somado a influência dos movimentos feministas no Brasil e no mundo, não desvinculou as mulheres de suas características e padrões socialmente construídos.

Segundo Almeida (1998) era aceitável que as mulheres trabalhassem fora de casa, porém, era preciso que desempenhassem uma função que significasse o cuidar de alguém, dedicar-se com nobreza e resignação às qualidades inerentes às mulheres, tendo como conseqüência uma forte feminização de algumas profissões, como professoras e enfermeiras. É necessário salientar que dentre as funções femininas, não estava prevista a concorrência com os homens, seja no âmbito profissional e/ou intelectual, o que impossibilitaria ultrapassar certos limites sociais.

As mulheres são constantemente questionadas sobre as suas capacidades profissionais. Quando perguntado sobre esta postura no ambiente escolar, a professora Camila destaca que já foi testada quanto a sua habilidade enquanto professora, seja pelos alunos, professores e/ou gestores.

“Sim, eu já fui questionada pela minha capacidade enquanto professora. Tinha um aluno em especial, estava no ensino médio, que ele ficava o tempo todo me testando, do tipo eu dando aula e ele ficava me fazendo perguntas milimetricamente calculadas, e eu sei que ele não fazia isso com os professores homens porque eu compartilhava isso com alguns colegas e eles diziam que na aula deles, esse aluno sempre ficava calado, ouvindo o que eles tinham para falar. Em relação aos colegas de profissão também já percebi isso várias vezes, principalmente no quesito de explicar o óbvio, besteiras, bobagens. Sabe aquelas coisinhas, como mansplaining, se liga?! Principalmente no que diz respeito ao controle da disciplina em sala de aula, isso porque a mulher é muito mais permissiva na visão dessas pessoas, a mulher não tem muita moral, ficavam tentando ensinar.”

A professora traz para a discussão a expressão *mansplaining*, trata-se de quando o homem sente que tem um conhecimento superior ao da mulher, mesmo em assuntos que dizem respeito ao universo feminino. Não havendo uma tradução exata para o português, o *mansplaining*, seria, em uma tradução livre, “explicação do homem”. Há algumas situações que é possível identificar este comportamento masculino, como quando o homem fala mais alto que

a mulher, não a deixa terminar frases, ou, como dito anteriormente, tenta explicar à própria mulher algo do qual não teria propriedade, achando-se assim, intelectualmente superior.

No relato da professora Izadora, este questionamento sobre a sua habilidade em relação aos alunos não é algo que tem acontecido na sua carreira profissional, pelo contrário, a professora relata que durante as aulas. Entretanto, em relação aos colegas de profissão, este cenário difere-se.

“Com certeza, com os meus colegas de profissão (risos). Já, já me senti testada. Testada no sentido de não ser escutada, por exemplo, quando a gente quer falar, eles falam mais alto ou acabam falando para se mostrar ou para provar que também sabem. No início eu ainda tentava participar, debater, mas hoje eu não faço mais questão. Coloco meus fones de ouvido e deixo para lá. Em relação aos meus gestores, não me sinto questionada em relação ao conteúdo, porque os meus coordenadores não são formados na mesma área que eu, então é como se eu sentisse que eles não têm conhecimentos para debater sobre esses assuntos. Mas isso tudo antes de assistirem a minha aula, eu acho que antes disso sim, eles questionavam. Provavelmente pela minha aparência, por aparentar ser muito nova, mais nova do que realmente sou, pouca experiência no Ensino Médio.”

Em consonância com o relato da professora Camila, Izadora relata que já se sentiu questionada sobre a suas habilidades como professora pelos colegas de profissão, principalmente quando é interrompida em alguma fala.

Quando perguntado sobre a questão salarial, a professora Camila afirmou que consegue identificar uma diferença salarial de acordo com os gêneros. Ferreira (1998) destaca que existem estudos que mostram que as mulheres tendem a ter um salário menor do que os homens, mesmo desenvolvendo as mesmas funções.

“Em uma das escolas existe uma diferença salarial sim. Essa diferença salarial está associada ao gênero. Nas outras três escolas não, porque a gente já entra sabendo que todo mundo vai ganhar a mesma coisa. E de fato é. Todo mundo recebe a mesma coisa.”

Segundo Ferreira (1998) essa diferença salarial poderia ser justificada pelo fato que a sociedade encara a remuneração feminina como um simples complemento ao trabalho do homem, que é o verdadeiro provedor da casa, como responsável pela renda familiar, ou seja, sendo responsável financeiramente pela família, mantendo o equilíbrio hierárquico das relações entre os gêneros, seguindo os modelos de uma herança patriarcal.

CONCLUSÃO

Podemos reconhecer, ainda hoje, traços da desigualdade entre gêneros que definem, normatizam e estabelecem hierarquias entre homens e mulheres. Esse processo historicamente

social, cultural, político e econômico, procurou ao longo do tempo silenciar as mulheres, atribuindo unicamente a estas os papéis de mãe, esposa e dona do lar.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, precisamente na educação, está atrelado a esse papel, visualizando na mulher a figura amável e protetora, portanto, essa essência feminina são elementos basilares para a inserção da mulher na Educação Infantil e Ensino Fundamental, afastando estas docentes da última etapa da educação. Essa concepção, tida como a “ideologia do dom”, permaneceu e pode ser percebida a sua permanência no contexto sociocultural.

A partir da análise e dos resultados deste estudo, os caminhos e concepções de ser mulher-professora na Educação Básica, estão permeados por questões históricas, sociais, inconscientes, história de vida e formação.

A história oral favorece inserir a memória pessoal e coletiva das professoras, possibilitando que compreendam as suas práticas e as práticas de outras pessoas. As narrativas das professoras, embora singulares e históricas, apresentam pontos de aproximação. As dificuldades em ser professora no Ensino Médio marcam a trajetória dessas docentes: a carência de autonomia, respeito, o constante questionamento sobre suas habilidades enquanto professoras por seus colegas de profissão, estudantes e a gestão, além da diferença salarial.

A temática abordada no texto sugere e induz uma série de reflexões sobre a problemática que envolve a inserção e atuação das mulheres na profissão docente, a construção histórica, social e cultural têm trazido importantes respostas para estes questionamentos. Entretanto, sabemos que este artigo não conseguiria trazer as respostas para todas estas perguntas, a proposta foi de iniciar uma discussão sobre o ser mulher e ser professora no Ensino Médio em instituições particulares, dando ênfase aos desafios e conquistas em um processo histórico, entendendo a dinamicidade e contemporaneidade das questões envolvidas.

REFERÊNCIAS

ATAIDE, Patrícia Costa; NUNES, Iran de Maria Leitão. Feminização da Profissão Docente: as representações das professoras sobre a relação entre ser mulher e ser professora do ensino fundamental. **Revista Educação e Emancipação**, São Luiz, v. 9, n. 1, p. 167-188, 2016. Semestral.

BRASIL, **Lei nº 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Institui a Constituição Federal. Diário Oficial da União: seção 1 a 4, Brasília, DF.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184, jul./dez. 1995.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. Revista Portuguesa de Educação, Braga, v.16, n.2, p. 221-236, 2003.

FALCON, F. C. **Educação e Reforma Pombalina**. Estudos Ibero-Americanos, vol. XIII, n.2. Rio de Janeiro: (Editora), 1992.

FARIAS, I. M. S. de, et al. **Didática e docência: aprendendo a profissão**. Fortaleza: Liber Livro, 2014.

FERREIRA, A. T. B. **A mulher e o magistério: razões da supremacia feminina (a profissão docente em uma perspectiva histórica)**. Tóp. Educ. Recife. v./6. n" 1-3. p.43-61, 1998.

FREIRE, P. **Professora, sim, tia não**. Cartas a quem ousa ensinar. 10 ed. São Paulo: Editora Olho D'água, 2000.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Kogan, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

LOURO, G.L. "Mulheres na sala de aula". In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 443-481.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SILVEIRA, Éder da Silva. **História oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico**. MÉTIS: história & cultura – v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto; PEREIRA, Sidnéia Ribeiro. Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente. **Educar em Revista**, Curitiba, p. 259-276, 2010. Especial.

ARTIGO 5

OS SABERES DA MULHER REZADEIRA: UM OLHAR SOBRE SUAS PRÁTICAS

Maria Elizângela da Penha²⁶
Rhimaykon Teotonio de Sousa Lima²⁷
Adriana de Alencar Gomes Pinheiro²⁸
Zuleide Fernandes de Queiroz²⁹

RESUMO

Neste trabalho apresentamos alguns elementos integrantes dos saberes e das práticas de uma rezadeira da cidade de Iguatu-Ceará. Trata-se de uma mulher que exerce esse ofício há 45 anos, tornando-se uma referência na procura das famílias em busca de curas físicas, mentais e espirituais. O objetivo é (re)conhecer o saber e o fazer da rezadeira na comunidade, identificando o valor e o papel dessa mulher, a partir do método da história oral e da percepção de que a oralidade é uma prática social interativa que possibilita a sistematização de conhecimentos científicos, acessando a memória e as experiências, muitas vezes desvalorizadas e invisibilizadas na história. As reflexões tecidas neste artigo se ancoram em teóricos importantes como: Priore (2004), Santos (2007), Araújo (2011) e Bosi (1994), entre outros. Acreditamos que este estudo possibilita a aproximação da história da mulher rezadeira, registrando, por meio de sua memória, o saber feminino atravessado pelo dom de curar as pessoas, ao passo em que dá visibilidade a essa prática historicamente construída diante de um contexto social, cultural e político, à época e aos dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher rezadeira. Saberes. Práticas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho perpassa pela disciplina “História de mulheres e processos educacionais” do Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri (URCA), a qual tem como objetivo explicitar a educação feminina ao longo da história e seus processos de resistência frente à invisibilidade histórica oficial. Nesse cenário de discussões sobre a invisibilidade da mulher, deparamo-nos com o texto de Priore (2004), “Magia e medicina colonial: o corpo feminino”, que faz um debate acerca da relação entre o cristianismo e a figura do corpo e saberes femininos frente aos avanços da medicina entre os séculos XVI e XVIII.

²⁶ Mestranda em Educação pela Universidade Regional do Cariri (MPEDU/URCA).

²⁷ Mestrando em Educação pela Universidade Regional do Cariri (MPEDU/URCA).

²⁸ Doutora em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Professora Permanente do Mestrado Profissional em Educação (URCA).

²⁹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Professora Permanente do Mestrado Profissional em Educação (URCA).

Essa forma de invisibilizar e silenciar a mulher estava ligada, primeiramente, ao seu próprio corpo, em que a igreja e a medicina o consideravam como um palco nebuloso e obscuro, no qual Deus e Diabo se digladiavam. Esse imaginário constituía um saber que orientava a medicina e supria, provisoriamente, as lacunas de seus conhecimentos.

Essas lacunas, por sua vez, eram preenchidas também pelos saberes populares femininos que cresciam dia após dia nos mais diversos cantos da colônia. Esses saberes eram marcados pela cura das mazelas, aconselhamento sobre enfermidades, práticas farmacêuticas, cultivo de ervas medicinais e elaboração de fórmulas, entre outros. Além disso, faziam partos e assistiam as mulheres onde a medicina não as alcançavam.

Sem titulação, essas mulheres ultrapassaram séculos sendo doutoras, destacando-se pela abrangência e pelo valor que assumiu os seus saberes, levando-as a serem acusadas de curandeiras e, como tais, perseguidas por deterem um saber que não estava sob o controle da medicina e da Igreja.

Nessa perspectiva, Priore (2004, p. 88) ressalta que na sociedade colonial, reza, benzimento e feitiço colocava em movimento um processo no qual os fracassos sucessivos de interpretação, diagnóstico e ação se tornavam intoleráveis. Desse modo, se a medicina brasileira apresentava práticas que não lhes atribuíam confiança, as mulheres se descobriam no exercício e na luta contra as doenças.

Para a autora, essas mulheres assumiam um lugar significativo no cenário em que viviam, pois apesar das tentativas da Igreja para se tornar a médica das almas e dos corpos dos pecadores doentes, curandeiras e benzedoras eram consideradas da maior importância no contexto comunitário. Se, em um primeiro momento, havia um silenciamento partindo do pressuposto de práticas obscurantistas, segundo a medicina portuguesa e a própria Igreja, o tempo deu lugar aos saberes populares que se enraizaram na cultura do nosso povo, preenchendo as lacunas ora citadas e, inclusive, substituindo o saber médico/científico pelo popular, baseado na certeza da cura pela fé.

Sendo assim, este trabalho objetiva (re)conhecer o saber e o fazer das rezadeiras e curandeiras nas comunidades, identificando o valor e o papel dessas mulheres a partir do relato oral de uma rezadeira da cidade de Iguatu-Ceará. Além disso, discute sobre o processo histórico que desencadeou o aparecimento dessas práticas desde o Brasil Colônia e como se configura no atual cenário histórico.

Falar dos saberes e das práticas dessas mulheres nos faz concordar com Santos (2007) e Araújo (2011), quando afirmam que não são as rezadeiras que escolhem o seu caminho, elas são escolhidas por e para ele. A reza, norteadas pelas palavras memorizadas e repetidas, seguidas de orações e geralmente ungida por galhos de plantas, é utilizada como instrumento de cura. Todo esse ritual presente na palavra e na memória dessas mulheres compõe o repertório de saberes que pautam suas práticas de rezadeiras, passado e reconstruído historicamente.

Com o intuito de fomentar a narrativa oral e sua capacidade de interpretação, de acesso às memórias e experiências como fonte de sistematização de saberes, adotamos o método da história oral, usando a entrevista narrativa como instrumento para a coleta de dados, a partir da qual foi viabilizada uma análise adequada para alcançar nosso objetivo de estudo.

Acreditamos que, a partir dessa análise, teremos uma maior aproximação da história da mulher rezadeira, registrando, por meio de sua memória, o saber feminino atravessado pelo dom de curar as pessoas e evidenciando o papel dessa mulher no ato da reza, cura e benzeção.

2 A RELIGIOSIDADE NA COLÔNIA E AS DIFERENTES CULTURAS: ALGUMAS REFLEXÕES

Antes mesmo da chegada dos portugueses, já existiam no Brasil várias manifestações religiosas. Entre elas, destacamos as contribuições dos povos indígenas que aqui já habitavam e, em seguida, os colonizadores portugueses e os negros africanos escravizados, bem como judeus e descendentes que se refugiaram na América portuguesa, fugindo da Europa.

Desse modo, podemos afirmar que a religiosidade nesse período integrava uma série de culturas, embora fosse notória a prevalência da perspectiva religiosa do colonizador. Entretanto, os saberes de cunho religioso baseados nas experiências advindas dos conhecimentos dos diferentes povos provocavam o chamado sincretismo religioso.

De acordo com Souza (1986), a colônia teve uma religião sincrética que é de característica colonial, até mesmo porque ela foi composta por uma mistura cultural popular de vários povos, negros, indígenas, judeus e portugueses. Além da forte marca da religiosidade cristã no século XVII, também a concepção mágica de mundo abarcava as classes sociais.

No Brasil colonial, os elementos oriundos da fauna e da flora, que já eram utilizados pelas populações indígenas em suas práticas de cura, passaram a ser incorporados, primeiramente, pelos Jesuítas e, posteriormente, pelos agentes da medicina oficial. A partir da chegada dos africanos com suas artes curativas, o receituário da Colônia se tornou ainda mais complexo e híbrido passando a ser empregado pelos médicos, cirurgiões, barbeiros, curandeiros e benzedores. A intensificação do processo de ocupação da Colônia, em meados dos séculos XVII e XVIII, favoreceu ainda mais a junção desses conhecimentos (MIRANDA, 2017, p. 288).

Vale ressaltar que as pessoas que aderiam à religiosidade de forma sincrética foram reprimidas e violentadas. A incorporação de santos negros ao cristianismo, por parte do colonizador, foi também uma estratégia de controle sobre o escravo negro. Como dizia Souza (1986, p. 93), o colonizador tinha um discurso que queria cristianizar o outro, mas, na verdade, a real intenção era dominar aqueles que eles tinham interesse, como aconteceu com o negro e o indígena.

Nesse contexto de influências culturais e religiosas, a cura, por meio da reza de mulheres que estabeleciam uma relação de intimidade com a natureza e com o cultivo de ervas medicinais, ocupou um espaço significativo de saberes e de práticas eficazes no processo de sanar doenças do corpo e da mente até os dias atuais, constituindo-se uma experiência em movimento nos diversos recantos deste país.

3 O OFÍCIO DE SER REZADEIRA

Podemos dizer que o ofício de rezadeira e curandeira se deu por meio de uma necessidade concreta vivida no período colonial. Segundo Priore (2004), enquanto na França, Inglaterra e Holanda se experimentava o progresso intelectual, vários fatores contribuíram para o atraso da medicina portuguesa, como, por exemplo, a inquisição, caçadora de opiniões de seu fervor ortodoxo, os jesuítas, a coroa e o Tribunal do Santo Ofício uniram-se contra qualquer nova iniciativa científica ou cultural, considerando-as, todas, pura heresia.

Nesse contexto, carente de profissionais, desprovidos de cirurgiões, Portugal naufragava no obscurantismo, e levava a colônia junto. A falta de médicos e de uma medicina baseada em princípios científicos gerou um cenário de carência por esses serviços, fazendo aparecer um novo conhecimento que suprisse essa necessidade, que sejam os saberes femininos de rezadeiras e curandeiras, como afirma Priore (2004):

Somem-se outros fatos, como a extensão territorial da colônia, a falta de lucratividade da profissão, a péssima fiscalização do exercício profissional e do comércio de drogas medicinais, as lamentáveis condições sanitárias e hospitalares, e compreende-se por que as mulheres detentoras de um saber-fazer autêntico sobre doenças e curas tomaram a frente nos tratamentos capazes de retirá-las e suas famílias das mãos de uma medicina que não se mostrava competente para curar mazelas e doenças de qualquer tipo. Assim também era possível escapar da pecha de que tanto mais adoeciam quanto mais pecavam. Em contrapartida, tanto o corpo da mulher quanto os conhecimentos femininos da arte de tratá-lo, curá-lo e cauterizá-lo passaram a ser alvo da perseguição das autoridades científicas e eclesiásticas de então (PRIORE, 2004, p. 69).

Destarte, todo esse repertório de conhecimento foi transmitido, construído e reconstruído historicamente pelas rezadeiras e curandeiras. A oralidade, a memória e a forte ligação com a religiosidade popular revelam esse cenário. Os saberes do seu ofício, tidos como

dom, são transmitidos entre gerações por meio de práticas orais e assumem um lugar importante nessa tradição da cura de doenças físicas, emocionais e espirituais.

3.1 Os conhecimentos e saberes de uma rezadeira de Iguatu (CE)

Para compreender melhor como se dá a inserção dessa mulher no processo de reza e benzeção, entrevistamos uma rezadeira de um bairro periférico da cidade de Iguatu (CE) que exerce esse ofício desde o ano de 1977. As perguntas que nortearam a entrevista narrativa foram: 1. Como a senhora se descobriu rezadeira e há quanto tempo exerce esse ofício? Teve alguém ou alguma situação que a inspirou? 2. O que precisa saber uma rezadeira? 3. Como a senhora se sente como rezadeira? 4. O que mais a satisfaz nesse ofício de ser rezadeira? 5. Quais as maiores dificuldades enfrentadas?

Segundo a entrevistada, o que lhe fez iniciar como rezadeira foi uma situação muito difícil que viveu e que, na fé, conseguiu alcançar uma graça, uma bênção do Divino Espírito Santo, por sua força e poder. Para ela, ser médium de nascença é um milagre de Deus. É por meio da fé que a pessoa se cura, mas enfatiza que a reza é um reino encantado, um dom dado por Deus para curar e, por isso, não pode ser passado para ninguém.

Ao perguntar sobre alguma situação ou alguém que a inspirou, ela relata que vivia muito doente e a levaram para um rezador chamado Romualdo Bento Vieira, que era do município de Orós (CE) e atendia na Vila Neuma, atualmente um bairro da cidade de Iguatu (CE). Há um fato curioso aqui, ao mesmo tempo em que ela fala sobre esses conhecimentos não poderem ser transmitidos ou passados a alguém, coloca seu Romualdo como uma pessoa que a introduziu nesse ofício e a “desenvolveu”. Podemos inferir em sua fala que ela já possuía o dom e que o desenvolveu a partir dos ensinamentos desse seu mentor.

Outra questão importante se trata do modo como essa prática da reza e da benzeção foi transmitida culturalmente graças aos conhecimentos oralizados ao longo da história, tratados neste trabalho a partir do período colonial brasileiro. Como esses saberes e práticas foram compartilhados? Como esse dom foi desenvolvido e, ao mesmo tempo, como perpassou séculos e, ainda hoje, constitui-se um lugar de referência para cura de doenças?

Chamou-nos a atenção todo o percurso da rezadeira que, a partir de sua experiência de cura, se vê chamada a prestar esse serviço à comunidade até o fim da sua vida, com fortes marcas da religiosidade popular, pautadas pela fé no Espírito Santo. Ao relatar esse caminho, traz a experiência pioneira que a tornou rezadeira.

Ele rezou em mim e fiquei boa. Ele me chamou pra rezar, passei mais de um ano e ele

me desenvolveu. A primeira prova que Deus deu o dom da cura foi com uma mulher que estava com dor de dente – aí ele me disse – vai rezar na mulher. Ajudava ele a rezar no povo e de lá pra cá ainda rezo. A gente ver o resultado com a fé da pessoa e com a minha fé (REZADEIRA).

A história narrada pela rezadeira nos lembra Santos (2007) e Araújo (2011), quando dizem que, normalmente, o dom pode lhes ser revelado por meio de uma visão, de um sonho ou de um acontecimento sobrenatural; pela superação de um grande obstáculo ou pode lhes ser transmitido por alguém que já o tenha e o desenvolva, a fim de que seja continuado. Consciente desse “dom” dado por Deus, essa mulher se sente privilegiada em assumir esse serviço voluntariamente.

A narrativa em questão vai ao encontro do que apresentam Nascimento e Ayala (2013, p.03), quando relatam que o saber da tradição oral apresenta elementos que caracterizam e justificam as diversas maneiras que os indivíduos possuem para transmitir verbalmente seus ensinamentos e compartilhá-los com seus descendentes na sociedade.

A entrevista narrativa, instrumento de coleta de dados neste trabalho, possibilita que o indivíduo conte situações que marcaram a trajetória de uma vida, traduzindo sentidos às experiências e acontecimentos narrados. “A narrativa não é apenas uma listagem de acontecimentos, mas uma tentativa de ligá-los, tanto no tempo como no sentido” (JOVCHELOVI-TCH; BAUER, 2008, p. 92).

Nessa perspectiva, Filho (*apud* MOMBERGER, 2008, p. 97) afirma que a narrativa é que dá uma história à nossa vida: nós não fazemos a narrativa de nossa vida porque temos uma história; temos uma história porque fazemos a narrativa de nossa vida. Então, compreendemos que essa história, a partir do momento que é narrada, marca a vida de quem a conta e imprime valores simbólicos, remetendo a situações concretas capazes de dar um novo sentido à trajetória de vida.

Com isso, observamos que a história de vida das rezadeiras, também conhecidas como curandeiras, benzedadeiras, mulheres que abençoam e curam, traz em si uma série de elementos de suas experiências que mudam não só o seu percurso histórico, mas contribuem para a construção da identidade cultural de um determinado lugar.

De acordo com Costa (2018, p. 21), é fundamental que saibamos que os saberes populares tidos pelas mulheres rezadeiras representam um papel de suma importância dentro de nossa sociedade devido suas marcas históricas e culturais, apesar de serem, muitas vezes, inferiorizados em relação ao saber científico.

Na entrevista, é notória a fortaleza e a fé dessa mulher rezadeira, que, por várias vezes, diz que sempre pede a Deus muita força e luz, ao mesmo tempo em que sente orgulho em dizer que pela região só há ela como rezadeira. Sentindo-se orgulhosa pela profissão, relata que as pessoas a elogiam demais, algumas agradam, mas sempre diz que Deus cura de graça.

Às vezes, também indica que podem colocar uma oferta no altar de Nossa Senhora, mostrando seus santos na sala de casa e sua forte ligação com a religiosidade católica. No Brasil, é muito forte a relação dos saberes das rezadeiras com o catolicismo popular, nesse caso representado pelas rezas em casa e devoções ao Espírito Santo e à Nossa Senhora.

Sobre isso, Priore (2004) afirma que além desses aspectos religiosos advindos do catolicismo, essas mulheres, desprovidas dos recursos da medicina para combater as doenças cotidianas, recorriam a curas informais por meio de fórmulas gestuais e orais ancestrais, resgatavam a saúde, além dos saberes sobre a utilização de plantas, minerais e animais, com os quais fabricavam remédios que serviam aos cuidados terapêuticos que administravam. Além desses conhecimentos, haviam os saberes vindos da África, baseados no emprego de talismãs, amuletos e fetiches, e as cerimônias de cura indígenas, apoiadas na intimidade com a flora medicinal brasileira.

Sobre o ritual e o que utiliza no ato da reza, ela relata que não usa galhos das árvores porque, considerando a quantidade de pessoas, iria acabar com elas, em um tom de ironia. Nesse caso, usa o cordão de São Francisco e mostra o instrumento que utiliza como auxílio na hora da reza. Mais uma vez aqui presentes as simbologias advindas dessa ancestralidade católica.

Dando seguimento à entrevista, vamos evidenciando sua satisfação em ser rezadeira, porque diz que tem a ver com a saúde, a cura depois da reza, fazendo-a sentir-se como uma mulher de fibra. Já quanto às dificuldades, relata a questão do horário e lembra os fazeres de dona de casa, por isso prefere atender no período da tarde. Entretanto, diz que se chegar alguém noutro horário, não sai sem rezar, pois, ao longo desse tempo que exerce o ofício de rezadeira com crianças e adultos, já pegou casos de pessoas perturbadas, valentes (às vezes, com um espírito mau, sujo – grifo da rezadeira).

Para exemplificar essa situação, cita um caso que atendeu de uma mulher muito doente, valente, que, após a reza, foi se tranquilizando e, no segundo dia, já era outra pessoa. Diz ela que só Deus tem o milagre da cura, o Divino Espírito Santo, mas ressalta que é preciso ter fé para alcançá-la.

A partir dos saberes e práticas das rezadeiras, reconhecemos que não tem como dissociar o seu papel do resgate e da preservação da cultura popular, através dos costumes e crenças presentes na memória coletiva de um determinado grupo. Nesse sentido, concordamos com Halbwachs (1990):

[...] preservar a memória é fundamental para a compreensão de identidade de um determinado grupo, pois “o grupo, no momento em que considera o seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo (HALBWACHS, 1990, p. 87).

Em se tratando da memória e da sua relação com a oralidade, retomamos a perspectiva trazida por Bosi (1994), quando diz que a história oral traz a lembrança de um fato antigo, que, por sua vez, não vem à tona com a mesma imagem com que foi experimentado em um passado. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem sombra de dúvidas, o processo histórico que desencadeou todo o contexto envolvendo essas mulheres rezadeiras/curandeiras teve fundamental relevância na construção de um conhecimento tido por muitos como imprescindível, inclusive no contexto atual, onde já existe um maior acesso à medicina e ao conhecimento pautado por princípios científicos.

Diante dos relatos da rezadeira entrevistada neste trabalho, percebemos o quanto a narrativa oral vai revelando dimensões de identificação cultural e religiosa com essa prática, a qual se remete a importantes momentos do seu passado e de sua influência no modo como se constituiu com o ofício de mulher que reza para curar as pessoas. Este estudo possibilitou uma maior aproximação da história da mulher rezadeira, reconhecendo a importância desse ofício/serviço e a relevância desse saber feminino para a comunidade.

Outros trabalhos precisam ser desenvolvidos, não só no sentido de dar visibilidade a essas mulheres e conhecimento, mas também de entender seu papel no processo histórico, no contexto social, cultural e político.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fabiano Lucena de. Representações de doença e cura no contexto da prática popular da medicina: estudo de caso sobre uma benzedeira. **Caos – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 18, p. 81-97, set. 2011.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1994.

COSTA, Luana Ricarto. **Mulheres rezadeiras: práticas educativas, saberes e fazeres.** 2018. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Departamento de educação da Universidade Regional do Cariri, Crato, 2018.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto.** Trad. de Maria da Conceição Passeggi, João Gomes da Silva Neto, Luiz Passeggi. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

JOVCHELOVI-TCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som - um manual prático.** Tradução de Pedrinho Guareschi. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 90-113.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia : limites e espaços da cura.** 3. ed. rev. ampl. E atual. – Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2017.

NASCIMENTO, Danielle Gomes do; AYALA, Maria Ignez Novais. **As práticas orais das rezadeiras: um patrimônio imaterial presente na vida dos itabaianenses.** Porto Alegre: Nau Literária, 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/cliente/Downloads/43698-178500-1-PB%20\(3\)%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/cliente/Downloads/43698-178500-1-PB%20(3)%20(2).pdf). Acesso em: 10 set. 2017.

PRIORE, Mary Del. (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil.** 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SANTOS, Francimário Vitor dos. **O ofício das rezadeiras: um estudo antropológico sobre as práticas terapêuticas e a comunhão de crenças em Cruzeta/RN.** 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

ARTIGO 6

HISTÓRIA DE MULHERES NEGRAS, ESTUDANTES E PROFESSORAS QUE SE CRUZARAM NO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI

Luana Ricarto da Costa³⁰

Rayanne Pereira do Nascimento³¹

Sara Raquel de Alencar Ferreira Ulisses³²

Adriana de Alencar Gomes Pinheiro³³

Zuleide Fernandes de Queiroz³⁴

RESUMO

O Brasil é um país marcado pelas grandes desigualdades e injustiças sociais, principalmente quando nos referimos ao contexto histórico-sócio-cultural das mulheres. No tocante aos aspectos históricos, as mulheres negras se destacam como maiores vítimas de discriminação social, tendo suas vidas ameaçadas e ceifadas cotidianamente. São socialmente invisibilizadas, silenciadas e desrespeitadas nas instituições que frequentam, trabalham e constroem suas histórias de vida. Culturalmente são submetidas a viverem em conformidade com as imposições do mundo machista que se configura à sua volta. Subvertendo essas estruturas estabelecidas ao longo do tempo, temos conhecido histórias de mulheres negras que têm ganhado voz e espaço social mediante lutas, movimentos e muita dedicação aos estudos e profissões que desempenham. Entre estas destacamos as professoras, as quais procuram ampliar concepções e práticas pedagógicas para melhor contribuir com a formação dos sujeitos, pautadas em novas perspectivas de protagonizar e constituir suas histórias de vida. Nessa perspectiva, desenvolvemos um estudo bibliográfico à luz dos autores e das autoras Almeida (2021), Cunha Jr. (2001), Davis (2016), Hooks (2017), Munanga (2008), Perrot (2019) e Priore (2004); os quais fundamentaram seus estudos no campo das relações étnico-raciais, nas concepções de mulheres restritas às relações de poder e situadas em diferentes contextos históricos, assim como suas subjetividades e constantes formas de lutas para serem inseridas, valorizadas e respeitadas nos espaços sociais. Como metodologia, nos apropriamos da pesquisa qualitativa baseada na história oral. Para coletarmos os dados da pesquisa aqui descrita, entrevistamos mulheres negras, professoras e estudantes da quinta turma do Curso de Mestrado Profissional em Educação-MPEDU da Universidade Regional do Cariri-URCA, localizada no município de Crato-CE.

PALAVRAS-CHAVE: Narrativas. Mulheres negras. Professoras. Mestrado Profissional.

³⁰ Mestranda em Educação pela Universidade Regional do Cariri (MPEDU/URCA).

³¹ Mestranda em Educação pela Universidade Regional do Cariri (MPEDU/URCA).

³² Mestranda em Educação pela Universidade Regional do Cariri (MPEDU/URCA).

³³ Doutora em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Professora Permanente do Mestrado Profissional em Educação (URCA).

³⁴ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Professora Permanente do Mestrado Profissional em Educação (URCA).

1. INTRODUÇÃO

Encaminhar uma discussão crítica e reflexiva acerca das trajetórias de vida de mulheres negras, professoras e estudantes do Programa de Mestrado Profissional em Educação nos leva a buscar compreender as subjetividades vivenciadas por cada uma delas. Devido a estarmos diante de um país racista, machista e com tantas desigualdades sociais como o Brasil, as dificuldades que as mesmas enfrentam chegam a ser alarmantes e cabíveis de uma análise profunda, que pautas as relações de poder efetivadas em nossa sociedade.

No Brasil, historicamente, a formação e profissionalização direcionada ao povo negro, dentro dos contextos de interações sociais e educacionais, foram ao longo do tempo construídas com base em estruturas desiguais que chegam a ser, muitas vezes, desumanas. E quando se trata de mulheres negras da classe trabalhadora, essas desigualdades passam a ser ainda mais acentuadas em função da opressão histórica vivenciada por esta camada social.

A partir disso, direcionamos este estudo alicerçado nos seguintes questionamentos: Como as mulheres negras, professoras e estudantes dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, principalmente sendo este um mestrado profissional, percebem as dificuldades e limitações de suas trajetórias de vida acadêmica? Além disso, direcionaremos para estas mulheres indagações relacionadas à construção de suas subjetividades e fortalecimentos para trilhar o caminho acadêmico, mesmo tendo suas vivências apoiadas em contextos sociais e educacionais com estruturas tão desiguais.

Para tanto, fizemos um debate referente à temática deste estudo com base nas narrativas de mulheres negras e estudantes da quinta turma do Mestrado Profissional em Educação-MPEDU da Universidade Regional do Cariri-URCA, localizada no sul do Ceará, especificamente na região metropolitana do Cariri, na cidade de Crato.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar as histórias de vida das estudantes do MPEDU, levando em consideração seu contexto social e educacional, tendo em vista que estas são mulheres negras e professoras que se cruzaram em um programa de mestrado. Também buscamos identificar, a partir de suas narrativas, as dificuldades que se acentuam quando as mesmas têm suas trajetórias marcadas pela marginalização das subjetividades no que diz respeito à negritude, ao gênero e à classe social. Além disso, procuramos compreender como elas se fortalecem para que, assim, possam dar continuidade na busca pelo conhecimento para obter conquistas e realizações pessoais, profissionais e acadêmicas.

Vale ressaltar, que essa pesquisa se justifica pela necessidade de discutir as diversas realidades vivenciadas por nossas colegas de mestrado que são mulheres negras, professoras e estudantes, visto que, visivelmente, elas apresentam uma trajetória singular, uma vez que estão inseridas em um contexto diferenciado, no qual precisam resistir diariamente à opressão e à discriminação racial. Além disso, elas têm que lidar com as desigualdades em seus espaços de estudo e trabalho, vivenciando, assim, experiências marcantes que precisam ser contadas através de suas narrativas, já que o espaço da pesquisa também se caracteriza como um lugar onde podemos nos expressar e conscientizar a população, com intuito de reivindicar transformações significativas em nossa sociedade.

Diante disso, inicialmente apresentamos um estudo bibliográfico a fim de nortear nossas discussões referentes à temática, na qual teremos, como referências teóricas, os autores e as autoras Almeida (2021), Cunha Jr. (2001), Davis (2016), Hooks (2017), Munanga (2008) e a Perrot (2019) que, em seus estudos, apresentam conceitos e debates sobre negritude, a mulher nos mais variados contextos históricos e as relações de poder vivenciadas em nossa sociedade. Ademais, fizemos uso do livro “História de Mulheres no Brasil”, organizado pela Priore (2004), que traz importantes contribuições relacionadas à construção histórica das subjetividades femininas e da luta das mulheres para conseguirem se inserir nos diversos espaços.

Por conseguinte, fizemos uma pesquisa de campo qualitativa com base em narrativas orais de três alunas do Mestrado Profissional em Educação da URCA. Isso na intenção de ouvir seus relatos sobre como foram construídas suas trajetórias de vida até chegar ao programa de mestrado, percebendo as relações existentes entre uma história e a outra quando as mesmas se cruzam no mundo acadêmico, levando em consideração suas realidades contextuais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Temos consciência que para chegarmos até aqui como mulheres, negras, professoras e estudantes, não foi fácil. Enfrentamos muitos desafios para conseguirmos ocupar espaços na sociedade. Fomos três estudantes do Curso de Pedagogia na Universidade Regional do Cariri-URCA, posteriormente passamos a ser reconhecidas profissionalmente na rede municipal pública e privada de Juazeiro do Norte-CE e hoje nos reencontramos novamente como estudantes do Curso de Mestrado Profissional em Educação-MPEDU/URCA.

Nossas lutas e anseios são convergentes, pois estamos nos reconstruindo a partir da ressignificação dos nossos saberes, reformulando e adquirindo novos conhecimentos a cada troca de experiências e oportunidades que a vida nos proporcionar.

Entre tais vivências, tivemos o privilégio de cursar a disciplina “Tópicos de Ensino I: História de Mulheres e Processos Educacionais”, ministrada pelas professoras do MPEDU/URCA: Dra. Zuleide Fernandes Queiroz e Dra. Adriana Alencar, as quais se empenharam em nos orientar nos estudos bibliográficos da referida temática e nos direcionar no percurso desta pesquisa, a qual dividimos o seu referencial teórico em três tópicos de análise: i) a história de mulheres; ii) a mulher negra e; iii) racismo estrutural: ser professora negra na sociedade contemporânea. Nestes, obtivemos auxílio na interpretação dos dados coletados.

2.1 A história de mulheres

Historicamente compreendemos o processo emancipatório das mulheres a partir do final da Segunda Guerra Mundial, as quais passaram a ocupar espaços de forma mais significativa nas universidades como estudantes e também como docentes, revelando um dos motivos de não se encontrar registros, tais como livros entre outros vestígios, sobre nós mulheres, antes desse período (PERROT, 2019).

Nesse sentido a obra intitulada “*Minha história das mulheres*”, da autora Michelle Perrot (2019), permite compreendermos o contexto histórico de como e quando a mulher passou a ser visibilizada nos registros, fontes históricas, ganhando voz, quebrando barreiras que impediam sua participação política na sociedade. A autora declara que a mulher tem uma história e constrói a referida obra a partir de suas próprias experiências como mulher, muitas vezes silenciada, porém consciente de “[...] conhecer sua história e trabalhar nela, visto que esta ou não existia ou era escassa” (PERROT, 2019, p. 14).

Minha história das mulheres faz valer o dito de que toda história é história contemporânea: tem um compromisso com o presente, ou seja, interroga o passado tomando como referência questões que fazem parte de nossa vida, como a existência de desigualdades de gênero, os significados das aparências, as manifestações da sexualidade, a luta por direitos, o papel da família, do Estado e das religiões no cotidiano das pessoas, as dificuldades e possibilidades de acesso à cultura, entre outras (PERROT, 2019, p. 11).

Em segunda instância, a obra “*História das mulheres no Brasil*”, da autora Mary Del Priore (2013), vislumbra a história de cada mulher vinculada aos âmbitos: familiar, materno, profissional, midiático e literário, possibilitando uma análise dos seus sentimentos, suas formas de sociabilidades marcadas pelas frustrações mediante as violências sofridas e praticadas contra os seus corpos e as suas sexualidades.

Diante dos estudos mencionados, sentimos a necessidade de produzir este artigo, traduzindo histórias de mulheres negras, professoras e estudantes que enfrentaram adversidades

na conquista por espaços e pela visibilidade de suas histórias de vidas, mediante estudos, pesquisas, trabalhos publicados, profissões e constantes lutas pelo protagonismo feminino.

Com auxílio da história oral, nos debruçamos a analisar aspectos relevantes no contexto de ser mulher negra, sofrer com as desigualdades sociais, mas conseguir driblar todas as adversidades emergentes e conquistar uma carreira: ser professora; uma profissão ainda muito desvalorizada socialmente, porém prestigiada por ser a principal no que diz respeito à transformação histórico-sócio-cultural dos sujeitos e a desenvolver sentidos críticos e participativos capazes de romper com estruturas de poder machistas e racistas, as quais ainda imperam em nossos dias atuais.

2.2 A mulher negra

O processo de tornar-se mulher negra faz parte de uma construção que se dá pelas experiências de vida, como também pelo sentimento coletivo, o qual pode ser visto através da participação das mulheres nos movimentos sociais.

A professora negra e ativista, Angela Davis, escreveu em um dos capítulos da obra *“Mulheres, raça e classe”* sobre a luta vivida pelas mulheres negras após a “liberdade”, a fim de conquistarem a sua verdadeira liberdade. A autora cita que:

Depois de um quarto de século de “liberdade”, um grande número de mulheres negras ainda trabalhava no campo. Aquelas que conseguiram ir para a casa-grande encontraram a porta trancada para novas oportunidades – a menos que preferissem, por exemplo, lavar roupas em casa para diversas famílias brancas em vez de realizar serviços domésticos variados para uma única família branca. Apenas um número infinitesimal de mulheres negras conseguiu escapar do campo, da cozinha ou da lavanderia (DAVIS, 2016, p. 103).

Nesse período da história, a mulher negra que não trabalhava no campo era forçada a realizar serviços domésticos (DAVIS, 2016). Serviços esses que estavam voltados a assumir a função de cozinheiras, camareiras, domésticas e até babás. A professora Davis (2016), cita que, com exceção da Região Sul, todas as outras regiões tinham mulheres brancas que trabalhavam como domésticas, mas que eram imigrantes europeias, que assim como as ex-escravas, elas também eram forçadas a realizar qualquer função que conseguissem encontrar.

O trabalho doméstico realizado pelas mulheres negras perdurou por muito tempo. Todavia, “quando os Estados Unidos entraram na Segunda Guerra Mundial e o trabalho feminino manteve a economia de guerra em funcionamento, mais de 400 mil mulheres negras deram adeus para seus trabalhos domésticos” (DAVIS, 2016, p. 112). Essas mulheres que antes estavam realizando trabalhos domésticos forçados, agora, no auge da guerra, estavam inseridas nas indústrias, assumindo mais um papel de “servidão” e “exploração”.

A autora informa ainda que o final do século XIX foi um dos mais difíceis para a população negra, após a abolição da escravatura, fazendo com que as mulheres se unissem à luta de resistência do povo negro (DAVIS, 2016).

No decorrer dos anos de 1970, aqui no Brasil, os movimentos negro e feminista se fortaleceram, os quais são vistos a luta das mulheres pelo direito ao voto e por melhores condições de vida. Porém não podemos dizer que através dessas lutas árduas que perduram até os dias de hoje, a mulher negra ainda não seja discriminada e marginalizada. As autoras Silva e Souza (2017, p. 3) corroboram ao dizer que “no Brasil a mulher negra está relacionada a um ciclo de discriminação social e marginalização por todo seu contexto histórico que necessita de novas soluções para todo um sofrimento já vivido, e que na atualidade é ainda muito presente”.

Através do processo histórico percebemos que a mulher negra sofre muito com o racismo, o qual cria uma hierarquia e coloca-a como ser inferior para atender as relações de poder existentes na sociedade, além de ser discriminada e desvalorizada, mas a sociedade necessita reconhecê-las “enquanto ser humano detentora de suas subjetividades, sentimentos, sonhos e sua inteligência” (SILVA; SOUZA, 2017, p. 4). Desse modo, o autorreconhecimento por algumas mulheres não é um processo fácil e rápido, visto que:

Sem dúvida, identificar-se com a negritude e posicionar-se como mulher negra é um passo importante para a compreensão da desigualdade racial que insiste em exercer diversas formas de violência sobre essa população. É um passo importante, também, para entender que o racismo está presente nas práticas cotidianas e atravessa boa parte das relações que as mulheres negras estabelecem ao longo da vida [...] (WESCHENFELDER; FABRIS, 2019, p. 11).

Visto isso, o presente trabalho construído por três mulheres negras, professoras e estudantes vem também desconstruir a imagem sobre o ser negra a partir da história desigual e assim mostrar que nós somos detentoras do saber e produzimos ciência. Além de mostrar que identificar-se como mulher negra faz parte da nossa história de vida.

2.3 Racismo estrutural: ser professora negra na sociedade contemporânea

Antes de falar sobre as dificuldades que as professoras negras enfrentam diariamente em nosso país, é importante que tenhamos a compreensão de que discutir as questões étnico-raciais não é uma tarefa fácil, mas se configura como urgente e necessária. E quando temos como recorte a inserção dessas mulheres nos debates educacionais, essa incumbência se torna ainda mais complexa, pois atravessa histórias e vivências em que as mesmas lutaram e resistiram, e ainda hoje resistem, a fim de ocupar os espaços que lhes foram negados.

Diante do exposto, é notório que o caminhar das professoras negras se deu de forma dolorosa ao longo do tempo, e ainda mais, continua sendo um percurso difícil, uma vez que, como apresentado anteriormente, o contexto em que se construíram enquanto mulheres negras têm seus marcadores pautados no racismo estrutural e nas desigualdades de gênero. Segundo Hooks (2020), isso fez com que suas histórias fossem apagadas e suas vozes silenciadas, prejudicando o seu crescimento pessoal, educacional e profissional, tendo assim, suas trajetórias de vida interrompidas durante séculos.

Seguindo nossa pesquisa, revisitamos os estudos de autores que discutem negritude na sociedade contemporânea. E a partir do que afirma Almeida (2021, p. 50), compreendemos que “[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constitui as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural”.

Dessa forma, percebemos que as discussões raciais vão além das concepções individualistas que apontam o racismo como uma espécie de patologia. Isso porque, por esta visão, segundo Almeida (2021, p. 36): “Não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupos”. E sabemos que esta não é a única realidade das discriminações voltadas para o povo negro, pois o racismo por muito tempo foi sustentado a partir de aparatos legais, permitindo-o ser exercido dentro das relações sociais.

Além disso, segundo o autor citado, o racismo não se configura apenas como institucional, já que este ocorre para além dos muros institucionalizados. Almeida (2021, p. 40) especifica que “na visão institucionalista, o racismo não se separe de um projeto político e de condições socioeconômicas específicas”. Porém, é preciso pensar na superação das discriminações raciais em sua totalidade, visto que, para o autor supracitado, as instituições se materializam como racistas porque existe uma sociedade que prega esta concepção como estrutura social.

Por esta razão, muito embora reconheçamos que a representatividade dentro das instituições seja importante, e que as políticas de ação afirmativa também são necessárias para reparar danos históricos, estas não são suficientes para estabelecer uma igualdade racial na sociedade sustentada por divisão de classes, uma vez que o objetivo fundamental da discriminação racial é a manutenção das desigualdades sociais a fim de alimentar um sistema que explora, oprime e marginaliza negros e negras (ALMEIDA, 2021).

Essa concepção de racismo justifica as desigualdades vivenciadas pelas mulheres negras que, por sua vez, durante muito tempo tiveram seus espaços de atuação profissionais extremamente limitados. Ou seja, se para as mulheres brancas contextualmente foi difícil ocupar as instituições de ensino e exercer a profissionalização docente, para as mulheres negras essa realidade era ainda mais distante de suas possibilidades.

Isso porque, enquanto a mulher branca para além do lar já era destinada a ocupar a profissão docente, a mulher negra ainda lutava por sua existência, visto que de forma secular, como discutido por Munanga (2008), sua raça era tida como inferior, e por isso contribuiu negativamente para o crescimento do conhecimento científico e do desenvolvimento do país. Consequentemente as mesmas deveriam ocupar apenas as atividades domésticas, oriundas de seus trabalhos executados no período da escravidão.

Porém, segundo Munanga (2008), no final do século XIX, devido os movimentos negros, começou-se a debater o lugar do povo negro na história do Brasil, repensando o seu âmbito de atuação. Entretanto, somente no século XX essas discussões se fortalecem com base no que reivindicava a Frente Negra Brasileira, que tinha como intuito a reafirmação da negritude.

Por conseguinte, no século XXI, especificamente nas duas últimas décadas, foi possível perceber as mulheres negras chegando nas universidades como estudantes. Vale ressaltar que isso só aconteceu devido muita luta travada pelo feminismo negro em décadas anteriores.

Assim, é cabível afirmar que não só as discussões referentes à temática têm despertado interesses e vem se ramificando no mundo da pesquisa, mas também é perceptível que a inserção das mulheres negras no âmbito acadêmico e institucional tem sido alvo de profundos debates e reivindicações.

Dessa forma, ser mulher, negra e professora em uma sociedade que se constrói em bases estruturais racistas, é uma forma de resistência. Por isso destacamos a importância de relatar histórias de professoras negras que chegam a cursar um mestrado, visto que, por longas datas, estas mulheres foram excluídas das escolas, das universidades e dos trabalhos que significativamente disseminam o saber. Ser professora negra é contar como sobrevivemos e como almejamos nossa sociedade. Ser professora negra, atualmente, é desfrutar da capacidade de ser livre e disseminar a liberdade.

METODOLOGIA

Para desenvolvermos este trabalho, utilizamos a abordagem qualitativa, a qual não é de seu interesse se preocupar com a representatividade numérica, mas sim com a compreensão do grupo. Por buscarmos realizar uma pesquisa social, voltamos a buscar explicar o porquê das coisas e exprimir o que deve ser feito a partir dos dados analisados, sem ter a intenção de quantificar algo, visto que essa não é a intenção da pesquisa qualitativa (SILVEIRA, CÓRDOVA, 2009).

Segundo Minayo (1993, p. 21), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Sobre esses fenômenos humanos, a autora ainda acrescenta que são entendidos como parte da realidade social, sendo que o ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar e interpretar suas ações dentro e a partir da realidade em que vive e partilha com seus semelhantes (MINAYO, 1993).

Desse modo, organizamos a pesquisa em três etapas, tornando-a de cunho exploratório. Primeiramente, fizemos o estudo bibliográfico, a fim de nos determos um pouco mais sobre a história de mulheres brasileiras e estrangeiras no decorrer do tempo, bem como a mulher enquanto ser negra. Portanto esse estudo é de muita importância e significância, pois a partir dele é feito o levantamento teórico já analisado e publicado, em diferentes meios de acesso.

A partir da construção teórica partimos para o trabalho de campo, o qual trabalhamos com o método da História Oral, que “se trata de um recurso para a construção de fontes e registros sobre a história em suas múltiplas dimensões, através de narrativas de quem a viveu” (GOMES, 2016, p. 47).

Dessa maneira, realizamos entrevistas estruturadas com três mulheres negras, professoras e estudantes da quinta turma do Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Regional do Cariri - URCA. Essa etapa “realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação e refutação de hipóteses e de construção de teoria” (MINAYO, 1993, p. 26). Usamos ainda, como instrumento para gravação e realização das entrevistas, o Google Meet, visto que foi a melhor estratégia encontrada para que pudéssemos ter a contribuição dessas mulheres entrevistadas.

Na terceira etapa, após a transcrição das entrevistas, realizamos a análise do material coletado, a partir da análise do conteúdo, visto que essa técnica de pesquisa visa as características: objetividade, sistematização e inferência.

De acordo com Bardin (1979, p. 42 *apud* SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 86), ela representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nossas entrevistas com as professoras negras e mestrandas iniciaram a partir da análise de quais foram as maiores dificuldades enfrentadas em suas trajetórias de vida, objetivando que relatassem os principais obstáculos diante de suas conquistas e objetivos.

Com isso, obtivemos as seguintes respostas: a mestranda A destaca que o acesso e permanência na escola foi a maior dificuldade de sua trajetória devido “[...] não existir um capital que possibilitasse que meus pais tivessem recursos financeiros para a compra de materiais [...]”.

A mestranda B relata que: “Muitas vezes até para chegar na faculdade e terminar os meus estudos foi sempre com muito sacrifício, meus pais muitas vezes precisavam pedir dinheiro emprestado para pagar minhas passagens [...]”:

E em relação a mim mesma, acho que as maiores dificuldades que eu tive também teve relação aos preconceitos que eu sofria e muitas vezes por ser negra, na escola eu sofria bullying, como também por ser mais cheinha, por algumas características do meu corpo também, e isso mexia bastante com minha autoestima. (MESTRANDA B, 2022).

Ambas respostas apresentam as dificuldades financeiras como principal obstáculo ocorrente em suas trajetórias de vida, porém a mestranda B nos aponta outras questões muito relevantes, tais como os preconceitos que vivenciava por ser negra e possuir características físicas diferentes das demais crianças. Tais respostas convergem com o relato da mestranda C (2022):

Foram muitas dificuldades, tanto relacionadas ao campo financeiro como ao campo da saúde mental, eu sempre estudei em escola pública, sempre morei na zona rural, meus pais são agricultores familiar, não tinham renda para custear as despesas com relação a uma educação de qualidade, aos filhos. [...] foram as políticas públicas voltadas a assistência estudantil para minha permanência, que acho que se não fosse isso eu não estaria aqui hoje.

As respostas obtidas chamam nossa atenção, pois também traduzem características semelhantes às nossas, como por exemplo nossos pais também não tiveram condições financeiras para custear os nossos estudos por vias que não fossem públicas; no tocante à

discriminação racial, no decorrer do Ensino Fundamental, algumas de nós sofreram racismo por apresentar os lábios mais grossos e o nariz achatado.

Nunca esqueceremos do dia que chegamos na escola usando um batom de cor vermelha, e a professora disse em alto tom na sala de aula: “Já chegou essa negra dos beijos virados”. Outros episódios ocorriam diariamente quando um menino branco debochava do nosso nariz achatado com apelidos que fazia e a turma inteira às gargalhadas. Nesse sentido, Eliane Cavalleiro identifica em sua pesquisa que “[...] crianças brancas revelam um sentimento de superioridade, assumindo diversas atitudes preconceituosas e discriminatórias, xingando e ofendendo as crianças negras, atribuindo caráter negativo à cor da pele” (CAVALLEIRO, 2010, p. 10).

Prosseguindo, perguntamos às mestrandas se na infância as suas experiências cotidianas valorizavam as suas relações étnico-raciais e se suas relações eram amigáveis com os seus pares/adultos ou sofreram algum tipo de racismo, ou preconceito.

No relato da mestranda A, percebemos suas reflexões voltadas ao contexto geral de sociedade, com pouca ênfase às suas experiências pessoais, esta afirma que:

É no cotidiano que a gente vai construindo a nossa identidade, apesar de ainda existir o processo discriminatório, questões raciais, preconceitos, [...] discutir as relações étnico-raciais é um processo de construção de relações, tanto como o eu, com o outro num processo de descoberta e reconhecimento (MESTRANDA A, 2022).

A mestranda B, por sua vez, referiu-se às suas próprias vivências, demonstrando o quanto o racismo se fez presente em sua trajetória, principalmente entre os seus familiares. Como podemos observar em seu relato:

Na minha família, a gente nunca teve essa questão de preconceito não! Sempre conversamos sobre isso. Mas em relação à família do meu pai, por eles serem negros, eu percebia neles uma certa dificuldade em entender a nossa relação com a família da minha mãe que era branca. Eu lembro que a minha tia, irmã do meu pai, ela tinha muito ciúmes de uma das minhas tias, irmã da minha mãe [...] me lembro muito que essa questão mexeu comigo, porque ela dizia que eu queria ser branca, eu não me recordo desse pensamento, eu sei que queria ser como a minha tia, mas não especificamente por ela ser branca. Essa é uma das coisas que mais lembro em relação a minha família (MESTRANDA B, 2022).

Já outra mestranda relata não recordar ter vivido experiências que valorizassem as questões étnico-raciais em sua infância.

O que lembro da minha Educação Infantil é que eu tinha uma professora que hoje ela é minha madrinha de consagração, ela é uma mulher negra, hoje em dia ela não está mais atuando, eu gostava muito dela, é tanto que, depois de crescida, me consagrei e a chamei para ser minha madrinha de consagração. Até hoje temos esse vínculo e esse respeito, mas se tratando dos trabalhos relacionados às questões étnico-raciais, não me recordo (MESTRANDA C, 2022).

Nos relatos das três mestrandas, podemos perceber a necessidade de se tratar as questões étnico-raciais desde a primeira infância na educação básica, contribuindo com a formação de sujeitos protagonistas de suas histórias, com participação consciente e voz ativa na sociedade. Além disso, demonstram o quanto é importante a formação de docentes nessa perspectiva, para que possam contribuir com práticas pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial, e; sejam capazes de transformar essa realidade tão presente ainda em nossos dias atuais; o racismo estrutural.

Em seguida, questionamos as professoras negras mestrandas a fim de sabermos se, na sua adolescência, esse contexto vivenciado na infância, o qual nos relataram, permaneceu ou se modificou. A vista disso, foi relatado pela mestranda B que:

Já na adolescência [...] apareceram alguns preconceitos que foi onde mexeu muito com minha autoestima de quando eu era criança, porque eu sempre ouvi muito que eu era a negrinha do cabelo ruim. E a questão de sempre apresentar mais peso [...], e eu sempre escutava essas piadas e brincadeiras sem graça.

Sobre essa fala, Cavalleiro (2010, p. 27) colabora ao afirmar que:

A despreocupação com a questão da convivência multiétnica, quer na família, quer na escola, pode colaborar para a formação de indivíduos preconceituosos e discriminadores. A ausência de questionamento pode levar inúmeras crianças e adolescentes a cristalizarem aprendizagem baseadas, muitas vezes, no comportamento acrítico dos adultos a sua volta.

Se faz necessário que desde a infância, a família, e logo mais, a escola possam ajudar a criança a construir a sua identidade pessoal, étnica e social de maneira positiva e ensiná-la o certo e o errado. Assim, contribuiriam para que situações, como essa vivida pela mestranda B, não se repitam.

Por outro lado, existe o caso de pessoas que não sofreram preconceito ou racismo, mas que conhecem alguém que já vivenciou, ou esteve presente nesses momentos. Desse modo, em outro relato, subemos que:

Eu nunca sofri nenhum tipo de racismo e preconceito, mas eu já presenciei questões em contexto sociais, em que uma pessoa negra, ao entrar num estabelecimento, foi colocada para fora. Eu já ouvi falas de pessoas ‘esse negro não vai chegar em nenhum lugar’, como se o outro ditasse onde eu posso ir, onde aquela pessoa pode ir, né? Justamente pelo fato de eu ser diferente do outro (MESTRANDA A, 2022).

Ao conhecermos um pouco sobre as vivências dessas professoras durante a sua infância e adolescência, questionamos agora se, no curso de formação inicial, tiveram a oportunidade para ampliarem os seus conhecimentos mediante as disciplinas cursadas e/ou orientações dos professores.

Assim, soubemos que as três entrevistadas foram bolsistas, duas em Iniciação Científica e outra em Iniciação à Docência, possibilidades que contribuíram para a discussão com a temática.

Uma das entrevistadas informou que “durante a minha graduação a oportunidade que tive de trabalhar essas questões foi a partir da minha bolsa de pesquisa, eu fui bolsista de Iniciação Científica e atuei num projeto de pesquisa desde o ano de 2017 até os dias atuais” (MESTRANDA C, 2022). Ela ainda acrescenta que continua desenvolvendo o projeto voltado à implementação da Lei 10.639/03 na Educação Básica, por estar cursando Licenciatura em Química. Logo a mestranda B acrescenta: “Em relação à minha formação inicial no curso de Educação Física, sim! Eu tive bastante oportunidade de ampliar os meus conhecimentos, participei de bolsas, fui bolsista quase a minha faculdade inteira”.

Os Programas de Iniciação Científica e de Iniciação à Docência têm colaborado muito para que os discentes da graduação tenham o primeiro contato com a pesquisa, além da bolsa auxiliar em alguns gastos dos estudantes para se manterem na Universidade. A autora Pinho acrescenta ao dizer que:

A IC faculta, ao aluno, tomar consciência da importância e do significado do processo de pesquisa na Universidade. Da mesma forma, propicia também que ele se introduza na prática de pesquisa logo nos primeiros anos de graduação, possibilitando-lhe uma postura ativa no processo de produção do conhecimento (PINHO, 2017, p. 666).

Os professores da graduação são grandes incentivadores da iniciação à pesquisa, visto que contribuem bastante para o aprendizado dos discentes, além de incentivá-los na construção de artigos/materiais, atuação no espaço escolar e participações em eventos, principalmente. A professora mestranda nos diz que “o próprio programa PIBID foi importante e me oportunizou ampliar os conhecimentos que estavam sendo trabalhados nessas disciplinas, no processo de relação entre teoria e prática, e as orientações que foram recebidas nesse processo formativo pelos professores foi importante nessa minha construção” (MESTRANDA A).

A partir das falas dessas professoras, nós que também somos professoras negras e mestrandas, nos sentimos presente nas falas, pois quando cursamos a graduação em Pedagogia também tivemos a oportunidade de sermos bolsistas do PIBIC e PIBID, os quais contribuiu com a autonomia intelectual, engajamento em eventos, melhoria na leitura e escrita, articulação em vários conhecimentos, nos deixando mais preparadas para participarmos de seleções, como o mestrado e concursos.

Dando continuidade às nossas indagações, direcionamos nossos questionamentos para as principais dificuldades que as mestrandas estão enfrentando para conseguir permanecer no Programa de Mestrado Profissional em Educação na URCA.

Referente a isso, a mestranda A destaca que “uma das principais dificuldades está relacionada à conciliação entre o trabalho em sala de aula e as aulas do mestrado, e aliada a esse processo de dificuldade também tem o deslocamento, justamente porque eu moro em outra cidade”. É importante mencionar que estas dificuldades também foram apresentadas pelas demais professoras entrevistadas nesta pesquisa.

Em uma pesquisa semelhante a essa problemática levantada, Ambrosetti e Calil (2012, p.94) constatam que “as respostas evidenciam o esforço dos alunos (profissionais em atividade com intensa carga de trabalho) para cumprirem as exigências do curso, que demanda tempo, esforço e dedicação, e também a percepção do crescimento vivenciado nesse processo”.

Por conseguinte, a mestranda B ainda acrescenta em seu relato que “[...] eu tenho algumas questões ao meio científico, porque quando a gente se afasta muito... como já fazem cinco anos que eu saí da graduação e só atuando na educação básica de certa forma a gente acaba se afastando mais desse ambiente acadêmico/científico”.

Essa dificuldade acaba se tornando desafiadora para as mestrandas, visto que a produção científica exige muita leitura e interpretação minuciosa do que se está estudando. Em relação a essa afirmação, André (2016, p. 33-34 *apud* AMBROSETTI E CALIL, 2012, p. 89), em seus estudos, aponta que:

É preciso que desenvolva uma atitude de pesquisador, o que vai exigir a aquisição de habilidades, tais como, formular questões acerca da realidade que o cerca, buscar dados e referências para elucidar as questões que o intrigam, saber tratar os dados e referências localizados e ser capaz de expressar seus achados. Isso vai implicar o aprendizado da problematização, da argumentação, da revisão bibliográfica, da produção e análise de dados, assim como a sistematização e relato dos achados.

Para além dos desafios citados anteriormente, a mestranda C ainda aponta dificuldades de suma relevância, que se trata das condições financeiras para deslocamento e estrutura emocional para cursar o mestrado. Ela desabafa dizendo que “a ausência de bolsa também tem sido um desafio, pois conciliar emprego e mestrado não é tarefa fácil. As problemáticas relacionadas à saúde mental (ansiedade), questão financeira, problemas familiares... etc.”

Com base no que a mestranda C relata percebemos que, se o programa de mestrado oferecesse uma bolsa, seria imprescindível para que estas pudessem se deter aos estudos propostos durante o processo, mas sem esse financiamento, esse processo se torna doloroso,

por envolver dimensões que mexem com os aspectos físicos e psicológicos, ocasionando desgastes emocionais. Porém, em contrapartida, a mesma evidencia que:

Por outro lado, eu me sinto feliz e honrada por ter tido a oportunidade de ingressar num mestrado gratuito. Por eu ter saído da zona rural, estudar a vida inteira em escola pública, e chegar aonde eu estou hoje, é realmente muito gratificante. Não é fácil, mas continuamos na luta diária em busca de melhores condições e maior representatividade nos espaços, e que durante muito tempo foi inacessível para nós, mulheres (MESTRANDA C, 2022).

Essa fala da mestranda C está diretamente ligada com as discussões que levantamos inicialmente sobre a inserção das mulheres negras nos espaços educacionais e profissionais, deixando explícito que para ela estar nesse programa de mestrado significa resistir à exclusão a qual o seu povo foi direcionado, ressignificando o seu lugar de fala e de vivência. Com isso, para ela, mesmo o processo sendo pautado em grandes dificuldades, ocupar o meio científico é mostrar que a história das professoras negras está tomando visibilidade e, portanto, não está dentro das expectativas desistir de representar e vivenciar os resultados das lutas de seu povo.

Ao final de nossas indagações buscamos identificar qual a percepção que as mestrandas participantes deste estudo têm sobre a importância de ter professoras negras formadas, mestras e doutoras para a superação das desigualdades de gênero, racial e social. E muito nos chamou atenção para a fala da mestranda A, quando afirma em seu relato que:

A mulher lutou por um direito e essa conquista de espaço, ela está atrelada à rupturas de discriminação, de preconceitos, de desigualdade e de certa forma, quando temos mulheres negras formadas, independente do seu grau de instrução, a mulher está cumprindo um papel social para além daquele papel estereotipado e ela acaba abrindo caminho, a mulher negra acaba abrindo caminho para outras mulheres, também negras, chegue nesse espaço, chegue também, passe também por esse processo formativo, porque a formação, ela deve ser sempre permeada por questões sociais, por questões culturais e é nesse processo de construção que vamos construindo a nossa identidade social, e é importante para além dessas questões que estão sendo pontuadas, uma questão de representatividade mesmo, de termos nesse espaço educacional, mulheres negras que representem as outras mulheres (MESTRANDA A, 2022).

A resposta dela fez referência ao que discutimos em nosso referencial teórico, apontando a importância de termos mulheres negras atuando como professoras, ao mesmo tempo em que buscam dar continuidade aos seus processos formativos, se qualificando para o mundo do trabalho e também construindo enquanto ser de direitos, que são capazes de lutar pela sua inserção e permanência nas instituições educacionais, a fim de abrir espaço para outras mulheres negras ter a possibilidade de realizar sonhos e contribuir para a construção do conhecimento científico.

Sobre essa questão, a mestranda B ainda acrescenta “que só o fato de ter professoras negras, mulheres já é uma superação, já se personifica a superação em si das desigualdades,

pensando em todo o processo histórico de desafios, superações e tanta desigualdade e de tantos preconceitos enfrentados por elas e por nós”. Dialoga, assim, com o que a mestrande C compreende ao relatar que “estar e atuar nesses espaços é poder nos reafirmar diariamente que somos mulheres de garra e perseverança e que podemos sim, acessar esses espaços, mesmo sabendo que muitos ainda neguem essa condição”.

Diante das respostas apresentadas, ficou perceptível que o programa de mestrado, ou seja, a formação continuada dos profissionais da educação, na percepção das mestrandas entrevistadas, é uma importante via de desconstrução das disparidades raciais vivenciadas pelas professoras negras, uma vez que apresenta elementos, desconstrói e reconstrói o saber científico, possibilitando a inserção de novas percepções e práticas educacionais que visem a transformação da sociedade.

Acerca disso, Cunha Jr. (2011) ressalta que é preciso superar a herança de dor e discriminação deixada para o povo negro, sobretudo para as mulheres negras, criando possibilidades de avanços nas políticas públicas e educacionais voltadas para contemplar as ações afirmativas, propiciando reparar os danos históricos causados pelas desigualdades raciais, devido ao longo processo de escravidão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres lutaram bastante para conseguirem ser vistas na sociedade como um ser de direitos (ao estudo, publicações de escritos, voto, voz nos espaços públicos, dentre outros), e quando falamos dessas mulheres enquanto ser negra as dificuldades são ainda maiores.

Por muito tempo, a mulher negra só pôde ocupar o espaço do campo e das casas dos seus patrões, realizando as atividades braçais na roça e os afazeres domésticos. Essa situação veio mudar a partir da Segunda Guerra Mundial, quando deram adeus ao trabalho doméstico e foram para a indústria, mas até hoje ainda lutamos e resistimos para conseguir o nosso espaço de direito. Espaço este que é onde quisermos estar fazendo parte.

Nós, mulheres negras, professoras e estudantes estamos tendo a oportunidade de cursar o mestrado, mesmo diante das dificuldades enfrentadas durante a nossa vida. Com esta pesquisa pudemos constatar que as dificuldades enfrentadas para chegar até aqui, também estão presentes na vida das professoras estudantes entrevistadas.

Essas dificuldades foram relatadas como sendo financeiras, na aquisição de materiais e de deslocamento para conseguir chegar até a escola e universidade; e afastamento da escola para se dedicar aos estudos.

Além desses agravantes, pudemos perceber que a sua infância e adolescência foi marcada por situações de preconceito e racismo, ora pelos próprios familiares, ora pela sociedade. Mas, através dos seus estudos e conhecimento, foram se reconhecendo e podendo se autodefender e fortalecer a sua identidade.

Por último vimos que os cursos de formação inicial, juntamente com alguns professores, têm ajudado os(as) estudantes a terem oportunidades para ampliar os seus conhecimentos na área das relações étnico-raciais, seja por meio de disciplinas cursadas, participações em discussões e eventos, como também pela integração nos programas de iniciação científica e/ou docência, os quais têm ajudado bastante as estudantes a melhorarem a sua leitura e escrita, podendo então realizar submissões de suas produções em revistas e livros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra, 2021.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico]. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOMES, Samara Calixto. **“Quem faz parto é a natureza”**: Memórias de parteiras do Cariri, Ceará. 2016. 217f.. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, Petrópolis, 1993.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINHO, Maria José de. **Ciência e ensino: contribuições da iniciação científica na educação superior**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 03, p. 658-675, nov. 2017.

SILVA, Suzie Keilla Viana da; SOUZA, Aline Barros de. **A Identidade na Atualidade da Mulher Negra no Brasil**. Revista NEIAB-UEM, v. 01, n. 01, jul. 2017. Disponível em <<http://sites.uem.br/neiab/revista-neiab/2-2.pdf>> Acesso em 28/06/2022.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. *A pesquisa científica*. In: Tatiana Engel Gerhardt, Denise Tolfo Silveira. **Métodos de Pesquisa**. 1º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. P. 31-42.

WESCHENFELDER, Viviane Inês; FABRIS, Elí Terezinha Henn. **Tornar-se mulher negra: escrita de si em um espaço interseccional**. Rev. Estud. Fem. 27 (3), 2019. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ref/a/V5GmfZLb5mKJRZCfKdcvhVL/abstract/?lang=pt#>> Acesso em: 30/06/2022

ARTIGO 7

PRÁTICAS DE UMA PARTEIRA DA CIDADE DE BREJO SANTO/CE: DA ORALIDADE À FONTE DO CONHECIMENTO POR MEIO DA EDUCAÇÃO POPULAR

Rosália Felipe da Silva³⁵

Beatriz Gonçalves de Lira³⁶

Adriana de Alencar Gomes Pinheiro³⁷

Zuleide Fernandes de Queiroz³⁸

RESUMO

O presente trabalho trata-se das práticas da parteira e da educação popular reverberadas por tais ações, que possuem em si grande relevância para o desenvolvimento da e na sociedade civil, por intermédio de uma mulher, negra, mãe, anciã e parteira que contribuiu significativamente em uma comunidade da zona rural. A metodologia traçada foi a da história oral, uma vez que essa traz a riqueza das memórias para o aprofundamento teórico na pesquisa. Pode-se concluir, a partir dos relatos memoriais e do pouco referencial teórico aqui evidenciado, a relevância de se evocar as ricas memórias do contexto social (sejam essas familiares ou não), que de alguma maneira contribuíram para existências e reexistências de pessoas que habitam no lugar.

PALAVRAS-CHAVE: História Oral; Parteiras; Educação Popular.

INTRODUÇÃO

Dona Raimunda é mulher, mãe, avó, bisavó, tataravó. Singela e humilde são adjetivos que bem caracterizam a pessoa de dona Raimunda, também chamada de mãe Raimunda. Natural do estado de Pernambuco é conhecida por muitos pelo voluntariado sem nenhuma assistência econômica e política, seja de poderes locais, estaduais ou federais, na realização de mais de 1000 (mil) partos domésticos, tradicionais, em uma comunidade localizada no Distrito de São Felipe, da cidade de Brejo Santo/CE. Muito se fala dessa senhora; além dos trabalhos de parto, dona Raimunda, até certo período de sua vida, realizava orações pela cura dos familiares e da comunidade em geral. Soube-se que ela é devota de Santa Joana D'arc.

Com muita humildade, essa senhora nunca cobrava pelos serviços prestados, apenas esperava a recompensa divina; uma vida próspera para si e os seus(uas), pois o que importava

³⁵ Licenciada em Ciências Naturais e Matemática – IFE/UFCA. Mestranda em Educação – Universidade Regional do Cariri (URCA).

³⁶ Licenciada em Educação Física – IFCE/Campus Juazeiro do Norte. Mestranda em Educação – Universidade Regional do Cariri (URCA).

³⁷ Doutora em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Professora Permanente do Mestrado Profissional em Educação (URCA).

³⁸ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Professora Permanente do Mestrado Profissional em Educação (URCA).

era o gesto de caridade de ajudar os(as) mais necessitados(as). Dona Raimunda ainda está viva e por mais que tenha a idade avançada, segundo relatos de pessoas próximas, ela continua lúcida, e não se sabe até que ponto esses conhecimentos são reconhecidos e rememorados pelos seus familiares ou pessoas que a conhecem.

O presente estudo discorre em torno das práticas da parteira e da educação popular reverberadas por tais ações, que possuem em si, grande relevância para o desenvolvimento da e na sociedade civil, por intermédio de uma mulher, negra, mãe, anciã e parteira que contribuiu significativamente em uma comunidade da zona rural ora marginalizada por um contexto em que a urbanização sobrepõe-se à ascensão da sociedade, ancorada em princípios produtivistas que alimenta o sistema capitalista. Assim, reforça-se a relevância das contribuições sociais dessa mulher, resgatadas a partir de uma pesquisa sistematizada e vinculada à oralidade como processo de transmissão do conhecimento que valorize sua história de vida, com ênfase no seu trajeto de ações relacionadas à função que lhe foi/é atribuída.

Desse modo, salienta-se que houve a necessidade de investigar como se deu o processo de atuação dessa mulher, uma vez que, essa não teve a oportunidade de acesso efetivo, em espaços considerados privilegiados, por exemplo, a escola, que, por sua vez, se configura como mecanismo regido pelas esferas governamentais para reproduzirem e assegurarem o acesso à educação formal. A educação formal enquanto um direito supostamente universal, como consta na Constituição Brasileira de 1988, no seu Art. 205, assegura textualmente o indivíduo à educação, como direito de todos(as), sem nenhuma distinção.

Assim, apesar de a Constituição Federal de 1988 assegurar teoricamente que a educação formal é um direito de todos(as), na prática ainda deve efetivar-se. Como consequência dessa não efetividade, salienta-se que o percurso formativo da parteira que se constituiu no contexto social, configurando-se como formação oriunda da educação popular. A educação popular compreende a educação que é desenvolvida no meio social, no cotidiano e nas relações humanas com o passar do tempo, enquanto a educação formal é desenvolvida nas instituições de ensino regidas pelas esferas governamentais.

É importante frisar que, em se tratando da educação, autores como Brandão (2017), coloca em destaque, posicionamentos que deixam um leque de possibilidades. Pode-se perceber isso, a partir da seguinte posição: “complica um pouco pensar a educação como apenas *educação*” (BRANDÃO, 2017, s.p). Ainda segundo o autor,

Separando-a por vezes do mundo e de domínios sociais e culturais onde ela concretamente existe, ou, ao contrário, associando-a diretamente a amplas e

longínquas “determinações sociais” o pensamento do educador não raro esquece de ver a educação no seu contexto cotidiano, no interior de sua morada: a cultura — o lugar social das idéias, códigos e práticas de produção e reinvenção dos vários nomes, níveis e faces que o saber possui (BRANDÃO, 2017, s.p).

Portanto, entende-se que existe a necessidade de investigação sobre as práticas sociais que dizem respeito aos trabalhos da parteira dessa região, uma vez que, quando o(a) educador(a) transmite seus conhecimentos, além do fazer educacional, algo que é tido como essencial para a prática do saber e do exercício da cidadania, esse(a) profissional tem a possibilidade de ampliar o desenvolvimento com seus(uas) educandos(as), levando em consideração o cotidiano, o fazer cultural e social no qual ele(a) está inserido(a). Ademais, leva-se a compreender que o que se entende como prática do saber vai muito além das esferas formais da educação. Entender e fazer com que se perpetue um campo educacional para além do que se entende como campo educacional (BRANDÃO, 2017).

Nessa lógica, com base no enunciado e considerando que o ensino e a aprendizagem na educação popular ultrapassam os saberes da sala de aula, pretende-se fazer surgir a inquietação que aqui se delineia como problemática do estudo: O que se sabe sobre a atuação da parteira oriunda da cidade de Brejo Santo/CE?

Para tanto, o estudo tem como objetivo geral investigar como se deu o processo de atuação de uma parteira oriunda da cidade de Brejo Santo/CE e como objetivos específicos: Propor um diálogo com a parteira e/ou comunidade, a fim de que isso possa contribuir com o desenvolvimento da pesquisa; coletar informações sobre as práticas de atuação da parteira; relacionar o processo de atuação da parteira com o que se pretende enquanto práticas oriundas da educação popular.

Este trabalho faz parte de um manuscrito sobre as questões que perpassaram as aulas do curso intitulado “Para Entender os Conceitos de Território e Territorialidade” e de indagações sobre os trabalhos de uma parteira de muitas mulheres, tendo como contexto territorial a comunidade Sítio Olho D’Água localizada na zona rural do município de Brejo Santo/CE, atrelando-se as discussões teóricas e metodológicas ao ponto de vista do que se entende como conhecimento popular por meio da oralidade.

No que se refere à metodologia, esta foi traçada sob o uso da história oral, uma vez que essa é uma metodologia que traz a riqueza das memórias para aprofundamento teórico na pesquisa.

Tendo em vista a abrangência da pergunta norteadora, a intenção inicial seria entrevistar a agente principal da análise, mas devido ao fato de se tratar de uma idosa com mais de 94 anos

de idade isso não foi possível. Ademais também se levou em consideração o contexto pandêmico da covid-19, então os critérios de inclusão e exclusão atenderam ao isolamento social e à emergencial sanitária brasileira. Portanto, este trabalho baseou-se em relatos de pessoas próximas à parteira.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O universo que rege o contexto educacional é muito amplo e se faz presente em diferentes contextos que estão para além da sala de aula e do ensino formal. Nesse pormenor, autores(as) destacam a importância de que não se deve pensar em educação apenas como uma prática formal, em um contexto limitado, como um aprendizado em determinado local, limitado a quatro paredes, com estudantes em carteiras enfileiradas.

A educação popular, segundo destaca, Gadotti (2012) configura-se como,

[...] a criação de uma nova epistemologia, baseada no profundo respeito pelo senso comum que trazem os setores populares em sua prática cotidiana, problematizando-o, tratando de descobrir a teoria presente na prática popular, teoria ainda não conhecida pelo povo, problematizando-a também, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário (p. 7).

Existe a presença efetiva de outros espaços educativos na dinâmica existencial e que valem a pena serem mencionados, pois estão para além do âmbito educacional, como é o caso da “[...] participação social em movimentos e ações coletivas, o que gera aprendizagens e saberes. Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral [...]” (GOHN, 2011, p. 333).

A discussão que gira em torno do que se entende por educação popular vem de muitos séculos. Pesquisadores(as) mencionam que esse tipo de educação se ancora na *práxis*. Essa, por sua vez, é estabelecida pela relação entre teoria e prática, já que não se tem como pensá-las individualmente. Atrelado a esse raciocínio, faz-se viável pensar em uma educação para além do espaço formal, por meio de práticas que levem os segmentos identitários a se emanciparem e construir o seu jeito de ver, de ser e, sobretudo, de estar no mundo, ir de encontro às suas raízes e promover, juntamente com os seus(uas), a idealização e a concretização de um mundo melhor e menos desigual. Maciel (2011) relata que é preciso,

[...] pensar uma educação [...] que atenda às necessidades da população excluída dos direitos básicos da existência humana e dos princípios da formação de sujeitos críticos – conscientes e construtores de sua história – requer um aprofundamento complexo sobre os fundamentos dessa educação a ser direcionada e construída para atender às necessidades do povo, a partir da sua realidade (p. 328).

Portanto, os saberes tradicionais, na sua autenticidade e na sua configuração perante uma dinâmica existencial, estão para além da sala de aula e do contexto educacional formal, e

isso deve ser evidenciado. Em suma, uma educação que seja em nome e a serviço da sociedade, como garantia constitucional de todos e quaisquer segmentos sociais identitários que sejam capazes de transformar a si e o seu modo de ver, de estar no mundo e de agir e refletir criticamente sobre sua realidade. Desse modo, atrelando ao que se pretende enquanto investigação, o projeto em questão, propõe destacar e tornar visível as contribuições da sociedade civil, por meio das práticas realizadas por uma mulher que foi parteira.

É sabido que as relações sociais e/ou raciais, cotidianas ou não, de determinada sociedade, faz-se por meio da palavra. No contexto social brasileiro, as questões que perpassam a oralidade e a ancestralidade fazem parte de inquirições às quais merecem total relevância:

[...] a tradição da palavra não está presa ou limitada somente à projeção da imaginação humana, não é apenas a reprodução vazia do passado, da história ou da ancestralidade, ela é mais do que simples convenções do pensamento e da consciência sobre os objetos materiais do mundo (DOMINGOS; JÚNIOR, 2011, p. 167).

Nesta perspectiva, entende-se que a oralidade, em uma comunidade tradicional, é parte insubstituível do processo civilizatório e formativo de um povo e não está atrelado ao ato de somente se entender como um simples gesto de verbalização diária, mas, muito mais que isso, a oralidade é “[...] como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais. Ela pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra” (PEREIRA, 2014, p. 18). Por meio da educação popular, somada às práticas da parteira, se efetiva a oralidade que, por sua vez, transmite o conhecimento.

Ainda segundo Pereira (2014), é indispensável o entendimento de que,

[...] a tradição oral é a transmissão de saberes feita pelo povo, de geração em geração, isto é, de pais para filhos ou de avós para netos. Esses saberes tanto podem ser os usos e costumes das comunidades, como podem ser os contos populares, as lendas, os mitos e muitos outros textos que o povo guarda na memória (provérbios, orações, lengalengas, adivinhas, cancionários, romanceiros, etc.), também são conhecidos como patrimônio oral ou patrimônio imaterial. Através deles cada povo marca a sua diferença e encontra-se com as suas raízes, isto é, revela e assume a sua identidade cultural (p. 18).

A oralidade caminha, lado a lado, com a memória e, nesse sentido, contribui significativamente para a construção da identidade de um povo. Sendo assim, está atrelada à herança e às memórias da população africana e indígena, que tiveram e têm grande significado para a construção do território brasileiro, principalmente do Nordeste. Dona Raimunda é um exemplo vivo de como essas práticas tradicionais fazem total diferença no imaginário, no exercício e na transmissão de saberes.

REFLEXÕES SOBRE A VALORIZAÇÃO DOS SABERES DAS PARTEIRAS

Nos tópicos seguintes, tratará sobre a importância dos saberes considerados tradicionais e emancipatórios, no que diz respeito à oralidade e à ancestralidade, da ausência dos poderes governamentais em subsidiar políticas de valorização destes saberes e, por fim, das considerações parciais do trabalho.

A importância da oralidade e da ancestralidade

É sabido que as relações sociais e/ou raciais cotidianas ou não de uma determinada sociedade fazem-se por meio da palavra. No contexto social brasileiro, as questões que perpassam a oralidade e a ancestralidade fazem parte de importantes inquiuições:

[...] a tradição da palavra não está presa ou limitada somente à projeção da imaginação humana, não é apenas a reprodução vazia do passado, da história ou da ancestralidade, ela é mais do que simples convenções do pensamento e da consciência sobre os objetos materiais do mundo (DOMINGOS; CUNHA JÚNIOR, 2011, p. 167).

Nesta perspectiva, entende-se que a oralidade, em uma comunidade tradicional, é parte insubstituível do processo civilizatório e não está atrelada ao ato de somente entender-se, como o simples fato da verbalização diária, mas, muito mais que isso, a oralidade é “[...] como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais. Ela pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra” (PEREIRA, 2014, p. 18).

Ainda segundo Pereira (2014), é indispensável o entendimento de que,

[...] a tradição oral é a transmissão de saberes feita pelo povo, de geração em geração, isto é, de pais para filhos ou de avós para netos. Esses saberes tanto podem ser os usos e costumes das comunidades, como podem ser os contos populares, as lendas, os mitos e muitos outros textos que o povo guarda na memória (provérbios, orações, lengalengas, adivinhas, cancionários, romanceiros, etc.), também são conhecidos como patrimônio oral ou patrimônio imaterial. Através deles cada povo marca a sua diferença e encontra-se com as suas raízes, isto é, revela e assume a sua identidade cultural (p. 18).

A oralidade caminha, lado a lado, com a memória e nesse sentido, reverbera significativamente para a construção da identidade de um povo. Esse rico patrimônio imaterial está atrelado à herança e à memória da população africana e da indígena, que tiveram e têm grande significado para a construção do território brasileiro, principalmente do Nordeste. Dona Raimunda é um exemplo vivo de como essas práticas tradicionais influenciam o imaginário e a identidade do povo brasileiro, sobretudo, do povo nordestino.

Graças à prática ativa dessa parteira da comunidade, no século passado, muitas famílias estão construídas hoje, portanto, o reconhecimento do seu empenho trata-se de uma dívida

histórica com quem deu o seu melhor, em dias de chuva e de sol, de forma voluntária. Inegavelmente, sem seu importante trabalho, os primeiros habitantes da comunidade do Sítio Olho D' água devem a ela sua existência.

A ausência do Estado no reconhecimento da importância das parteiras

Relatos de pessoas que foram pacientes de dona Raimunda e que também tiveram ajuda dela no parto de alguns dos seus filhos revelam que a situação socioeconômica da população do Sítio Olho D' água era precária, sem assistência médica e de enfermagem; sem posto de saúde, sem transporte ou outro tipo de ajuda, a comunidade recorria aos serviços da parteira que, sem nenhuma condição assistencial de programas governamentais, contribuía com inúmeras vidas.

A omissão pela ausência de assistência profissional ou financeira e o não reconhecimento de seus trabalhos, sem dúvida, causaram grandes impactos sobre os quais se levanta a seguinte proposição: qual o grau de impacto isso teve sobre a perda da tradição da parteira, prática silenciada e/ou sequer mencionada pela comunidade que existe hoje, graças à grande e valiosa contribuição da dona Raimunda?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se, a partir dos relatos memoriais e do pouco referencial teórico aqui evidenciado, a relevância de se evocar as ricas memórias do contexto social (sejam essas familiares ou não), que de alguma maneira contribuíram para existências e reexistências de pessoas que habitam no lugar. O entendimento sobre gestos emancipatórios de um passado vivenciado reverbera novas práticas para que se possa viver em melhores condições o nosso presente e plantar sementes que germinem e nos deem um futuro menos desigual.

Não se sabe até que ponto a não efetivação de quaisquer tipos de assistência, políticas governamentais e de demais poderes locais, segundo relatos de pessoas próximas, a parteira, tenha enfrentado problemas pela falta de reconhecimento, pela falta de auxílio no desenvolvimento dos trabalhos realizados por ela, entre outras questões que deixam um leque de possibilidades para trabalhos futuros. Fica ainda o anseio de maior aprofundamento de tais questões, e quem sabe, a possibilidade de propor futuramente, ações relativas à valorização, ao reconhecimento e ao pertencimento.

Propõe-se que o município no qual a parteira reside, em algum momento, desenvolva políticas públicas inclusivas, de forma a contribuir para o resgate dessa tradição e das suas memórias. Ademais, o silenciamento dessa prática e outras questões são fatores que podem ser ponderados em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. Brasiliense, 2017.

CHALITA, Gabriel. **Mulheres que mudaram o mundo**. 1 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

DOMINGOS, Reginaldo Ferreira; JÚNIOR, Henrique Cunha. Pedagogias orais nas religiões afrodescendentes em Juazeiro do Norte-CE. *In*: CUNHA JÚNIOR, Henrique; SILVA, Joselina da; NUNES, Cicera (Org.). **Artefatos da Cultura Negra no Ceará**. Ed. UFC, Fortaleza, 2011, p. 155-171.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Journal of Latin American Geograph y**. 2019.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária. *In*: **Congresso Internacional de Pedagogia Social**. 2012.

GUSMAN, Christine Ranier et al. Inclusão de parteiras tradicionais no Sistema Único de Saúde no Brasil: reflexão sobre desafios. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 37, p. 365-370, 2015.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GONH, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PEREIRA, Luciana de Araújo. **Nas trilhas de uma comunidade Quilombola: tradição, oralidade, memória coletiva e identidade**. 2014. 117 p. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana-BA. 2014.

POSFÁCIO

Mas eu nunca esquecera a minha mãe. Reconhecia a importância dela na minha vida, não só dela, mas de minhas tias e de todas as mulheres da minha família.
(*EVARISTO, 2016, p. 18*)

Nos últimos anos, fruto das ações movidas pelos movimentos sociais, tem-se avançado na educação nas reflexões e na produção do conhecimento que reconheça a importância do trabalho com as diversidades e com as questões de gênero. Esse debate aponta para a construção de um novo paradigma de educação com reflexos no campo da formação docente e de questionamento das epistemologias que dão base a produção do conhecimento.

É nesse contexto que se coloca essa produção quando visibiliza as narrativas femininas e os estudos nesse campo como parte importante de uma produção científica que reconhece as vozes plurais, interseccionais e as experiências de vida rompendo com a perspectiva machista, patriarcal, sexista que por muito tempo invisibilizou o conhecimento produzido por mulheres.

As professoras Adriana de Alencar Gomes Pinheiro e Zuleide Fernandes de Queiroz ao proporem à organização dessa coletânea, com a colaboração do Prof. Me. João Leandro Neto e Prof. Me. Tayronne de Almeida Rodrigues, como fruto dos trabalhos realizados na disciplina “Histórias de Mulheres e Processos Educativos” do Mestrado Profissional em Educação da URCA nos convidam a repensar as bases da produção do conhecimento acadêmico e abrem perspectivas outras que partem de diferentes lugares sociais tendo as mulheres como protagonistas desse processo.

São mulheres cientistas, professoras, detentoras da sabedoria tradicional, estudantes que com suas experiências plurais nos convidam a repensar possibilidades educativas escolarizadas e não escolarizadas a partir de diálogos interculturais e inclusivos e que ampliam as nossas reflexões sobre educação em ambientes acadêmicos e não acadêmicos, ao tempo em rompem com o apagamento dos conhecimentos femininos e suas contribuições para uma educação comprometida com as diversidades e com a superação das disparidades de gênero.

A obra é um convite a ressignificarmos a nossa relação com os conhecimentos femininos e entender a importância das reflexões produzidas a partir desse lugar e, com isso, refletir coletivamente em torno de estratégias que resistam ao silenciamento e apagamento em todos os espaços.

Prof^a. Dra. Cicera Nunes

Docente e Coordenadora do Mestrado Profissional em Educação da URCA



ORGANIZADORES

Adriana de Alencar Gomes Pinheiro

Doutora em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (2015). Mestrado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (2003). Graduação em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (1995). Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Católica de Pernambuco (1991). Especialista em Docência e Gestão do Ensino Superior pelo Centro Universitário Paraíso do Ceará (UNIFAP), Psicologia Aplicada - Psicodiagnóstico Infantil (1998), Psicopedagogia (2002) pela Universidade Federal do Ceará. Título de Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho (2002) e Neuropsicologia (2008) pelo Conselho Federal de Psicologia. Experiência em Gestão e na Docência do Ensino Superior na Área da Psicologia Clínica/ Psicologia Jurídica/ Psicologia Organizacional e do Trabalho. Coordenadora do Curso de Psicologia, do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, Docente de Graduação e Pós-Graduação do Centro Universitário Paraíso do Ceará (UNIFAP). Docente Permanente do Mestrado Profissional em Educação na linha de pesquisa Práticas educativas, culturas e diversidade e na Especialização em Direito Penal da Universidade Regional do Cariri (URCA).

Coordenadora do Núcleo de estudos e pesquisa em Subjetividades, Bioética e Políticas Públicas (NESBPOP). Coordenadora do Núcleo de estudo, pesquisa e extensão de Direito e da Psicologia sobre Métodos de Gestão de Conflitos (PSIJUS). Membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós- Graduação em Psicologia (ANPEPP) e da Associação Brasileira do Ensino de Psicologia (ABEP). Atua na área da Psicologia Clínica/Jurídica e do Trabalho. Docente convidada da Pós-Graduação dos cursos de Psicologia e áreas afins.

Zuleide Fernandes de Queiroz

Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (1986), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (1992) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2003) e Pós - Doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014). É professora da Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte - FMJ e dos Programas de Pós-Graduação: Programa de Mestrado Profissional em Educação PMPEDU/URCA e PROFHISTÒRIA/URCA. Pesquisa nas áreas de: Educação, com ênfase em História da Educação, Política Educacional e Formação de Professores; Saúde e Violência; Feminino e Violência; Infância - adolescência e Violência. Atua em ações de Extensão nas áreas de: Educação e Saúde; Educação e movimentos sociais.



ORGANIZADORES

João Leandro Neto

Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri (Proder/UFCA), graduado em filosofia e pedagogia, com Segunda Licenciatura em História pelo Centro Universitário da Lapa (UNIFAEL). Especialista em Gestão Escolar e Gestão de Políticas Públicas. Atualmente é professor efetivo da rede municipal de Araripe-CE, atuando como técnico formador de professores de Ciências da Natureza e Ciências Humanas, professor de filosofia da Escola de ensino médio Dona Carlota Távora, membro do conselho editorial da Revista África e Africanidades (RAA), compõe o Grupo de Pesquisas Observatório do Bem Viver da Universidade Regional do Cariri (URCA/CNPq). Realiza pesquisas com temas voltados à filosofia da educação, patrimônio histórico e ancestralidade na Escola Santa Verônica (Comunidade Quilombola do Sítio Arruda em Araripe-CE), pesquisa esta que lhe rendeu o selo professor transformador em 2020, pela Base2Edu e Bett Educar.

Tayronne de Almeida Rodrigues

Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (PPGADT/UNIVASF). Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri (Proder/UFCA). Especialista em Metodologia do Ensino de História pelo Centro Universitário Venda Nova do Imigrante. Graduado em Filosofia e Pedagogia, com Segunda Licenciatura em História pelo Centro Universitário da Lapa (UNIFAEL). Atualmente é Técnico formador de professores da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Tecnologia de Araripe. Tem ampla experiência no ensino básico e médio, exerce o cargo de Diretor Administrativo da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Ananias Ferreira de Melo de Assaré, Professor de história da Escola de Ensino Médio Dona Carlota Távora em Araripe (2018 a 2022). No ensino EAD exerce o cargo de Tutor a distância do Curso de Especialização em Saúde Mental da Universidade Aberta do Brasil em parceria com a Universidade Regional do Cariri (UAB/URCA). É membro do conselho editorial da Revista África e Africanidades (RAA). Desenvolve pesquisas no campo do desenvolvimento regional, bem viver, estudos decoloniais e educação popular. Compõe o Grupo de Pesquisa: Educação, Narrativas e Experiência Docente no Ensino Médio - (NARRATIVIDADES/UNIVASF).

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

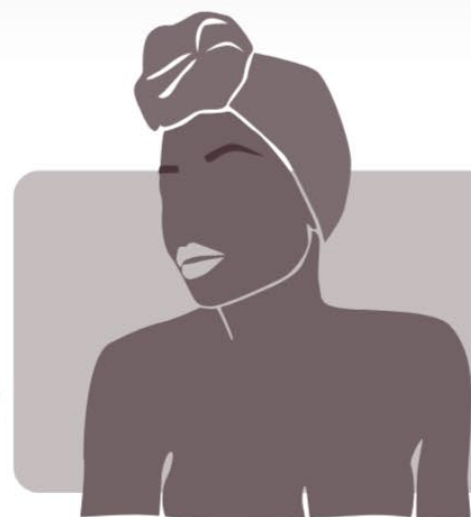
EDUCA(AÇÕES)

NO CARIRI CEARENSE: HISTÓRIA DO PROTAGONISMO FEMININO

ADRIANA DE ALENCAR GOMES PINHEIRO
ZULEIDE FERNANDES DE QUEIROZ
JOÃO LEANDRO NETO
TAYRONNE DE ALMEIDA RODRIGUES
ORGANIZADORES



MPE
*Mestrado Profissional
em Educação*



2022

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

EDUCA(AÇÕES)

NO CARIRI CEARENSE: HISTÓRIA DO PROTAGONISMO FEMININO

ADRIANA DE ALENCAR GOMES PINHEIRO
ZULEIDE FERNANDES DE QUEIROZ
JOÃO LEANDRO NETO
TAYRONNE DE ALMEIDA RODRIGUES
ORGANIZADORES



MPE
*Mestrado Profissional
em Educação*



2022